

CARLO CURVELANO FREIRE

A política do sentimento: A *Nova Heloísa* de Jean-Jacques Rousseau

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Filosofia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do Prof.
Dr. José Oscar de Almeida Marques.

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 23/02/ 2007.

BANCA

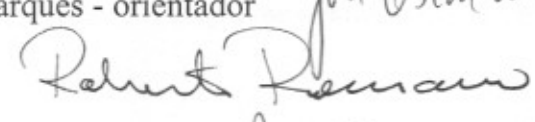
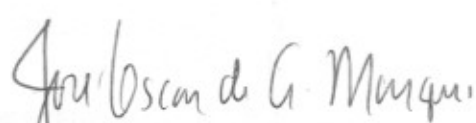
Prof. Dr. José Oscar de Almeida Marques - orientador

Prof. Dr. Roberto Romano da Silva

Prof. Dr. Karin Volobuef

Prof. Dr. Patrícia Piozzi

Prof. Dr. Luiz Roberto Monzani



fevereiro/2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP**

Freire, Carlo Curvelano

F883p

A política do sentimento: A Nova Heloisa de Jean-Jacques

Rousseau / Carlo Curvelano Freire. - - Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Orientador: José Oscar de Almeida Marques.

**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

1. Rousseau, Jean-Jacques, 1712-1778 – A Nova Heloísa.

2. Literatura - Filosofia. 3. Autoridade – Aspectos políticos.

**I. Marques, José Oscar de Almeida. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

III. Título.

**Título em inglês: The politics of sentiment: The New Heloise of Jean-Jacques
Rousseau**

**Palavras-chave em inglês (Keywords): Rousseau, Jean-Jacques, 1712-1778
– The New Heloise
Literature - Philosophy
Authority – Political aspects**

Área de concentração: História da Filosofia Moderna

Titulação: Mestre Filosofia

**Banca examinadora: José Oscar de Almeida Marques (orientador)
Karin Volobuef
Roberto Romano**

Data da defesa: 23/02/2007

Programa de Pós-Graduação: Filosofia

Agradeço inicialmente a minha família que me apoiou durante este período de trabalho, o que foi fundamental para que eu, um moroso casmurro, me tornasse de alguma forma produtivo. Agradeço ao Prof. Dr. José Oscar de Almeida Marques pelo incentivo e pela sua orientação; agradeço à Profa. Dra. Karin Volobuef pela leitura atenciosa e por indicações valiosas. Agradeço ao Prof. Dr. Roberto Romano pelo rigor de suas considerações na análise desta dissertação. Agradeço aos colegas de colóquios e encontros que instigaram meu interesse para temas correlatos e que com entusiasmo investigativo me pediram esclarecimentos sobre minhas idéias.

SUMÁRIO

Resumo	7
Introdução.....	9
Capítulo 1 Educação e imaginação	15
1.1. Sobre a gênese da <i>Nova Heloísa</i>	15
1.2. Escrita para os corrompidos	24
1.3. A imaginação.....	29
1.4. A dependência das coisas e a dependência dos homens	36
1.5. Os princípios do gosto.....	41
1.6. O aprendizado com a leitura.....	48
Capítulo 2 A sociedade de Clarens	55
2.1. A função política do idílio de Clarens.....	55
2.2. O entusiasmo de Saint-Preux	60
2.3. A escolha do local para a casa, tipos de serviço e a contratação de empregados	63
2.4. A relação dos patrões com seus empregados: homens, mulheres e regras de “economia animal”	65
2.5. Equívoco, interesse e delação.....	71
2.6. O direito à propriedade.....	75
Capítulo 3 Imagens de autoridade	81
3.1. O personagem Wolmar no exercício da autoridade	81
3.2. A figura do preceptor	88
3.3. A figura do legislador.....	97
Conclusão	107
Bibliografia	119

Resumo

Os objetivos do presente estudo são, além de apontar na obra de Rousseau princípios de moral e de gosto que podem servir para esclarecer a gênese de seu famoso romance, mostrar que o autor, com sua *Nova Heloísa*, já antecipava para seus leitores alguns dos princípios de sua pedagogia, compilados sobretudo no *Emílio*, e demonstrava estar bem avançado no desenvolvimento de alguns dos princípios de sua teoria política, organizados de forma mais exhaustiva sobretudo no *Contrato Social*.

Abstract

The objectives of the present study are, besides pointing in the work of Rousseau principles of moral and taste that may serve to elucidate the genesis of his famous romance, to show that the author, with his *La nouvelle Heloise*, already anticipated for his readers some of the principles of his pedagogy, compiled above all in the *Emile*, and has shown himself to be very advanced in the development of some principles of his political theory, organized in a exhaustive way chiefly in the *Social Contract*.

Introdução

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), ao concluir seu romance epistolar, talvez não tenha oferecido aos leitores o livro mais importante, apesar deste ter se tornado sua publicação mais lida durante o século XVIII. A *Nova Heloísa* (1761), onde percebemos ode ao campo e à relação do homem com uma nova subjetividade que nesta relação se expressava, uma ode que se somava à sua diatribe contra o ambiente citadino, tornou-se um marco literário que antecedeu o chamado movimento Romântico. Jean-Jacques Rousseau, com a publicação do romance ofereceu aos leitores, além de uma ficção epistolar onde o sentimento é moeda de troca, lições sobre economia doméstica, sobre estética musical, sobre o papel da razão no domínio das paixões, e sobre a importância do sentimento de respeito do indivíduo pelo coletivo, o que é primado de sua moral. Pois bem, o que se pretende aqui não é fazer comparações entre o romance de Rousseau e o de outros autores¹, o que significaria buscar lugar para o romance, por contraste, entre os demais, tarefa da literatura comparada. O que pretende-se mostrar é que o romance oferece informações relevantes ao leitor que pretende interpretar qual o estatuto da autoridade individual frente à soberania popular. Desta forma a comparação, para busca de esclarecimentos sobre o conteúdo de algumas das cartas da ficção, terá o seu contraponto na teoria política, nos textos do próprio autor.

Deve-se ter em mente que o tema da autoridade é desenvolvido por Rousseau quando fala, no *Contrato Social* (1762), justamente da soberania, da posição do povo frente ao governo e ao Estado. De acordo com o que se encontra no *Contrato*, o povo é o soberano no Estado, e aí as instituições existem para servi-lo, protegê-lo em sua integridade. Para o autor, é o povo, o corpo coletivo, a maior “autoridade” num Estado. Mas o valor da autoridade individual não é de menor importância para Jean-Jacques, pois é da relevância desta que fala, quando destaca a posição do legislador dentro do Estado, que deve ser a de auxiliar do povo, função que também descreve no *Contrato*. O recurso às *imagens de autoridade*², pode ser

¹ Faremos breve menção a Samuel Richardson, autor de *Clarissa*, também um romance epistolar, apenas em nosso primeiro capítulo.

² É preciso dizer que emprestamos a expressão “images of authority” de Judith Shklar, que procura mostrar que Rousseau teve a intenção de oferecer à seu público homens com capacidade de “reordering the live of others”. Shklar J., *Men and Citizens, A study of Rousseau’s social theory* – Cambridge: University Press, 1985. p. 129.

caracterizado quando tenta-se percebê-lo a partir do *Emílio* (1762) na relação do preceptor com o seu aluno, e também quando tenta-se percebê-lo a partir da *Nova Heloísa* (1761), e aí o personagem Wolmar aparece como o exemplo principal deste tipo de autoridade. Mesmo que o legislador, o preceptor e o personagem Wolmar, o pai de família, possuam características próprias, ainda assim, características semelhantes podem ser destacadas, e destas semelhanças pretendemos nos servir. O nosso interesse no romance está diretamente ligado ao recurso à autoridade individual, pois queremos mostrar que aí o autor já defendia a posição que veio a tomar contra Aristóteles no *Contrato*³, a saber, de que não existem senhores e escravos por natureza. A autoridade individual só é justificável se o talentoso coloca suas habilidades a serviço do coletivo para indicar qual caminho os indivíduos devem trilhar para conquistar a liberdade de convenção e o respeito entre seus semelhantes. Devemos lembrar que Rousseau utilizou a construção utópica⁴ como um recurso para pôr à mostra o estado de degradação da sociedade. No romance, a sociedade utópica, na qual a participação individual é facultada, aparece como resultado da ação da autoridade individual. O personagem Wolmar exerce a função de colocar em ordem a vida de seus amigos e empregados, que livremente podem deixar as dependências de Clarens. Pretende-se mostrar como Wolmar exerce a sua autoridade, exercício que renunciou as orientações dadas por Rousseau no *Emílio* sobre os recursos que o preceptor deve utilizar para educar seu aluno, e dadas no *Contrato*, onde ofereceu orientações sobre os recursos que deve utilizar o legislador para oferecer leis a um povo. É importante ressaltar que estas orientações, que no romance, no *Emílio* e no *Contrato*, servem a autoridades que desempenham diferentes papéis, levam em conta a influência do ambiente sobre os indivíduos. Esta influência, que chega a todo indivíduo partindo de diferentes lugares, Rousseau veio a chamar, sem fazer menção ao papel de nenhuma das autoridades que acima mencionamos, no livro IX de suas *Confissões* (concluídas em 1770, publicação póstuma), de *moral sensitiva*. Em suas *Confissões*, Rousseau nos diz que o clima,

³ Rousseau, Jean-Jacques. *O Contrato Social* (1762), in: Os Pensadores, Rousseau 1. Tradução de Lourdes Santos Machado - São Paulo: Nova Cultural, 1999. “Aristóteles (...) também dissera que os homens em absoluto não são naturalmente iguais, mas nascem uns destinados à escravidão e outros à dominação. Aristóteles tinha razão mas tomava o efeito pela causa. (...) Se há, pois, escravos pela natureza, é por que houve escravos contra a natureza”. Pp. 56-57.

⁴ Loc. cit. Posição defendida por Judith Shklar. Leia-se também: Prado, Raquel de Almeida, *A jornada e a Clausura*. São Paulo – Ateliê Editorial, 2003.

os alimentos, o movimento, o repouso, o som, etc., enfim, tudo, oferecia os modos “para governar em sua origem os sentimentos”⁵ que muitas vezes dominam os homens. Por conseguinte, uma das tarefas que se pretende cumprir é a de mostrar que a autoridade, para que exerça influência benéfica, deve reconhecer como os elementos do ambiente e a influência dos homens atuam sobre o indivíduo para formá-lo.

Como o foco aqui está voltado para o romance, procurou-se por explicações do próprio autor a respeito da posição de sua ficção dentro de seu ‘sistema’. Pode-se estabelecer alguma relação entre estética literária ou conteúdo das cenas de seu romance, conteúdo moral, e as reflexões de Rousseau sobre o gosto, pois nos diz que é “pelo gosto que o espírito se abre insensivelmente às idéias do belo em todos os gêneros e, finalmente, às noções morais com que se relacionam”⁶. Encontramos nesta passagem indicação de Rousseau a respeito da função da literatura que lhe interessava. Expliquemos: o gosto pela literatura já havia se espalhado, e juntamente com o gosto pelo livro os escritores que enchiam os livrinhos de novidades. Uma casa de espetáculo talvez pudesse ter levado prejuízos à Genebra de Rousseau, preocupação que expressa na *Carta a D’Alembert* (1758) mas o sentimento e a moralidade não poderiam fazer mal nem aos que haviam adquirido maus hábitos, nem aos que ainda viviam sob a égide de bons costumes morais. Pode-se dizer que Rousseau, pensando desta forma, com o seu romance, além da história de amor, procurou mostrar como poderia uma verdadeira autoridade, Wolmar, reconduzir os indivíduos separados pela opinião, Júlia e Saint-Preux, recuperando-os, mostrando-lhes que lugar deveriam ocupar dentro da sociedade familiar, no “todo maior”⁷. O que pretendemos mostrar é que, para o autor, a estética e uma moral promulgadora da igualdade teriam de caminhar juntas para que a função do artista dentro da sociedade pudesse ser justificada. É justamente esta a tônica de sua crítica aos espetáculos em sua *Carta a D’Alembert* (1758), onde mostra preocupação com a qualidade dos exemplos de comportamento transmitidos e elogiados pela cena. Por isso, com seu romance buscou não apenas o desfecho moral da reunião familiar, mas a caracterização

⁵ Rousseau, Jean-Jacques. *As Confissões*. Tradução de Wilson Lousada – Rio de Janeiro, Ediouro, p. 270.

⁶ Rousseau, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. Difusão Européia do Livro – São Paulo, 1973. p. 437.

⁷ Rousseau, Jean-Jacques. *O Contrato Social* (1762), in: Os Pensadores, Rousseau 1. Tradução de Lourdes Santos Machado - São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 110.

pormenorizada de seu funcionamento econômico e dos valores ali em jogo, pois também disse que é “pela pequena pátria, que é a família, que o coração se apega à grande”⁸, o Estado. Pretende-se ainda, mostrar como na *Nova Heloísa* Rousseau falou do que não foi preciso desenvolver no *Contrato Social*, isto é, sobre o quarto tipo de leis, mencionadas rapidamente no capítulo XII do segundo livro, que são aquelas que se gravam “nos corações dos cidadãos” e que fazem “a verdadeira constituição do Estado”⁹.

No desenvolvimento deste estudo chegou-se à seguinte divisão de capítulos: no primeiro nos dedicaremos à gênese da *Nova Heloísa*, sobre a qual encontramos informações relevantes nas *Confissões*. Neste capítulo também destacaremos trecho do *Emílio* e outro das *Confissões* em que Rousseau fala da habilidade de *imaginar*, pois será relacionada à atividade da leitura, à literatura e à vida pessoal do autor. Da *imaginação* de Rousseau, inflamada por suas primeiras leituras, acompanhadas de perto por seu pai, Isaac Rousseau, relatadas nas *Confissões*, tempo em que Rousseau impressionava-se com a vida dos gregos e romanos biografadas por Plutarco¹⁰, um de seus autores prediletos, influência decisiva na visão de hierarquia social de Jean-Jacques, nós nos dirigimos aos conselhos para os infantes publicados no *Emílio*. Pela leitura Rousseau formara o seu caráter republicano, tempo em que conhecera a felicidade junto a seu pai. Mas sabia que quando a imaginação era estimulada em demasia, poderia prejudicar um indivíduo em formação ou prejudicar alguém entregue aos vícios sociais. A imaginação então aparece como habilidade aprimorada no período de infância de Rousseau e como habilidade hipertrofiada em sociedade, causa da dependência dos homens. Sobre as pessoas que passam a ter como guia a imaginação, as opiniões têm poder fortalecido. É neste capítulo que se estabelece a ligação entre a dependência dos homens e a noção de *gosto*, destrinchada no *Emílio*¹¹ a qual chama de “microscópio do

⁸ Rousseau, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. Difusão Européia do Livro – São Paulo, 1973. p. 412.

⁹ Id.

¹⁰ Plutarch, *The lives of the Noble Grecians and Romans*, Great Books of the Western World, vol. 14 – Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1952.

¹¹ Rousseau, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. Difusão Européia do Livro – São Paulo, 1973. Pp. 394-413.

juízo”¹² em sua *Nova Heloísa*, onde também oferece conselhos ao leitor, como se estivesse, o próprio Rousseau, assumindo o papel de preceptor de seus leitores, pois lhes diz como proceder nos estudos literários.

Em nosso segundo capítulo nos ocuparemos de uma descrição geral da comunidade de Clarens, da utopia familiar do romance de Rousseau. Nosso interesse é o de mostrar como Rousseau caracteriza aí a economia doméstica, e como estabelece o papel dos proprietários, Julie e Wolmar, na contratação, na remuneração, no treinamento e na educação de seus funcionários. Pretendemos mostrar que o sistema empregado na acolhida destes funcionários se relaciona diretamente com os princípios da moral sensível. É preciso fazer a ressalva de que com a descrição da comunidade de Clarens talvez Rousseau não tenha oferecido a seus leitores uma sistematização completa da aplicação dos conhecimentos sobre a moral sensível. No trecho das *Confissões*, acima citado, em que faz menção a seus estudos sobre a moral sensível, também afirma ter trabalhado pouco no projeto. Mas o fato de ter trabalhado nele antes de se dedicar ao seu romance, reforça a hipótese de que não tenha sido gratuita a caracterização detalhada da relação dos empregados não apenas com seus patrões, mas com o ambiente de trabalho, a alimentação, os divertimentos, etc., caracterização essa que nos permitiria dizer que revela a intenção de Rousseau de mostrar como a “*economia animal*”, desde que devidamente gerida, poderia “favorecer a ordem moral”¹³. Tudo isso, de nosso ponto de vista, reforça a importância do papel das autoridades, mostrando que devem obedecer a regras para auxiliarem os particulares.

No terceiro capítulo pretendemos concluir a caracterização do recurso de Rousseau às autoridades, iniciado no capítulo anterior, para melhor avaliar este recurso. Na verdade queremos, além de endossar algumas das assertivas de Judith Shklar, a saber, que “o legislador e o preceptor praticam uma política preventiva, que consiste num tipo de educação negativa, que serve para afastar a deformidade moral que contaminou o homem em geral”¹⁴, retornar à esfera da política, munidos agora das informações sobre economia doméstica e moral sensível, para sugerir relação entre estas informações e as oferecidas por Rousseau

¹² Rousseau, Jean-Jacques, *A Nova Heloísa*, (1761). Tradução de Fúlvio M. L. Moretto – Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 64.

¹³ Ibid. p. 270.

¹⁴ Ibid. p. 165. Tradução nossa.

sobre as limitações da ação do legislador. Depois disso caminharemos no sentido inverso, isto é, mostraremos como é possível, a partir de um relato sobre as funções do legislador e sobre as do preceptor, nas quais incluiremos menção constante às ‘vítimas’ de suas ações, o povo a do primeiro e o aluno a do segundo, retornar ao romance para destacar com maior precisão características do personagem Wolmar. Interessa-nos permanecer no tema da autoridade, pois a política do sentimento se esclarece quando a desigualdade de fato, a desigualdade natural, assumida por Rousseau no pequeno prefácio ao *Discurso sobre a desigualdade entre os homens* (1754), não é justificada ou inflada por costumes corrompidos. É por isso que Rousseau refuta o argumento de Aristóteles, querendo atingir os aristocratas e senhores e seu tempo. A desigualdade natural, em sociedades iluminadas pelos avanços do intelecto, deveria ser posta a serviço de uma igualdade de direito. Este, nos parece, ser o argumento de Rousseau.

Concluindo, tomando a obra como um todo, o nosso propósito foi o de avaliar a contribuição do romance no esclarecimento sobre o papel da autoridade, seja na formação do indivíduo, seja em seu auxílio à comunidade, questões levantadas durante a nossa leitura do *Contrato Social*. Contudo, como se sugeriu acima, não deixamos de procurar o auxílio, quando parecia necessário, para questões correlatas suscitadas durante a leitura do romance, em outros textos do autor. Além disso, é mister reconhecer o papel dos comentários que nos auxiliaram no desenvolvimento desta dissertação.

Capítulo 1

Educação e imaginação

1.1. Sobre a gênese da *Nova Heloísa*

Com sua biografia, Rousseau talvez tenha oferecido todas as justificativas necessárias àquele que procure nos fatos narrados por ele as explicações para a motivação para a posição de crítico das ciências, das artes e de seus contemporâneos que assumiu. Para confirmar isto basta que se procure pelas injustiças causadas a ele, suscitadas por alguns dos episódios narrados em suas *Confissões*. Pensando desta forma, para encontrar qual teria sido o último impulso a sua carreira de escritor, a seguinte questão poderia ser formulada: seria possível pensar que o autor tenha assumido a posição de crítico em seus escritos por não ter sido muito bem recebido como teórico da música e compositor durante seus primeiros anos em Paris, cidade em que passou a morar após 1742? Seria possível compreender como se estrutura a crítica de Rousseau, sem levar em conta o que disse no *Discurso sobre as Ciências e as artes* (1750), ou o que disse em outros escritos, simplesmente relacionando a sua motivação para a escrita com a acolhida nos primeiros anos em Paris? Devemos nos lembrar que Rousseau ganhou o prêmio da Academia de Dijon, e obteve, em 1752, relativo sucesso com a sua ópera, *o Adivinho da Aldeia*. Ambas as formas de reconhecimento, pela academia e pelo grande público, já são fatos que colocam um ponto de interrogação sobre a seguinte assertiva: a falta de reconhecimento na cidade de Paris, teria motivado a diatribe de Rousseau contra seus contemporâneos.

Parece que surge uma incompatibilidade de propósitos quando se compara o teor da crítica social de Rousseau com a seu desejo de ser reconhecido. Como Rousseau poderia ter feito crítica de costumes, dos maus hábitos da cidade, posição que mantém no seu *Discurso sobre a desigualdade entre os homens* (1754), que reforça com seu afastamento de Paris em 1756 - pois ali encontrava todos os maus costumes¹⁵ -, e que ganha forma definitiva em sua *Carta a d'Alembert* (1758), onde faz denuncia sobre a periculosidade do teatro, e, ainda

¹⁵ Rousseau, Jean-Jacques. *As Confissões*. Tradução de Wilson Lousada – Rio de Janeiro, Ediouro, p.272.

assim, ter escrito um romance, a *Nova Heloísa* (1761), que é um investimento em cenas de ficção, de influência tão perigosa para os leitores quanto a cena teatral para os espectadores de seu *Narciso* (1753)? Contradizia-se o autor ou mudava de idéia mais uma vez, retomando sua vontade de ser reconhecido pela sua produção artística, deixando-se tomar pelos sentimentos que nele brotaram em seus primeiros anos de Paris, tempo em que almejou o sucesso por suas composições e por seus trabalhos sobre teoria musical? A resposta é duplamente negativa, e pretendemos explicar por que.

Para tentarmos entender que pretensão tinha no período em que resolveu redigir seu romance pode-se prestar atenção em mais alguns acontecimentos de sua vida. Se a nossa pretensão é a de compatibilizar o ato da publicação do romance com a verve do crítico, pode-se especular, antes, por que resolve escrever o romance. Os historiadores da literatura comumente consideram Samuel Richardson um antecessor de Rousseau, pois Richardson escreveu *Clarissa Harlowe*, romance epistolar bastante divulgado na época, antes de Rousseau ter publicado a *Nova Heloísa*. Algumas das características de *Clarissa* que fortalecem o interesse pela comparação são as de que neste romance, publicado em 1740, a pretensão de ascensão ao discurso moral é clara, nele existe um elogio à sensibilidade, à virtude, e tudo isto é revelado ao leitor numa longa coletânea de cartas. Quem nos informa sobre isso é William Mead¹⁶, que oferece apreciação detalhada da obra de Richardson e especialmente de *Clarissa*. Denis Diderot¹⁷ também oferece apreciação bastante entusiasmada, elogiosa ao se referir à habilidade de Richardson de criar personagens com capacidade de transmitir mensagens tão claras sobre o comportamento virtuoso.

Mead, também nos diz como Rousseau poderia ter entrado em contato com o Romance de Richardson. Jean-Jacques Rousseau, de próprio punho, fez referência ao romance apenas em 1758, na *Carta a D'Alembert*. Mas já havia iniciado seu romance em 1756. Uma outra pista que Mead menciona é a da data da tradução de Prevost, que, segundo Diderot¹⁸, teria omitido partes importantes do texto original. Teria sido esta a tradução para o

¹⁶ Mead, W. *Jean-Jacques Rousseau ou Le romancier enchainé*. - Paris : Presses Universitaires de France, 1966.

¹⁷ Cf. Diderot, D. *Elogio a Richardson* in: Diderot, Obras II, Estética, Poética e Contos, org. J. Guinsburg – São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

¹⁸ *Ibidem*, p. 26.

francês da qual dependeu Rousseau, já que, segundo Mead¹⁹ não lia em inglês. Conhecida a relação entre Rousseau e Prevost, seu amigo, que já em 1751 poderia ter-lhe oferecido uma versão definitiva de sua tradução, pois esta é a data da publicação de sua primeira versão francesa de *Clarissa*. Apesar da grande probabilidade de Rousseau ter tido acesso ao romance de Richardson antes de redigir o seu, Mead²⁰ alerta que é preciso, antes de examinar se Rousseau empresta de Richardson elementos textuais, ler as *Confissões*, prestar atenção especialmente no IX livro. É aí que Rousseau nos informa sobre sua rotina, seus sentimentos, e sobre suas reflexões durante o período em que se entrega a seus personagens imaginários.

Era 1756 e Rousseau já estava na casa da Sra. d'Epina, no L'Ermitage. Diz Mead que este é o período em que se completa a “reforma” de Rousseau. Mead²¹ oferece o retrato de Jean-Jacques: homem solitário, orgulhoso, pouco confiante em si, que imaginava que seus antigos amigos ainda o perseguiam. Apesar de estar no campo, ambiente predileto de Rousseau, via a sua casa como território maculado por causa da presença da mãe de sua esposa, Madame Levasseur, que era vista por ele como um instrumento de seus antigos amigos da cidade, pois ela ainda visitava Grimm e trazia seus parentes à casa de Rousseau sem que ele soubesse. Além disso, Madame Levasseur, em querelas do cotidiano, procurava sempre influenciar a sua filha para que ela não tomasse posição contrária a sua. Isto fez com que chegasse o ponto em que Thérèse omitisse informações sobre a vida doméstica a seu marido. Perceber isso deixava Rousseau angustiado.

É preciso lembrar que o genebrino talvez visse sua relação com a Sra. D'Epina não mais como uma amizade, mas como a uma relação de dívida, como a de um devedor em relação ao seu credor. O favor da Sra. D'Epina, de permitir-lhe o desfrute da sua casa de campo talvez fizesse com que Rousseau tomasse consciência da fragilidade de sua liberdade campesina recém-conquistada. Além disso Rousseau passou a desconfiar da sinceridade da amizade da Sra. D'Epina, pois aos olhos de Rousseau ela parecia encarar a companhia dele como uma obrigação, pois lhe enviava cartas e bilhetes pedindo sua visita constantemente. Contra sua vontade parecia estar preso, apesar de ter se mudado para o L'Ermitage voluntariamente. Tudo isto Rousseau relata no livro IX das *Confissões*.

¹⁹ Op. cit. p. 23.

²⁰ Girandon Saint Marc, apud Mead, W. Ibid. p. 52.

²¹ Ibid. p.26.

Pois bem, a solução encontrada por Rousseau para escapar destas e de outras tristezas, era a da solidão. Pôs-se a caminhar pela região de Montmorency. A floresta era seu escritório²². Inspirado pela natureza, deixou livre sua imaginação. Buscou aí, entregando-se a sua imaginação, por novas companhias, e para isso concebeu “criaturas perfeitas, tão celestiais por suas virtudes quanto por suas belezas”²³. Assim imaginava pois queria sentir a verdadeira amizade e a verdadeira paixão, pois nem Thérèse Levasseur algum dia lhe fez brotar algo além de uma pequena afeição, e um morno desejo. Rousseau fala que experimentou imaginar belas criaturas e belos relacionamentos para satisfazer suas carências afetivas. Mas um detalhe importante que nos pareceu pouco claro nas *Confissões*, é de que projeto falava ao mencionar a embriaguez em que mergulhou após visitar o castelo de Toune²⁴, que abandonou para dedicar-se à *Carta a Voltaire sobre a Providência* (publicada sem autorização em 1759). Também nas *Confissões*, menciona novos arroubos imaginativos e se entrega a entes imaginários, sem dizer se retomava uma atividade ou se formulava novos personagens. Mas o que talvez signifique a passagem é que só depois de escrever a resposta a Voltaire, retomou seus vãos imaginativos. O que se pode interpretar é que quando retomou a atividade, passou a escrever sobre duas amigas, Júlia e Claire. Só então teria iniciado sua *Nova Heloísa*, isto é, depois de se dedicar à *Carta sobre a Providência*. Ora, ao falar dos entes imaginários, com os quais havia se envolvido antes de se dedicar à *Carta sobre a Providência*, talvez estivesse fazendo referencia a um período anterior ao do desenvolvimento de sua principal obra romanesca. Sobre o produto das primeiras entregas à imaginação quem oferece comentário é Deleyre²⁵, que envia cartas a Rousseau para pedir que continuasse a história chamada *Les amours de Claire et Marcellin*. Antes de se dedicar à *Carta a Voltaire* teria sido a este idílio que se dedicou. Sobre a história diz William Mead:

²² Ibid. Pp.266-267.

²³ Mead, W. *Jean-Jacques Rousseau ou Le romancier enchainé*. - Paris : Presses Universitaires de France, 1966. Pp. 28.

²⁴ Rousseau, Jean-Jacques. *As Confissões*. Tradução de Wilson Lousada – Rio de Janeiro, Ediouro, p. 281.

²⁵ Delyre, apud. Mead, W. *Jean-Jacques Rousseau ou Le romancier enchainé*. - Paris : Presses Universitaires de France, 1966.

Visto que se pode datá-lo com relativa precisão, e visto que ele lembra em muitos pontos de vista os aspectos salientes do ‘mundo imaginário’ de Rousseau, o livro *Claire e Marcellin* demonstra quão espontaneamente, apesar de seus protestos, Rousseau procurou tirar de suas visões a substância de uma obra de arte. Sem dúvida as ‘visões’ de Claire e Marcellin parecem fracas ao lado das que deveriam seguir. Mas os traços essenciais já estão ali presentes : natureza, solidão, sensibilidade, as personagens e mesmo, em certa medida, a situação das primeiras partes da *Nova Heloísa*. Junto à passagem das *Confissões*, de que tratamos acima, este texto lança uma luz penetrante sobre a maneira pela qual Rousseau chegou, pouco a pouco, a compor sua obra prima romanesca.²⁶

Mead nos diz que Marcellin era noivo de uma rica moça de família, mas estava apaixonado por Claire. Claire possuía alma sensível, era charmosa sem ser bela, era virtuosa como tinha de ser uma moça em sua condição. Marcellin possuía uma calma exterior mas por dentro ardia em paixão. Os pais de Marcellin eram ricos e os de Claire não eram. Nada poderiam os dois contra a brutalidade paternal. Mas o destino que aguardava esta história era o do abandono, ao menos relativo. Rousseau deixou de lado seu idílio para redigir a sua *Carta sobre a Providência*, como já dissemos. Deleyre continuou pedindo a Rousseau que retomasse a sua história. Mas antes de retornar à história de *Claire e Marcellin*, retorna-lhe a vontade de continuar imaginando, quis criar novos personagens. Mead nos diz que a primeira parte do romance de Rousseau remete à história de *Claire e Marcellin*, mas que nada tem a ver com a afastada inspiração richardsoniana²⁷. De acordo com Mead, Joseph Texte diz que os elementos da *Nova Heloísa* que poderiam ter sido emprestados do romance de Richardson são: “o personagem tirânico do pai, a mãe boa mas frágil, o casamento imposto a uma mulher contra sua vontade”²⁸. Mas esta posição pode ser contestada. Ian Watt²⁹, por exemplo, especula a respeito da influência de Richardson sobre Rousseau e confere maior importância a

²⁶ Ibid. p. 30. Tradução nossa.

²⁷ Ibid. p.33.

²⁸ Tradução nossa. Texte, Joseph, *Jean-Jacques et les origines du cosmopolitisme littéraire. Étude sur les relations littéraires de la France et de l'Angleterre au XVIIIe siècle*, Paris, Hachette, 1895 apud Mead, W. *Jean-Jacques Rousseau ou Le romancier enchainé*. - Paris : Presses Universitaires de France, 1966. p.33 - 34.

²⁹ Watt, Ian, *A ascensão do romance*. Tradução Hildegard Feist – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Clarissa do que Mead diz Texte ter Conferido. Watt diz que, com *Clarissa*, Richardson “resolveu muitos problemas formais do romance e estabeleceu a relação entre o novo gênero e os mais elevados padrões morais e literários da época”. Diz ainda que (...) *Clarissa* (...) constitui uma obra literária séria e coerente e o maior exemplo do gênero escrito até então, segundo a opinião quase unânime dos contemporâneos tanto na Inglaterra como em outros países”³⁰. Para reforçar seu argumento cita o próprio Rousseau, menciona a passagem que aqui já se destacou, que se encontra na trigésima quarta nota de sua *Carta a D’Alembert*. Ali Rousseau afirma que ninguém, “em língua nenhuma, jamais escreveu um romance que se iguale ou se compare a *Clarissa*”³¹.

Não se pretende, aqui, resolver o impasse. O que chama atenção na abordagem de Mead é a tentativa de valorizar a capacidade criativa de Rousseau. Por outro lado, semelhanças entre o romance de Rousseau e o de Richardson vão além das destacadas por Texte, e não apenas isto, a influência de Richardson pode ser referida de outra forma. Watt lembra que o romance desafiou a tradição dos escritores das epopéias clássicas e renascentistas de basearem seus enredos na História ou na fábula³². O romance, segundo Watt, funda uma nova tradição, que é a da “busca da verdade como uma questão inteiramente individual, logicamente independente da tradição do pensamento e que tem maior probabilidade de êxito rompendo com essa tradição”³³, para a qual Descartes, também segundo Watt, teria contribuído. Watt diz que Richardson e Defoe “são os primeiros grandes escritores ingleses que não extraíram seus enredos da mitologia, da História, da lenda ou de outras fontes literárias do passado”³⁴. Desta forma a influência de Richardson sobre Rousseau pode ser identificada à revelia do próprio Rousseau ou do recorte que pode ser feito de sua autobiografia. Contudo, o impasse se mantém, pois apesar de Rousseau ter dado forma epistolar e tom moral a seu romance, assim como havia feito Richardson, ainda assim, a

³⁰ Ibid. p. 190.

³¹ No texto de Watt a citação aparece na página 190. Na edição brasileira do texto de Rousseau, aqui utilizada, a passagem se encontra na página 141.

³² Watt, Ian, *A ascensão do romance*. Tradução Hildegard Feist – São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 15.

³³ Ibid. p. 14.

³⁴ Ibid. p. 15.

originalidade da *Nova Heloísa* pode ser procurada no estilo de Rousseau e em muitos dos temas tratados no romance.

Mas a estas considerações, que não fazem mais que representar esboço a lápis dos traços principais de uma fabulosa pintura, que aqui é a do processo de desenvolvimento do romance de Rousseau, algumas das considerações da *Carta a D'Alembert* devem ser compatibilizadas com a decisão de publicar o seu romance. Devemos reforçar que, inicialmente, o objetivo de Rousseau não era o da publicação, ao menos enquanto redigia as primeiras partes do romance. O trecho da *Carta a D'Alembert* pode ajudar a esclarecer qual a qualidade da crítica de costumes de Rousseau e pode permitir ao leitor entender por que Rousseau pode publicar o romance depois ter feito severas restrições à entrada do teatro em Genebra:

“O mais malvado dos homens é aquele que mais se isola, que mais concentra o coração em si mesmo; o melhor é aquele que compartilha igualmente suas afeições com todos os semelhantes. É muito melhor amar a uma amante do que só amar-se a si mesmo no mundo. Mas quem quer que ame com ternura os pais, os amigos, a pátria e o gênero Humano se degrada com um apego desordenado que logo prejudica a todos os outros e lhes é infalivelmente preferido. Com base neste princípio, digo que há países em que os costumes são tão maus que seria bom demais poderem retornar ao amor; outros em que eles são bastante bons para que seja ruim descenderem a ele, e ousar acreditar que o meu país está neste último caso”³⁵.

Nesta passagem Rousseau compara dois tipos de pessoas. Uma é aquela que está corrompida, que pensa exclusivamente nela quando se envolve com outras. Este tipo de pessoa poderia aprender algo novo e proveitoso se se apaixonasse por uma outra pessoa, pois amar alguém, pode-se interpretar o autor, é mais virtuoso do que apenas amar a si mesmo. A outra pessoa é aquela que conhece suas obrigações de membro de uma família e de uma comunidade, mas que pelo amor despertado por uma única pessoa, pretere a afeição que tinha pelos amigos e familiares pois passa a privilegiar a paixão recém descoberta por uma única

³⁵ Rousseau, Jean-Jacques. *Carta a d'Alembert*, (1758) Tradução de Roberto Leal Ferreira – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. p. 122.

pessoa. Neste caso, o amor é um prejuízo. Usando alguns dos rótulos do próprio Rousseau, pode-se dizer que o primeiro tipo representa um *parisiense* e o segundo um *genebrino*. Rousseau quer alertar sobre o efeito do amor e para isso o apresenta em seus dois extremos, oferecendo ao leitor seu diagnóstico caracterizando tipos sociais. Fazendo isso também se defende de ter escrito seu romance, de ter publicado suas cenas de amor, que dentre uma enorme gama de variações, pode-se interpretar o autor novamente, eram cenas de amor em que o comportamento virtuoso quase sempre estaria presente.

Pois bem, é preciso lembrar que o processo de “reforma” pelo qual passava Rousseau pode ser compreendido em amplo sentido. Retomemos alguns detalhes. Foi no L’Ermitage que concebeu o *Contrato Social* e o *Emílio*, onde trabalhou sobre os excertos dos textos do abade de Saint-Pierre, compilando o *Projeto de Paz Perpétua*, só publicado em 1761, e foi onde trabalhou em sua *Moral sensitiva*³⁶. Será que este teórico tão preocupado com a utilidade pública, com a teoria política, com a importância da moral, impediria que sua afeição pela amizade, e sua imaginação poderosa, servissem de alguma forma ao filósofo, que sabia que poderia publicar seu romance para servir ao público de Paris? Seria possível tornar sua história de algum modo proveitosa?

Ao tentar resolver sua desavença com Diderot, que segundo Rousseau havia condenado todo solitário em sua peça *Entretiens sur le fils naturel*, ou seja, queria atingi-lo de alguma forma, pois ele, Rousseau, havia trocado Paris por longas e solitárias caminhadas no campo, o genebrino volta a Paris para por um fim à questão depois de trocas pouco amigáveis de cartas e bilhetes³⁷. Nesta época Diderot já possuía uma cópia das primeiras partes do romance de Rousseau, que ainda não havia lido. Oportunidade melhor que a do encontro para uma leitura em conjunto provavelmente não apareceria. Depois de um amigável abraço e de

³⁶ Quando escreveu sobre a *Moral sensitiva* Rousseau planejou oferecer leitura proveitosa ao grande público em que procuraria mostrar como todas as vontades e sentimentos humanos, que não afloravam sem o suporte destes ou daqueles princípios morais, que por sua vez levam ao excesso ou à auto-restrição no comportamento de maneira geral, eram alimentados por tudo aquilo que influía sobre a máquina humana. O clima, os sons e o silêncio, a luz e a obscuridade, o movimento e o repouso, os alimentos, etc., tudo deveria entrar no computo. Diz Rousseau: “Quantas digressões pouparíamos à razão, quantos vícios ficariam impedidos de nascer, se soubéssemos forçar a economia animal a favorecer a ordem moral que ela tão freqüentemente perturba!” As *Confissões*. Tradução de Wilson Lousada – Rio de Janeiro, Ediouro, s/d, p. 270.

³⁷ Ibid. p.299.

uma conversa sobre os problemas da Enciclopédia, diz Rousseau que haviam lido juntos um caderno inteiro de seu romance. Diderot havia chamado este primeiro caderno de “*maçudo*”³⁸, cheio de redundâncias. Ora, Rousseau também via como problemático o início de sua coletânea, pois compartilhava da opinião de Diderot. Nunca conseguira resolver o problema das primeiras partes, pois havia escrito sob o que chamou de “devaneio da febre”³⁹. Em outro trecho diz que houve o tempo em que se incomodou com a sua vontade de dedicar-se a este projeto de ficção, seu romance.

O que mais me embaraçava, era a vergonha de me desmentir assim tão clara e abertamente. Depois dos severos princípios que acabava de estabelecer com tanto alarido, depois das austeras máximas que energicamente tinha pregado, depois de tantas invectivas mordazes contra os livros afeminados que respiravam amor e languidez, poder-se-ia imaginar coisa mais inesperada, mais chocante do que me ver repentinamente inscrever-me, com minha própria mão, entre os autores desses livros, que tão duramente eu tinha censurado? Sentia tal inconseqüência em toda sua força, censurava-me por ela, envergonhava-me dela, indignava-me comigo mesmo: porém nada disso foi suficiente para levar-me à razão. Completamente subjugado, foi preciso me submeter a todo risco e resolver-me a enfrentar o que diriam; salvo deliberar depois se me resolveria ou não a mostrar minha obra: pois ainda não fizera suposições sobre a possibilidade de publicá-la.

Tomada esta resolução, lanço-me às rédeas soltas para meus sonhos; e à força de virá-los e revirá-los na mente, construo afinal a espécie de plano de execução que viram. Era certamente o melhor partido que podia tirar de minhas loucuras: o amor ao bem, que nunca saiu de meu coração, transformou minhas fantasias em objetos úteis de moral proveitosa. Meus quadros voluptuosos teriam perdido todas as graças se o doce colorido da inocência lhe faltasse.⁴⁰

Outra informação que oferece ao leitor de suas *Confissões* é que a quarta e a sexta parte do romance não possuíam as marcas de arroubo sentimental, mas que, nelas havia algo mais, pois

³⁸ Ibid. P. 302.

³⁹ Id.

⁴⁰ Ibid. p. 286.

eram “obras-primas de estilo”⁴¹. Ora, se há esta mudança, e nos diz isso o próprio Rousseau⁴², há uma bem clara que pode ser percebida até mesmo à revelia das análises de Rousseau sobre a sua obra que é da contaminação da história dos amantes com os princípios de sua pedagogia, de sua teoria da moral, e de sua teoria política. É esta contaminação que nos interessa. Nos ateremos, em seguida, ao romance de Rousseau para mostrar como apresenta o conteúdo desta sua ficção.

1.2. Escrita para os corrompidos

Outras informações importantes sobre a publicação do romance se encontram nos seus dois prefácios. No primeiro deles o autor assume a idéia de uma sociedade corrompida: “As grandes cidades precisam de espetáculos e os povos corrompidos de romances”⁴³. Diz que publicou as cartas porque viu “os costumes de seu tempo”⁴⁴. Rousseau escreveu para os corrompidos, e não há grande mal nisto, pois o verdadeiro mal já havia sido propagado.

Neste prefácio, o autor avalia seu romance procurando alertar os leitores sobre o que os aguardaria nas páginas subseqüentes. Afirma suas boas intenções e diz em que medida os divertimentos causados pela leitura de seu romance poderiam contribuir para o estado de corrupção a que chama atenção em suas críticas à sociedade em outros textos. Em primeiro lugar colocou seu nome na capa do livro, assumindo as suas próprias palavras e

⁴¹ Ibid. p. 302.

⁴² Id.

⁴³ Rousseau, J.J. *A Nova Heloísa*. Tradução de Fulvia M. L. Moretto – São Paulo, Editora da Unicamp, 1994, p.23.

⁴⁴ Id.

responsabilizando-se pelas conseqüências de seus escritos. Fez um alerta a respeito do início de seu romance, que não seria nada mais que cartas escritas por provincianos, fruto de suas imaginações romanescas. Já aqui mostra qual o grande segredo, para utilizar expressão de Bento Prado⁴⁵, da “força da linguagem” de seus personagens. Podemos interpretar Rousseau⁴⁶ e dizer que a linguagem era confusa no papel por que vinha do sentimento sincero de seus personagens. Rousseau aconselha a seus leitores a chegar ao final de seu livro, pois a imaginação conturbada de seus personagens, aos quais seus leitores seriam apresentados no início da troca de cartas, não os acompanharia até o fim da leitura, e por isso, parece sugerir a diferença entre as partes do romance, o que reafirmaria em suas *Confissões*, como já dissemos.

Em vista deste começo do romance o autor diz que não reprovava a atitude daquele que abandonasse a leitura do início de sua ficção. Diz para as mulheres que ainda tinham algum amor pela honestidade, que seria melhor que se dedicassem à sua ficção que aos livros de filosofia. Rousseau escreve para um povo corrompido. Por conta de sua teoria e sua imaginação, seria capaz de oferecer um livro aos leitores do século das luzes, não apenas mais uma coletânea de cartas, mas uma história à qual ninguém ficaria indiferente, pois ali seus leitores encontrariam algo de edificante.

Mas de onde emerge o descontentamento de Rousseau frente à sociedade? Sabendo que não seria prudente responder a esta questão com a intenção de oferecer resposta exata e definitiva, ainda assim, para sugerir uma resposta pode-se retomar mais elementos.

⁴⁵ Prado diz o seguinte sobre o estatuto das linguagens, escrita e falada, e da moral esclarecida em definitivo pelo autor genebrino em *Rousseau, juiz de Jean-Jacques*: “Na oposição que o texto faz entre a arte de falar e a arte de escrever, podemos encontrar não apenas as razões da desqualificação da concepção gramatical da linguagem, mas também a indicação do estatuto que Rousseau confere à linguagem. (...). A força da linguagem reside, para uma perspectiva oposta à da gramática, na subordinação da diferença de grau à diferença de qualidade, de clareza intelectual à *qualidade moral*”. Prado, Bento Jr., *A força da voz e a violência das coisas* in: *Ensaio sobre a origem das línguas/Jean-Jacques Rousseau*. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. Pp. 31 – 32.

⁴⁶ “(...) uma carta que o amor realmente ditou, uma carta de um amante realmente apaixonado, será frouxa, difusa, arrastada, sem ordem, cheia de repetições. Seu coração, cheio de um sentimento que transborda, repete sempre a mesma coisa e nunca acaba de ter o que dizer, como uma fonte viva, que corre sem cessar e nunca se esgota”. Rousseau, J.J. *A Nova Heloísa*. Tradução de Fulvia M. L. Moretto – São Paulo, Editora da Unicamp, 1994. p. 28.

Lembremos que Rousseau havia sofrido com injustiças durante a infância e a juventude, e assim indicara ao longo de suas *Confissões*. Havia descoberto, após observar os homens, que injustiças não eram cometidas apenas contra ele, que havia sido condenado pelas aparências – como informa ao narrar o caso do *episódio dos pentes*⁴⁷, nas *Confissões*, ao dizer que havia sido condenado por ter estado no cômodo antes da descoberta do incidente da quebra do utensílio. Talvez a lembrança de injustiças por ele sofridas alimentasse seu interesse não apenas pela opinião ou pela aparência, mas pela moral, interesse já alimentado pelos textos dos antigos, como Plutarco e Sêneca⁴⁸. Pelo fato de ter sido, já na infância, estimulado pela literatura, certamente os poderes de sua imaginação haviam sido postos à prova. Tais poderes, no Rousseau já amadurecido, permitiram-lhe que projetasse seu mundo ideal, reflexos de uma certa nostalgia pelo período de sua infância, tempo em que estava mais próximo à natureza, contato que buscou até o fim de seus dias, que retomou com sua troca de Paris por Montmorency.

Voltando ao romance, talvez não seja absurdo dizer que Rousseau tenha resolvido publicar o romance tendo em vista o *gosto* dos cidadãos de Paris, e, os bons hábitos dos habitantes dos *Círculos* de Genebra⁴⁹, pois aos parisienses seria benéfico e aos genebrinos faria elogio. Na *Carta a D'Alembert* Rousseau afirma que estes *Círculos* eram formados por grupos de homens, ou de mulheres, que se reuniam para atividades em conjunto. Os homens se aproximavam durante as festas militares, caçavam e se exercitavam nos jogos. Também

⁴⁷ Livro I das *Confissões*.

⁴⁸ Cf. Espíndola, Arlei de, *Rousseau leitor de Sêneca: entre os pressupostos e a originalidade de sua filosofia moral*. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

⁴⁹ Rousseau, Jean-Jacques. *Carta a D'alembert*. Tradução de Roberto Lea Ferreira – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. Aí fala sobre as conveniências e inconveniências dos *Círculos* de Genebra. Pp. 107-108, p. 112.

A importância de Genebra na vida de Rousseau sem dúvida é muito grande. Robert Derathé, ao se perguntar sobre que fontes Rousseau teria utilizado para redigir seu *Contrato Social*, procura mostrar que procurar na constituição de Genebra uma destas fontes seria pouco proveitoso. O que se deve ter em conta, na relação de Rousseau com seu país de origem, é a imaginação de Rousseau. Pode-se dizer, levando-se em consideração o que informa Derathé, que, antes, Rousseau fala de Genebra como ele gostaria que ela tivesse sido, e não como ela realmente era. Cf. Derathé, Robert, *Les antécédents historiques du "Contrat Social"* in: *Jean-Jacques Rousseau et la science politique de son temps* – Paris: Librairie Philosophique J. VRIN, 1995.

formavam “sociedades de mesa”⁵⁰ para beber, fumar e conversar. Em conjunto os homens discutiam, e acabavam por transformar “discórdias civis” em “deliberações sensatas”⁵¹. As mulheres também reuniam-se, ora na casa de uma, ora na casa de outra, para jogos de salão, para lanches e para conversas. Rousseau via nestas reuniões um hábito saudável que permitia a homens e mulheres fortalecer seus laços de amizade. Com seu romance faz elogio aos círculos de Genebra, pois sugere o seu funcionamento ao descrever a família de Wolmar que só aparece na quarta parte do romance. A história das conseqüências do galanteio de um preceptor, apaixonado pela própria aluna, certamente convenceria o público acostumado aos exageros do teatro. Para que pudesse ser lido nas grandes cidades, certamente poderia oferecer uma história de amor. Para convencer era preciso, antes, conseguir agradar. Publica sua ficção pois não zombaria de bons exemplos de conduta, nem elogiaria os homens trapaceiros ou mulheres devassas. Sua história se desenvolveria em favor de uma sociedade familiar, a família estabelecida por Wolmar e Júlia, personagens “talhados um para o outro”⁵², que apareceriam desempenhando seus respectivos papéis dentro de uma economia doméstica.

Aos envolvidos com as tolices da vida fútil dos salões, Rousseau, com o seu romance, ofereceu convite a uma longa reflexão sobre o papel da razão no controle das paixões, e sobre o papel da moral na condução dos relacionamentos. Para tanto optou pela forma do romance epistolar para cativar pelo diálogo demorado.

No segundo prefácio de sua *Nova Heloísa*, através de um diálogo com seu primeiro leitor, discute a veracidade de seu romance e sua utilidade para os citadinos e os provincianos. Rousseau achou que poderia oferecer instrução aos citadinos por elogiar a condição dos provincianos. Eis o que quis provocar na imaginação dos leitores: quis mostrar como realmente poderia ser a vida dos homens e mulheres do campo, como pouco do que havia sido produzido pelos autores sobre o assunto até então. Nada de magia ou figuras de fábulas, mas uma vida simples e suave. Na conversa com Rousseau, este leitor inventado, manifesta ter

⁵⁰ Rousseau, Jean-Jacques. *Carta a D’alembert*. Tradução de Roberto Lea Ferreira – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. Pp. 107-108, p. 112

⁵¹ Id.

⁵² Rousseau, J.J. *A Nova Heloísa*. Tradução de Fulvia M. L. Moretto – São Paulo, Editora da Unicamp, 1994, p. 287.

compreendido as explicações que Rousseau lhe deu, todas reproduzidas no diálogo que se transformou em um dos prefácios do romance:

Um momento: retomai o fôlego. Gosto das idéias úteis e acompanhei-vos tão bem nesta última que creio poder perorar em vosso lugar.

É claro, segundo vosso raciocínio, que para dar às obras de imaginação a única utilidade que podem ter, seria necessário dirigi-las para uma finalidade oposta à que se propõem seus Autores: afastar todas as coisas instituídas, trazer novamente tudo para a natureza, dar aos homens o amor de uma vida uniforme e simples, curá-los das fantasias da opinião, devolver-lhes o gosto dos verdadeiros prazeres, fazer-lhes amar a solidão e a paz, mantê-los a alguma distância uns dos outros e, em lugar de excitá-los a se amontoarem nas Cidades, levá-los a se espalharem igualmente sobre o território para vivificá-lo em toda parte. Compreendo também que não se trata de fazer dos Dafnis, dos Silvandros, dos Pastores de Arcádia, dos Pastores de Lignon, ilustres camponeses que cultivam seus campos com suas próprias mãos e filosofam sobre a natureza, nem outros seres romanescos semelhantes que somente podem existir nos livros, mas mostrar às pessoas abastadas que a vida rústica e a agricultura têm prazeres que eles não sabem conhecer, tais prazeres são menos insípidos, menos grosseiros do que imaginam, que lá podem reinar o gosto, o discernimento, a delicadeza, que um homem de mérito que desejasse retirar-se para o campo com sua família e tornar-se ele mesmo seu rendeiro, lá poderia levar uma vida tão suave quanto em meio às diversões das Cidades, que uma dona de casa no campo pode ser uma mulher encantadora, tão graciosa e de graças mais comoventes do que todas as senhoras pretensiosas; que enfim, os mais doces sentimentos do coração lá podem animar uma sociedade mais agradável do que a linguagem afetada dos círculos, onde nosso riso mordaz e satírico é o triste complemento da alegria que não se conhece mais? É realmente isso?”⁵³

⁵³ Rousseau, Jean-Jacques, *A Nova Heloísa*, (1761). Tradução de Fulvia M. L. Moreto, Campinas, Editora da Unicamp, 1994. p. 33-34.

Para fazer algum bem aos seus leitores, seria necessário lhes aplicar algum mal⁵⁴, em dose controlada, remédio para as ilusões provocadas pela própria literatura. Para fazer algum bem a seus leitores, precisaria oferecer longas conversas, precisaria oferecer, em riqueza de detalhes, como uma vida feliz poderia ser levada, com base em seu comportamento virtuoso. Precisaria provocar, mais uma vez, a imaginação de seus leitores.

1.3. A imaginação

Rousseau usa o conceito de imaginação não apenas para explicar o que lhe acontecia quando caminha pelas florestas. No *Emílio* fala da imaginação que põe aflito o indivíduo em meio às opiniões daqueles ao seu redor e oferece o exemplo de um leitor, o destinatário de uma carta, que modifica seu estado depois de ler notícia a ele endereçada. O trecho nos chamou atenção pois fala do processo de leitura, no qual a imaginação é componente importante sem o qual a compreensão textual não acontece. Não fala do leitor de romances, mas da mudança do indivíduo que lê.

No tratado de educação fala que uma imaginação desgovernada pode levar o leitor a confusões. Alguém que se entregasse em demasia à imaginação poderia inclusive começar a confundir a realidade e a fantasia, mesmo sem a consciência disto. Pode-se fazer novo salto e retomar as *Confissões* para destacar como o próprio autor relata sua relação com a leitura. É

⁵⁴ Cf. Starobinski, J. *o remédio no mal: o pensamento de Rousseau*, in: *As máscaras da civilização: ensaios*. Tradução de Maria Lúcia Machado – São Paulo : Companhia das Letras, 2001. Ao explorar a temática do “remédio no mal”, Starobinski explora os paradoxos sobre a vida e a obra de Rousseau. Interpretando o texto de Starobinski pode-se dizer que o mesmo está preocupado com a dialética no discurso de Rousseau pois está preocupado com os conceitos e significados que revelam tal dialética. O que pode transformar um mal num remédio? O que pode fazer um elemento tornar-se em seu oposto? Starobinski procura revelar como Rousseau responde a estas questões, através das quais também especifica quais são os males e como se tornam benéficos numa aplicação.

possível relacionar os comentários de Rousseau sobre o papel da leitura em sua formação pessoal - em suas *Confissões*⁵⁵ Rousseau fala de sua infância como o período em que teve lapidado o seu coração, que permaneceu puro - com a assertiva de que o aprendizado precoce da leitura é um mau hábito adquirido na infância que pode comprometer a vida do adulto - alerta aos leitores que o autor faz na passagem do *Emílio* que destacaremos a seguir. Mas há aí um paradoxo. Pensando no trecho do *Emílio*, ainda a ser destacado, é possível retornar às *Confissões* procurando justificativa para a necessidade de afeto de Rousseau. Com suas *Confissões* Jean-Jacques queria se eximir de culpa, do abandono dos filhos, de sua timidez, de misantropia, o que seja. Havia sido formado pelos acontecimentos de seu passado, sobre os quais tinha nenhum ou pouco controle. E destes acontecimentos, uma imaginação aguçada aparece como consequência dos estímulos causados ao espírito pelas alegrias, pelas tristezas de infância e pelo envolvimento com a literatura.

Pode-se perceber um duplo valor conferido por Rousseau ao aprendizado da leitura e da escrita. Afinal, ele atribui os problemas de sua personalidade ao fato de ter aprendido a ler muito cedo, prática que condena em seu tratado de educação. Por outro lado, no entanto, considera-se feliz em alguns momentos, justamente pelas ‘benesses’ de sua formação, pois aprendera a explorar o mundo imaginando. Das consequências funestas provocadas pela imaginação, por mais contraditório que pareça, Rousseau procura fugir fazendo-se valer de seu romance, pois parece não ter quisto oferecer a seus leitores nada que lhes fosse prejudicial. Em sua ficção inclui lições de política, economia doméstica, comentários sobre música, além das mencionadas discussões sobre o valor da moral. Quis presentear o leitor com uma leitura que não contribuísse para a corrupção social que via instaurada. A fruição do divertimento literário levaria seus leitores a se aproximarem das verdades sobre a vida no campo, da vida social agradável, e da ode à “fidelidade conjugal, que se liga fundamentalmente a toda ordem social”⁵⁶.

A passagem que acima mencionamos se encontra no Livro I das *Confissões*. Ai fala sobre a imaginação ao contar ao leitor como se deram as primeiras vezes que a estimulou com a leitura. Lembra de seus tempos de infância, tempos em que, com seu pai Isaac Rousseau, companheiro, mestre e amigo, lia os romances deixados pela mãe Susanne Bernard, que

⁵⁵ Rousseau, Jean-Jacques. *As Confissões*. Tradução de Wilson Lousada – Rio de Janeiro, Ediouro, s/d., p. 15.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 286.

falecera ao dar-lhe a luz. Está em pauta na passagem não apenas a sua relação com seu pai, seu primeiro educador, seu primeiro guia, mas com a literatura que este lhe oferecera. Tais livros teriam ativado sua imaginação, permitindo ao infante, em primeiro lugar, as primeiras conjecturas sobre os valores de outras sociedades, e em segundo, a assimilação dos exemplos de conduta dos heróis do passado.

Dessas interessantes leituras, das conversas que motivavam entre mim e meu pai, formou-se este espírito livre e republicano, este caráter indomável e altivo, não suportando o jugo e a servidão, que me atormentou durante toda a vida em situações as menos indicadas para dar-lhes asas. Constantemente ocupado com Roma e Atenas, vivendo, por assim dizer, com os seus grandes homens, eu mesmo cidadão de uma república e filho de um pai cujo amor à pátria era sua paixão o mais forte, inflamava-me seguindo seu exemplo, cria-me grego ou romano; imaginava-me o personagem cuja vida lia; a descrição de constância e intrepidez, traços que me tinham impressionado, tornavam meus olhos brilhantes e minha voz forte.⁵⁷

Muito tempo depois de ter vivido tudo isto relata o que realmente importava para o escritor. Fantasiava estar em outras épocas e pintava com sua interpretação o quadro do passado, o dos grandes heróis. Ouvia a voz de tais heróis pois ouvia a sua, isto é, interpretava com fidelidade, imaginava. É por conta desta imaginação que, justificava, se mantivera puro, que formara seu caráter. Tal exercício imaginativo fora a ele proporcionado pelas permissões de seu pai que assim o havia educado. E aí já aparecem as primeiras causas da expectativa por correspondência de afeto. Por causa de seu caráter, de sua sensibilidade, o genebrino pagara alto preço, teve vida repleta de infelicidades, pois sofrera com uma realidade que se impunha a ele.

⁵⁷ Ibid., p. 15.

Pode-se dizer que Rousseau criou estas expectativas, pois aprendera a esperar as melhores ações dos que o cercavam. Havia aprendido a sentir antes de pensar⁵⁸, a imaginar antes de raciocinar e julgar. Rousseau parece ter aprendido com os sentimentos e as sensações a estabelecer seus princípios, e com a razão a apenas identificá-los e justificá-los. Por conta de sua intimidade com a leitura o pequeno Jean-Jacques havia expandido sua capacidade de imaginar, contaminando-se com os princípios que só mais tarde estaria apto a identificar e justificar. Sabia que a imaginação não era habilidade que levava necessariamente ao bem-estar. De espírito bem cultivado, estava, desde cedo, pronto para oferecer, e também receber, os afagos dos bons de coração.

No livro II do *Emílio* o educador apresenta sua teoria a seus leitores justificando-a. No trecho para o qual aqui chama-se a atenção, fala da criança numa fase de desenvolvimento já avançada. Entra no período da vida em que a criança, já sabendo falar, abandona o choro, isto é, troca uma linguagem pela outra. Lembra da importância desta fase do desenvolvimento do indivíduo e da relativa liberdade que deve possuir uma criança para que mantenha o progresso de seu desenvolvimento. Rousseau faz críticas aos pais e educadores que, desde cedo, proíbem as aventuras dos pequenos, que querendo prevenir os arranhões de uma criança, cujo sangue à mostra provocaria a seus estômagos enjôo imediato, põe mais medo nas crianças com suas palavras e conselhos. A infância é uma fase por demais sadia, mas, acusa o educador, é abreviada por conta de cuidados que se deve tomar em vista de um futuro que na verdade é bastante incerto. “Homens, sede humanos, é o vosso primeiro dever”⁵⁹ aconselha Rousseau aos pais:

Para não correr atrás de quimeras, não esqueçamos o que convém a nossa condição. A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas; a infância tem seu lugar na ordem da vida humana; é preciso considerar o homem como homem e a criança como criança.⁶⁰

⁵⁸ Idem. Rousseau diz ser o destino da humanidade, o de sentir antes de pensar. Os romances que pertenciam à sua mãe assim o fizeram sentir, antes de aprender a pensar. Diz que desde cedo conseguia compreender as paixões. Lia e compreendia com facilidade, por isso formou noções romanescas sobre a vida humana.

⁵⁹ Rousseau, J.J. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. Difusão Européia do Livro –São Paulo, 1973. p. 61.

⁶⁰ Ibid. p. 62.

Nas *Confissões* Rousseau, como já dissemos, fala de sua infância, que parece ter sido muito feliz em meio aos livros. No *Emílio* o autor analisa o estímulo à imaginação não apenas causado pelo contato com a literatura, mas causado pelas opiniões, para falar das conseqüências nefastas do exercício da imaginação. Quando a faculdade da imaginação se desenvolve, pode colocar-se à frente das outras, e esta é uma hierarquia perigosa. Quando uma criança é educada para prevenir os terríveis arranhões que são típicos nessa fase, imaginará o que talvez sejam tais arranhões, supervalorizando ou menosprezando seus efeitos na medida dos relatos dos mais velhos. Na fase adulta, “é a imaginação que nos apresenta a medida das possibilidades”, diz Rousseau, “no bem como no mal, e que por conseguinte excita e alimenta os desejos pela esperança de satisfazê-los”⁶¹.

No *Emílio*, ainda livro II, a imaginação aparece vinculada à sabedoria e à felicidade. Neste trecho diz que com o aumento das faculdades, que ampliam a quantidade do que se abraça com o pensamento, estimuladas pelos dizeres de indivíduos entorpecidos pelos valores da sociedade, longe do suposto estado de natureza, estimula um desejo excessivo, pois as vontades de um indivíduo se tornam maiores que sua capacidade de satisfazer tais desejos⁶². É desta forma que nós, diz a seus leitores, na proporção do aumento de nossas faculdades, alastramos nossas misérias. A sabedoria não deve se encontrar abaixo das forças humanas, pois não haveria desenvolvimento pessoal sem seu avanço. Deve existir um equilíbrio entre poder e vontade, e é deste equilíbrio que se origina a felicidade. Desejar o que se conhece é sinônimo de felicidade quando só se quer o razoável. A isto chama de sabedoria. Para atuar sabiamente é preciso conhecer a imaginação e os perigos causados a seus poderes sobre a consciência. Dois mundos começam a surgir e são as duas dimensões com as quais toda mente terá que se habituar a distinguir: o mundo real e o mundo da imaginação. Rousseau faz o alerta: “O mundo real tem seus limites; o mundo imaginário é infinito. Não podendo alargar um, restringamos o outro, pois é de sua diferença que nascem todas as penas que nos tornam realmente desgraçados”.⁶³ Distinguindo mundo real de mundo imaginário o genebrino faz uma comparação entre bens e infortúnios. Chamo atenção, na frase de Rousseau, para o papel da opinião alheia que só poderia ganhar forças pela imaginação daquele que recebe os

⁶¹ Ibid. p. 61.

⁶² Ibid. p. 62.

⁶³ Ibid. p. 63.

elogios: “Tirai a força, a saúde, o bom testemunho de si, todos os bens desta vida se encontram na opinião; tirai as dores do corpo e os remorsos da consciência, todos os nossos males são imaginários”.⁶⁴

Dos males e bens enumerados por Rousseau, só por força da imaginação é que poderíamos chegar a uma série infinita de bens ou males que tranquilizariam ou encolerizariam um indivíduo no núcleo de suas ambições. A doença é um grande malefício. Mas para escapar do jugo, exemplifica, dá-se maior trabalho do que se teria para suportá-lo. O medo previamente alimentado vem do hábito de prevenir, e que Rousseau destaca em seu exagero.

A providência! A providência que nos transporta amiúde além de nós, e não raro nos coloca onde não chegamos nunca, eis a verdadeira fonte de nossas misérias. Que mania tem um ser tão passageiro como o homem de olhar sempre ao longe num futuro que vem tão raramente, negligenciando o presente de que tem certeza! (...). Assim é que nos apegamos a tudo; tempo, lugares, homens, coisas; tudo o que é, tudo o que será importa a cada um de nós; nosso indivíduo não é mais senão a menor parte de nós mesmos. Cada um se estende, por assim dizer, sobre a terra inteira e se torna sensível sobre toda esta grande superfície.⁶⁵

O autor se questiona se é obra da natureza no homem tal transporte de consciência que faz com que o corpo pareça sentir com tanta intensidade algo que dele ocorra tão distante. Não é simplesmente por causa dos desígnios da natureza que o ser humano desenvolve tal habilidade, mas por causa do cultivo de habilidades que passaram a ser requisitadas no meio social. Os pais, aprendendo com a sociedade, desde cedo, educariam seus filhos a prevenirem-se em demasia.

Bem, retornemos à questão levantado acima. Ainda neste livro II do *Emílio*, ao falar do destinatário, o autor parece querer mostrar como a educação poderia mudar a percepção de um indivíduo sobre aquilo que o cerca, e, por este motivo, aumentar a chance do indivíduo se sentir afetado por qualquer coisa. Não podemos negar de maneira categórica que, ao descrever o que ocorre com o destinatário de uma carta, Rousseau tenha tido em mente o próprio sofrimento ao recebê-las. Mostra a imaginação como prática que se aprimora através da

⁶⁴ Id.

⁶⁵ Ibid. p. 65.

educação, que se inicia com a fala e se perpetua com a escrita. Talvez tenha se questionado sobre sua experiência pessoal já para desenvolver este trecho do *Emílio*. Mas se assim não o faz, retoma o desenvolvimento de sua teoria e acaba por justificar os seus defeitos em suas *Confissões*. A carta e o hábito da leitura não possuiriam poder corrosivo próprio. Mas a carta, resultado da necessidade da comunicação, e o hábito de leitura, fruto de curiosidade instigada pela imposição do aprendizado, têm parcela de culpa na preparação do espírito para o sofrimento, imposição em sociedades corrompidas na visão do autor. No trecho a seguir opõe o transporte de consciência, causado pela imaginação, à habilidade de bastar-se a si mesmo.

Chega uma carta do correio; o homem feliz olha-a, está endereçada a ele, ele abre-a e a lê. No mesmo instante sua fisionomia muda; ele empalidece, desmaia. Voltando a si chora, agita-se, geme, arranca os cabelos, faz o céu tremer com seus gritos, parece tomado de tremendas convulsões. Insensato! Que mal te fez esse pedaço de papel? Que membro te arrancou? Que crime te levou a cometer? Que mudou ele em ti para te por no estado em que te vejo?

Se a carta tivesse perdido, se uma mão caridosa a houvesse jogado no fogo, a sorte desse mortal, feliz e desgraçado a um tempo teria sido, ao que me parece, um estranho problema. Sua desgraça, direis, era real. Certo, mas ele não a sentia. Onde estava ele então? Sua felicidade era imaginária. Entendo; a saúde, a alegria, o bem-estar, a satisfação de espírito não passam agora de visões. Não existimos mais onde nos encontramos, só existimos onde não estamos. Valerá a pena ter tão grande medo da morte se aquilo em que vivemos permanece?

Ó homem! Encerra tua existência dentro de ti e não serás mais miserável. Fica no lugar que a natureza te designa na cadeia dos seres, nada poderá arrancar-te dele; não te revoltas contra a dura lei da necessidade e não esgotes, querendo resistir-lhe, forças que o céu não te deu para prolongar tua existência e sim, tão-somente, para conservá-la como lhe agrada enquanto lhe agrada. Tua liberdade, teu poder só vão tão longe quanto tuas forças naturais, e não além; tudo mais não passa de escravidão, ilusão, prestígio. (...).

O único indivíduo que faz o que quer é aquele que não tem necessidade, para fazê-lo, de por os braços de outro na ponta dos seus; do que se depreende que o maior de todos os bens não é a autoridade e sim a liberdade. O homem realmente livre só quer o que pode e faz o que lhe apraz. Eis minha máxima fundamental. Trata-se apenas de aplicá-la à infância, e todas as regras da educação vão dela decorrer.

A sociedade fez o homem mais fraco, não somente lhe tirando o direito que tinha sobre as próprias forças, como também as tornando insuficientes.⁶⁶

O que mostram ambos os trechos destacados do *Emílio* é que Rousseau conhecia o perigo do estímulo à imaginação. Nem a experiência nem a reflexão conseguiram curar o autor de algo tão entranhado nele. Mas apesar desta incapacidade de promover a própria cura, sabia que o uso da imaginação sinalizava aculturação. A própria oposição que Rousseau traçou entre o homem natural e o homem civil, oposição que o autor apresentou no prefácio do *Discurso sobre a desigualdade*, pode ser mais bem compreendida quando se percebe que prejuízo pode causar a imaginação ao homem aculturado. A estátua de Glauco, mencionada por Rousseau neste prefácio, escondida pelos sedimentos do tempo, é o que o autor compara ao homem transfigurado pelas mudanças culturais e científicas. É o homem de imaginação aguçada que pode passar a depender de outros homens, e que pode até vir a ser escravizado pelas opiniões de quem o cerca.

1.4. A dependência das coisas e a dependência dos homens

No *Emílio*, Rousseau faz sua análise sobre a importância da educação para formação dos membros de uma sociedade ao dizer que os pais de uma criança impõem a ela, antes do tempo, os valores da sociedade. Com isso não percebem quais são as carências de formação para as quais chama atenção a própria natureza. Impõem a seus filhos, cedo demais, certos vícios que perpetuam a corrupção em que se vê mergulhada a sociedade. Os futuros comandantes aprendem desde cedo a dirigir ações para satisfação de desejos particulares, criados e alimentados pela própria razão que estimula a imaginação. Seus espíritos não se

⁶⁶ Ibid. p. 66.

satisfazem com o suficiente para o sustento de seus corpos, e pior, também não aprendem a pautarem suas ações pelo respeito ao coletivo.

Uma criança, por ter a capacidade de fantasiar, mesmo durante sua fase de desenvolvimento, deveria ser orientada apenas para a utilidade. A criança deveria ser obrigada a fazer apenas o que lhe fosse útil. Deveria conhecer as dores de um tombo, e não imaginar como elas sejam. De pequenas experiências é que o seu conhecimento seria construído. Com o conhecimento real dos pequenos sofrimentos, das dores de tombos, aprenderia a impor limites para suas ações. Conhecendo a realidade dolorosa através de pequeninos infortúnios, alertada para a presença de outros indivíduos, que se sentem como ela, a criança assim estaria preparada para desenvolver o sentimento de comiserção. Mas se os seus pais nada sabem sobre isto, o que esperar da educação que oferecem? Se tomam futilidades como um conjunto de necessidades, como educarão seus filhos? Os adultos deveriam auxiliar as crianças a conterem suas expectativas com relação à satisfação de seus desejos, mas fazem o contrário, indica Rousseau. Preparam os insensatos que pautarão suas ações pela fantasia, e procuraram a satisfação das necessidades que aprenderam a possuir.

Rousseau fala da infância como a uma condição que pode se perpetuar, quando fala do indivíduo que tem por medida apenas sua fantasia, relacionando tal perpetuidade com as contradições do sistema social. Faz um alerta aos educadores sobre a importância de sua tarefa na redução dos conflitos sociais, pois relaciona a satisfação dos chamados da natureza à dominância dos interesses particulares sobre os gerais. Fala ainda de outra consequência do aprendizado pela fantasia, que não é o sofrimento pessoal ante todas as coisas, mas a falta de habilidade do “educando” de perceber o sofrimento alheio enquanto procura satisfazer as mais fúteis necessidades particulares. A *dependência dos homens* engendra vícios, pois os indivíduos aprendem a imaginar que podem obter felicidade apenas pela satisfação dos desejos engendrados pela expectativa de corresponder aos anseios de terceiros. Tais vícios são alimentados, pois o caráter não é guiado em sua formação pelos trilhos de uma moral baseada na natureza.

Antes que os preconceitos e as instituições humanas alterem nossas tendências naturais, a felicidade das crianças, bem como a dos homens, consiste no emprego de sua liberdade; mas essa liberdade, nas primeiras, é limitada pela sua fraqueza. Quem quer que faça o que deseja é feliz, se se bastar a si mesmo: é

o caso do homem vivendo em seu estado natural. Quem quer que faça o que deseja não será feliz se suas necessidades ultrapassarem suas forças: é o caso da criança no seu estado natural, senão de uma liberdade imperfeita, semelhante a de que gozam os homens na sociedade. Não podendo prescindir dos outros, todos nós nos tornamos, desse ponto de vista, fracos e miseráveis. Éramos feitos para sermos homens; as leis e a sociedade nos mergulharam novamente na infância. Os ricos, os grandes, os reis são todos crianças que, vendo que se desvelam em avaliar sua miséria, tiram disso uma vaidade pueril e ficam muito orgulhosos com os cuidados que não teriam com eles, se fossem adultos.

Tais considerações são importantes e servem para resolver todas as contradições do sistema social. Há duas espécies de dependência: a das coisas, que é da natureza; a dos homens que é da sociedade. A dependência das coisas, não tendo nenhuma moralidade, não é nociva à liberdade e não engendra vícios; a dos homens, sendo desordenada, os engendra todos. E é por ela que senhores e escravos se depravam mutuamente. Se há meio de remediar a esse mal na sociedade, é substituir a lei ao homem e armar as vontades gerais com uma força real, superior à ação de qualquer vontade particular. Se as leis das nações pudessem ter, como as da natureza, uma inflexibilidade que nunca nenhuma força humana pudesse vencer, a dependência dos homens voltaria a ser a das coisas; reunir-se-iam na república todas as vantagens do estado natural às do estado social; juntar-se-ia liberdade, que mantém o homem isento de vícios, à moralidade que o eleva à virtude.

Conservai a criança tão-somente na dependência das coisas; tereis seguido a ordem da natureza nos progressos de sua educação. Não ofereçais jamais a suas vontades indiscretas senão obstáculos físicos ou castigos que nasçam das próprias ações e de que ela se lembrem oportunamente. Sem proibi-la errar, basta que se a impeça de fazê-lo. Só a experiência e a impotência devem ser para ele leis. Não façais nenhuma concessão a seus desejos porque ela o pede e sim quando tiver necessidade disso. Que ela não saiba o que é obediência quando age, nem o que é domínio quando por ela agem. Que sinta igualmente sua liberdade nas ações dela e nas vossas. Supri a força que lhe falta, precisamente na medida em que ela se mostra necessitada para ser livre e não autoritária; que recebendo vossos serviços com uma espécie de humilhação, ela aspire ao momento em que possa dispensá-los e em que terá de se servir sozinha.

A natureza tem, para fortalecer o corpo e fazê-lo crescer, meios que nunca devemos contrariar⁶⁷.

Fala a seus leitores sobre a voz da natureza que muitas vezes é abafada pelos gritos da sociedade. Retoma os princípios que desenvolve no *Contrato Social* e no seu *Discurso sobre economia política* (1755). Destaca as diferentes implicações do indivíduo com o coletivo, sustentadas, ora por maior atenção à vontade geral, ora à vontade particular. Rousseau se afasta das considerações sobre a imaginação indo de encontro aos problemas postos por sua teoria política, valorizando o papel das leis, recurso confiável à manutenção da ordem numa comunidade de indivíduos bem educados.

No trecho do *Emílio*, citado acima, o autor diz que o homem deve conservar a dependência das coisas, ou seja, o homem deve se preocupar com seu sustento, seu alimento, seu abrigo. Depender do que outros homens dizem ou querem, e, pior, depender da satisfação dos mais fúteis desejos pessoais, é estar corrompido, é propiciar o avanço das misérias humanas não apenas em si próprio mas no meio social.

Mas na situação de uma corrupção social generalizada, ele, homem de “caráter republicano”, membro da República das Letras, certamente tinha algo a dizer a seus leitores. Como Rousseau, contaminado pelo ânimo de suas posições, poderia oferecer ao grande público, literatura proveitosa? Bem, Salinas⁶⁸ nos mostra que Rousseau tinha a preocupação de dialogar com auditórios específicos. Certamente assim o fez com o seu *Emílio*, como forma de esclarecer os educadores de seu tempo, principalmente os pais, mostrando-lhes como deveriam agir se quisessem influenciar bem seus filhos. Marilena Chauí⁶⁹, no prefácio ao texto de Salinas, defende a mesma posição defendida por Salinas, isto é, que Rousseau possuía a habilidade de dirigir seu discurso a auditórios distintos. Para os habituados com a literatura ofereceu um romance epistolar, que, como nota William Mead⁷⁰, é formato que cativa o leitor, uma vez que sustenta a veracidade do diálogo, colocando em segundo plano a presença do autor da ficção.

⁶⁷ Ibid. p. 68.

⁶⁸ Fortes, Luís Roberto Salinas. *Rousseau: da Teoria à Prática* – São Paulo: Editora Ática, 1976.

⁶⁹ Ibid. p. 16.

⁷⁰ Mead, Willian. *Jean-Jacques Rousseau ou romancier enchainé* – Princeton University, 1966.

A dependência dos homens, condenada por Rousseau, pode nos dar uma pista sobre a posição assumida pelo autor com relação a seu próprio romance, que era um tipo de escrita com ampla divulgação num mundo em que o comércio de livros havia se transformado num grande negócio. Os leitores de Rousseau, se já não conheciam *Clarissa* de Richardson, certamente escreviam cartas de próprio punho. No século XVIII a Europa sentia o reflexo de uma série de mudanças culturais, econômicas, políticas e religiosas bastante significativas, que vinham acontecendo ao longo dos séculos anteriores, proporcionando novas liberdades aos indivíduos. Em comentário ao texto de Philippe Ariès⁷¹, Roger Chartier reitera o destaque dado por Ariès às modificações que ocorreram na esfera pública e na esfera privada da sociedade europeia à chegada do século XVIII. Chartier diz que Ariès sugeriu examinar, para se compreender como se redefine a fronteira entre o público e o privado, “três evoluções fundamentais que transformaram então as sociedades do Ocidente: o novo papel do Estado, que cada vez mais interfere em questões que durante muito tempo não eram de sua alçada; as Reformas religiosas, tanto as protestantes como a católica, que exigem dos fiéis uma devoção mais interior, mais íntimas; por fim os progressos do saber ler e do saber escrever, graças aos quais o indivíduo pode se emancipar dos antigos elos que o prendiam numa comunidade da cultura da fala e do gesto”.⁷² Não se deve esquecer que tanto os manuais de etiqueta quanto os escritos de ficção sobre relacionamentos, tão explorados no século XVIII, também sinalizam mudanças, e também, como diz Anne Vincent-Buffault⁷³, oferecem fonte de informação sobre a relação entre os indivíduos em sociedade, pois ditam regras de comportamento sobre a solidão e a amizade. Podemos dizer que não apenas o *Emílio* de Rousseau mas sua *Nova Heloísa* se encaixam na categoria do escritos de ficção sobre relacionamentos e que, em ambos os casos, Rousseau procurou atingir seus leitores, persuadí-los.

Ao fim destes processos de mudança, em meados do século XVIII, Rousseau escreve para os corrompidos, os leitores de romances, um elogio aos camponeses, que de acordo com o Rousseau do prefácio da *Nova Heloísa*, seriam os únicos realmente contemplados com o seu

⁷¹ Ariès, Philippe, *Por uma história da vida privada*, in: *Historia da vida privada*, 3 : da Renascença ao século das Luzes, org. Roger Chartier. Tradução de Hildegard Feist – São Paulo: Companhia das letras, 1991.

⁷² Chartier, Roger, *Figuras da modernidade*, in: *Historia da vida privada*, 3 : da Renascença ao século das Luzes, org. Roger Chartier. Tradução de Hildegard Feist – São Paulo: Companhia das letras, 1991. p. 22.

⁷³ Vincent-Buffault, Anne, *Da amizade, uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

recado. Aos leitores de Paris, uma armadilha: um romance com ensinamentos sobre conduta exemplar e moralidade. Ofereceu um retrato mais aproximado de uma comunidade campesina, pintou uma família em suas fases de formação e deu voz aos personagens que fariam desta família um excelente exemplo. Tal família, pequena sociedade utópica, não poderia ter existido em qualquer lugar. Certamente o poderia na região do Valais, nas redondezas da República de Genebra, aquela descrita por Rousseau em panegíricos, república fortalecida e mantida por muitos dos que ainda se consideravam verdadeiros discípulos de Calvino. Mostra a seus leitores de que forma poderia ser justificada a dependência entre os homens para que pudesse sustentar os laços familiares e garantir a moralidade nas ações de seus membros, única força que poderia elevar a importância das leis e garantir a existência de uma vontade geral na esfera social.

1.5. Os princípios do gosto

O conhecimento dos princípios do gosto, importante para a formação de Emílio, também é relevante para o leitor de Rousseau que quer compreender por onde se embrenha a sua crítica de costumes, sua crítica às artes. Procuramos compreender de que se tratam estes princípios, para mostrar como Rousseau oferece o perfil do homem corrompido, este que, como já vimos, depende das aparências, da credulidade dos que o cerca sobre as qualidades que diz possuir. Este que é escravo da opinião, se morasse na Paris do século XVIII, talvez frequentasse salões de festa e tivesse sido também um leitor de romances. Esta é caracterização que se pode oferecer interpretando Rousseau, crítico das artes e dos costumes de seu tempo.

Para discorrer sobre o que chamamos de princípios do gosto, retornemos ao livro IV do *Emílio*, pois aí enumera as qualidades de seu discípulo, adquiridas para o socorrerem no momento de conhecer a sociedade e transitar por seus círculos. O livro já se dirige para seu final, estando praticamente completa a educação de Emílio. O aluno de Rousseau possui a

qualidade da temperança, não fala muito, mas se expressa quando necessário, é cauteloso em sua busca por respeito, pois respeita os que o cercam sem fazer uso do recurso da bajulação, sabe adorar as mulheres, mas não possui o jargão zombeteiro dos galanteadores. A temperança de Emílio já é bastante marcada pela sua vontade de amar o ser humano e pela sua habilidade de levar em consideração os elogios adequados que lhe são dirigidos pelos outros. Sendo bom, Emílio também procurará, naqueles com os quais se relacionar, a característica da bondade. Fruto da mais sublime educação, era único, assim como o monstro de Mary Shelley⁷⁴, fruto da mais avançada “medicina”. No livro da autora, o personagem Victor Frankenstein, através dos estudos da filosofia da natureza, que o levaram aos experimentos científicos, deu vida a um ser que assim que se movimentou foi chamado de monstro pelo criador. Pode-se dizer que a monstruosidade aparece em Emílio em sua pureza, em sua virtude, a do segundo em sua feiúra. Emílio, sem a feiúra do monstro de Victor, permanece bom, mas o monstro de Victor, de aparência horripilante, torna-se mal por ser julgado apenas por sua aparência. Ambos são os filhos da melhor das intenções de seus criadores⁷⁵.

O que faltaria então ao belo aluno de Rousseau senão um aprimoramento, o exercício das habilidades adquiridas? É justamente isso que propõe Rousseau antes de levar Emílio e o leitor ao último capítulo do processo de educação, o da escolha de uma companheira para o seu personagem, que ocorre no livro V. Para se exercitar em meio à sociedade, será preciso a Emílio, que já se conhece muito bem, conhecer os que o cercam. Tendo sido formado de maneira adequada, procurará nos outros aquilo que lhe foi permitido cultivar em si mesmo, a bondade. Pelo exercício de seu poder de observação, e por conhecer apenas a si mesmo, estará atento à presença da qualidade da bondade nos outros e se sentirá agradecido e acolhido quando estes lhe sinalizarem estima. O exercício que faz parte da preparação de Emílio para vida em sociedade é o do raciocínio que agrada ou do que desagrade aos homens:

Estudando os homens por seus costumes na sociedade, como os estudava antes por suas paixões na história, terá muitas vezes a oportunidade de

⁷⁴ Shelley, M. *Frankenstein or The Modern Prometheus* – Great Britain: Oxford University Press, 1980.

⁷⁵ C.f. Romano, R., *Moral e ciência, a monstruosidade no século XVIII* – São Paulo : Editora SENAC São Paulo, 2003.

refletir sobre o que lisonjeia ou choca o coração humano. Ei-lo filosofando sobre os princípios do gosto; e eis o estudo que lhe convém no momento.⁷⁶

Rousseau chama de gosto a faculdade de julgar o que desagrade ou agrade à maioria dos indivíduos. O filósofo diz que todas as pessoas possuem esta faculdade mais ou menos desenvolvida. Não diz que existem pessoas de melhor gosto que outras, mas que existem pessoas com gostos distintos, isto é, poucas pessoas apreciam exatamente as mesmas coisas. Compara o gosto à beleza ao dizer que, embora a presença dos traços mais comuns faça uma pessoa bela, existem poucas pessoas assim, da mesma maneira como há poucas pessoas de gosto, apesar da reunião dos traços mais comuns indicar um gosto adequado. Diz que o gosto depende de uma série de regras locais, inclusive das instituições que governam um povo.

É preciso observar que não se trata aqui do que amamos por nos ser útil nem do que odiamos por nos ser nocivo. O gosto não se exerce senão em relação às coisas indiferentes ou de um interesse de divertimento quando muito, e não quanto àqueles que são de nossas necessidades; para julgar estas o gosto não é necessário, o apetite basta. Eis o que torna tão difíceis e, parece-me, tão arbitrárias as decisões do gosto; pois, fora do instinto que as determina, não vemos mais as razões de suas decisões. Deve-se ainda distinguir suas leis nas coisas morais e leis nas coisas físicas. Nestas os princípios do gosto parecem absolutamente inexplicáveis. Mas importa observar que há moral em tudo o que se liga à imitação: assim se explicam belezas que se afiguram físicas e não são. Acrescentarei que o gosto tem regras locais que assim o tornam em mil coisas dependentes dos climas, dos costumes, do governo, das instituições; que outras há que dependem de idade, do sexo, do caráter e que é neste sentido que não se deve discutir gostos.⁷⁷

⁷⁶ Rousseau, J.J. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. Difusão Européia do Livro –São Paulo, 1973. p. 394.

⁷⁷ Ibid. p. 395.

No parágrafo seguinte, abaixo reproduzido, Rousseau continua a dizer que a cultura e a sociedade interferem na formação do gosto de um indivíduo e de seus convíveres. Mas retoma a tarefa de educador ao dizer de que maneira é preciso observar os homens para, identificando suas vontades, desenvolver o gosto. A questão que Rousseau responde é a de como é possível identificar o gosto.

O gosto é natural a todos os homens, mas eles não o têm na mesma medida e ele não se desenvolve em todos da mesma maneira e, em todos, está sujeito a alterar-se por diversas causas. A medida do gosto que podemos ter depende da sensibilidade que recebemos; sua cultura e sua força dependem das sociedades em que vivemos. Primeiramente é preciso viver em sociedades numerosas para fazer muitas comparações. Em segundo lugar são precisas sociedades de divertimento e de ociosidade, pois nas de negócios tem-se por regra, não o prazer, e sim o interesse. Em terceiro lugar há que ter sociedades em que a desigualdade não seja grande demais, em que a tirania das opiniões seja moderada e onde reine a volúpia mais do que a vaidade; pois em caso contrário a moda abafa o gosto; e não se procura mais o que agrada e sim o que distingue⁷⁸.

Cultivados em diferentes sociedades, os juízos sobre o gosto dos membros de duas sociedades distintas certamente não valorizariam os mesmos detalhes de um objeto. Pessoas educadas em sociedades diferentes certamente julgarão de maneira distinta. Por outro lado, a semelhança de opiniões dentro de uma sociedade também é informação importante para o observador. Numa sociedade em que a moda abafou o gosto - e aqui incluo apontamentos de Rousseau sobre a formação do homem, de trecho anterior do *Emílio* - a *dependência dos homens* não foi identificada como um prejuízo para a formação individual. Por depender dos que o cercam, um aprendiz poderá facilmente supervalorizar suas opiniões. Por estar preso às opiniões, o indivíduo de gosto corrompido dependerá dos julgamentos dos que considera mais esclarecidos. Uma sociedade se encontra corrompida quando seus membros não julgam por si mesmos e aprovam cegamente o que também aprovam aqueles julgados mais esclarecidos. Rousseau faz um alerta a seus leitores, diz que cada um dos homens deve procurar ter seus

⁷⁸ Ibid. p. 365.

próprios sentimentos. Desta forma, se cada um realmente conhece o que lhe agrada, numa escolha, numa votação, receberá a maioria dos votos o que agrada em si. A qualidade do objeto não será preterida em favor da vontade de atender aos que parecem mais esclarecidos.

Ao ensinar seus leitores e seu aluno a filosofarem sobre o gosto, Jean-Jacques menciona o belo produzido pelos homens. Diz que estes, quando produzem algo belo, fazem-no por imitação. Esta imitação não é do produto de um outro homem, mas de algo encontrado na natureza, lugar onde todos os modelos de beleza se encontram. Porém, sem a natureza como guia, por causa da dependência dos homens, os quadros produzidos pelos membros de uma sociedade que se corrompe vão desfigurando ainda mais com o passar do tempo.

É então dos objetos que amamos que tiramos nossos modelos; e o belo de fantasia, sujeito ao capricho e à autoridade, não é nada mais do que aquilo que agrada aos que nos guiam.

Os que nos guiam são os artistas, os grandes, os ricos; e o que os guia eles próprios é seu interesse ou sua vaidade⁷⁹.

Os guias exibem seus talentos, suas posses, e assim sugerem uma situação social e cultural, características de toda sociedade constituída. Desta situação, que evidencia o papel de alguns particulares, eles próprios tiram proveito. Por outro lado, também podem tirar proveito da situação aqueles que, dizendo admirarem o produto dos mais talentosos ou sua situação, associam-se a certos grupos como forma de também se distinguirem. O luxo surge como uma consequência desta relação, em que ambos - aquele que produz, que é ativo, e aquele que adquire, que é espectador, agindo apenas por ter sido sugestionado por outrem - buscam distinção.

Parece que o assunto do filósofo não é o do escrutínio sobre a importância da arte para o artista que por ela se expressa. Ele ensaia sobre o prejuízo de uma sociedade em vista da falta de habilidade de seus membros de valorizarem o que merece ser valorizado. Em meio à produção artística e cultural de uma sociedade há algo de desnecessário e supérfluo, e é isto que pretende mostrar a crítica de Rousseau. Pode-se dizer que o filósofo permitiria que

⁷⁹ Ibid. p. 396.

disséssemos que, para alguns homens se destacarem, eles elegem a beleza de acordo com suas predileções, usam de sua retórica para convencer seus espectadores e ouvintes a aceitar seu uso de uma linguagem, que pode ser a da fala, a da escrita, ou mesmo a musical. Este destaque só ocorre porque tais homens fazem referência ao que é cultivado num solo cultural. Para se assemelharem aos que têm poderes para decidir, aqueles em busca da satisfação de caprichos, elegem os mesmos gostos para serem também notados nos círculos de maior prestígio.

Raciocinando com Emílio, o educador diz que é possível aprender sobre o gosto observando o comportamento dos homens nas sociedades em que o gosto já estivesse degenerado. Um gosto não degenerado pode ser observado nas sociedades em que se percebe uniformidade de opiniões. Tal uniformidade, interpretando-se o autor, pode ser percebida quando a vontade de agradar, de ser útil a seu semelhante, não se transformou numa bajulação. O autor também diz que, nos lugares em que tal corrupção se instaurou, ela é percebida pela distinção de opiniões que leva à discussões. Nestas sociedades, obrigados a se defenderem, os homens aprendem a raciocinar, desenvolvem suas habilidades intelectuais, filosofam. Rousseau cita Paris como a cidade em que podem ser encontrados os melhores exemplos do mau e também do bom gosto. Diz que bons livros, muitos dos mais aclamados no continente europeu, foram escritos por parisienses. Rousseau considera que a sociedade elege aqueles que destacará, elege seus porta-vozes, que ganham destaque por vencerem disputas. Distingue o livro do seu autor. Diz que, com um homem sábio, aprende-se muito mais ao conversar com ele do que ao ler seus escritos, mas que dar ouvidos a uma única pessoa não é a melhor forma de adquirir conhecimento. “É o espírito das sociedades que desenvolve uma cabeça pensante e que projeta a vista tão longe quanto pode alcançar”⁸⁰. Mesmo numa sociedade como Paris, onde pululam os exemplos de mau gosto, alguém com a centelha de gênio deve residir algum tempo.

Conseguir cultivar o gosto puro e sadio, gosto natural de cada indivíduo que procura o que realmente é agradável e lhe serve, é o objetivo do educador para Emílio. E é neste momento, quando o julgamento põe o gosto em exercício, que Emílio começa a aprender com a literatura, com a análise dos discursos, com a análise racional que apresenta as belezas da eloquência aos sentimentos. Por não ter se contaminado com a opinião alheia, Emílio poderá

⁸⁰ Ibid. p. 397.

perceber o que há de tagarelice, ou o que há de verdadeiro no uso da linguagem dos que lhe dirigirem a palavra. Emílio já está preparado para aprender com livros, com as peças de teatro. Diz o preceptor:

Levo-o aos espetáculos para que estude, não os costumes e sim o gosto; pois é nesses espetáculos sobretudo que ele se mostra a quem sabe refletir. Deixai os preceitos e a moral, dir-lhe-ei; não é aqui que cumpre aprendê-los. O teatro não é feito para a verdade; é feito para lisonjear, para divertir os homens; não há escola em que se aprenda tão bem a arte de agradar-lhes e de interessar o coração humano. O estudo do teatro leva ao da poesia; têm ambos o mesmo objeto. Se tiver algum gosto por ela, com que prazer cultivará as línguas dos poetas, o grego, o latim, o italiano! Tais estudos serão para ele divertimentos sem constrangimento e tanto mais úteis portanto. Ser-lhe-ão deliciosos numa idade e em circunstâncias em que o coração se interessa com todos os gêneros de beleza feitos para comovê-lo⁸¹.

Rousseau diz a seu aluno que quer que ele se comova com a linguagem que lhe fale ao coração mas não quer que ele perca a cabeça, e se entregue às emoções por causa dela. A linguagem do amor deve ser apenas agradável. Até obter êxito com as línguas mortas, na poesia ou literatura, é algo irrelevante em comparação com a possibilidade de Emílio conseguir ser, ao mesmo tempo, sensível e sábio. Ainda diz Rousseau:

Meu principal objetivo, ensinando-lhe a sentir e amar o belo em todos os gêneros é de nele fixar suas afeições e seus gostos, e impedir que suas tendências naturais se alterem e ele busque um dia, em sua riqueza, os meios de ser feliz, que deve encontrar perto dele. Disse alhures que o gosto não era senão a arte de se conhecer em pequenas coisas, e isto é verdade; mas como é de um tecido de pequenas coisas que depende a gostosura da vida, tais cuidados não são indiferentes; é por eles que aprendemos a apreciar os bens a nosso alcance, em toda a verdade que podem ter para nós. Não me refiro aqui aos bens morais que se

⁸¹ Ibid. p. 399.

ligam à boa disposição da alma, mas tão-somente ao que é de sensualidade, de volúpia real, postos de lado os preconceitos e a opinião⁸².

1.6. O aprendizado com a leitura

No fim do terceiro livro do *Emílio*, ainda desenvolvendo seu ensaio sobre o gosto, o autor deixa de lado seu Emílio, e passa a falar de si mesmo. Para convencer o leitor, o autor enumera conseqüências de uma mudança abrupta de sua vida para convidar o leitor a imaginar as condições ideais de uma vida familiar em sociedade. Diz que certamente modificaria suas ações se ficasse muito rico repentinamente. Mas diz que sua vida se diferiria da de um aristocrata, um lorde, ou rei do oriente. Fala que, como novo rico, também viajaria, mas que passaria a maior parte de seu tempo a observar a natureza para dar atenção apenas às coisas realmente belas. Se pudesse modificar suas condições financeiras, certamente, modificaria algumas de suas ações, iria se permitir prazeres que não havia experimentado, mas que já sabia existirem. Rousseau elege uma vida burguesa, regrada em gastos, para o usufruto do que lhe proporcionariam tais posses que talvez nunca tivesse, dizendo que, como ele, não agiam os aristocratas. Para formar laços de amizade a cautela lhe serviria de guia. Para vincular-se às pessoas certas, Rousseau optaria pela tática da conformidade de gostos, conformidade que seu aluno estava pronto para reconhecer.

O único laço entre as pessoas de minha companhia, seria o da conformidade dos gostos, o da convivência dos temperamentos; eu agiria como homem e não como rico; não admitiria nunca que o encanto fosse envenenado pelo interesse. Se minha opulência me tivesse deixado alguma humanidade,

⁸² Ibid. p. 400.

estenderia o mais possível meus préstimos e minhas mercês; mas desejaria ter ao redor de mim uma sociedade e não uma corte, amigos e não protegidos; não seria o patrão de meus convivas, seria seu hospedeiro. A independência e a igualdade dariam a minhas ligações toda a candura da benevolência; e onde o dever e o interesse não significassem nada, reinaria o prazer e a amizade⁸³.

Rousseau diz como levaria sua vida doméstica. O gosto seria o seu guia em sua procura por satisfação. Para levar a vida de modo a encontrar a felicidade, diz ao seu leitor que gastaria muito pouco de seu dinheiro, certamente nada com supérfluos; que não deixaria de freqüentar os lugares a pé, pois não dependeria de sua carruagem, de cavalos e de seu cocheiro para se transportar; que não trataria mal os empregados que para ele trabalhariam em casa, construída em local cautelosamente escolhido, uma colina afastada da cidade. Esta seqüência de procedimentos, adotados por um homem de bom gosto, para ter o domínio sobre os acontecimentos de sua vida - sinal de um domínio sobre as paixões, sobre suas próprias vontades, sobre sua condição, seu estado – funcionava como um exemplo de conduta, de temperança. Este exemplo era o do homem com fortunas, superior em posses, mas muito mais por causa dos poderes sobre sua vontade. Os elementos da vida exemplar da qual Rousseau oferece o retrato também são explorados nas imagens de sua *Nova Heloísa*. Ora, antes de um exame mais detalhado do retrato da vida feliz que Rousseau oferece mediante a sociedade de Clarens, seria útil que nos detivéssemos nas indicações do autor a seus leitores para que estes se dediquem à leitura e tirem o melhor proveito dela.

Para que os exemplos de virtude e de bom gosto pudessem ser percebidos dentro de uma história que se inicia como um romance agradável, o texto não poderia ser fruído sem momentos de reflexão. Na carta XII da primeira parte do romance encontramos as regras de interpretação que o leitor deveria obedecer em seus estudos para, aprendendo a encontrar quais eram os livros adequados, pudesse se tornar um sábio. Tais regras aparecem na forma dos conselhos de Saint-Preux a Júlia.

Após um ano de relacionamento os dois encontravam-se de tal forma embriagados pelos sentimentos que nutriam um pelo outro que os seus estudos pouco haviam progredido. Distraíam-se demais, professor e aluna, quando estavam próximos. Então Rousseau faz com

⁸³ Ibid. p. 405.

que Saint-Preux manifeste suas preocupações em relação a Júlia, em que oferece a ela um plano que pudesse “reparar pelo método o mal que as distrações fizeram ao saber”.⁸⁴ Júlia, até então, havia feito uma série de “leituras sem ordem e quase ao acaso, mais para consultar” o “gosto que para esclarecê-lo”.⁸⁵ Deveria, agora, escolher melhor os livros. Pouca leitura e muita meditação é o conselho de Jean-Jacques para que o conhecimento adquirido pudesse ser bem utilizado. Quando fosse dada a oportunidade de leitura, uma certa regra sobre o gosto deveria ser obedecida: retomando a idéia de interpretação que desenvolve em suas *Confissões*, quando ali relata como aconteceram suas primeiras leituras⁸⁶, o que, Júlia, ou o leitor em geral deveria aprender, era reconhecer os indivíduos que pudessem ser imitados, isto é, o leitor, vendo a virtude encenada diante dos olhos não faria mal a si mesmo se procurasse aprender com o exemplo do comportamento virtuoso. Para que estes exemplos fossem reconhecidos, o autor afirma que só o seriam após meticulosa observação, habilidade que deveria ser muito exercitada. Esta observação, que deve começar com o indivíduo percebendo a si, leva o aprendiz ao reconhecimento do que é a virtude. Diz Saint-Preux a Júlia sobre a imitação:

Portanto, não vamos procurar nos livros princípios e regras que encontramos com maior segurança dentro de nós. Abandonemos todas essas vãs disputas dos filósofos sobre a felicidade e a virtude, empreguemos, para nos tornarmos bons e felizes, o tempo que eles perdem em procurar como se deve sê-lo e proponhamo-nos antes grandes exemplos a serem imitados do que vãos sistemas a seguir⁸⁷.

Mas o tema do gosto é retomado aí com toda a sua força:

⁸⁴ Rousseau, Jean-Jacques, *A Nova Heloísa*. Tradução de Fulvia M. L. Moreto, Campinas, Editora da Unicamp, p. 65.

⁸⁵ Id., Grifo nosso.

⁸⁶ Vide o segundo item do quarto capítulo deste texto : A imaginação.

⁸⁷ Ibid. p. 67.

Sempre acreditei que o bom não era senão o belo posto em ação, que um estava intimamente ligado ao outro e que ambos tinham uma fonte comum na natureza bem ordenada. Resulta dessa idéia que o gosto se aperfeiçoa pelos mesmos meios que a sabedoria e que uma alma bem marcada pelos encantos da virtude deve proporcionalmente ser também sensível a todos os outros tipos de belezas. (...). Quantas coisas percebemos somente com o sentimento e de que é impossível explicar a razão? Quantos desses não sei quê que voltam tão freqüentemente e de que só o gosto decide? O gosto é, de algum modo, o microscópio do julgamento, é ele que coloca os pequenos objetos a seu alcance, e suas operações começam onde se detêm as do último. Que é necessário então para cultivá-lo? Exercitar-se para ver assim como para sentir e para julgar o belo por inspeção como o bom por sentimento⁸⁸.

Neste trecho percebemos uma frase muito relevante sobre a função do gosto para o autor: o gosto é o elemento que torna possível qualquer julgamento, pois a ele é anterior. Rousseau defende a supremacia do sentimento, que motiva qualquer aproximação do indivíduo com o que se lhe apresenta, que passa a apreciar ou dele se afasta. O julgamento só é possível depois que o elemento primordial, o gosto, coloca sob foco aquilo que simplesmente desperta o interesse. E a relação do gosto com a literatura continua:

Eis, minha encantadora Aluna, por que limito todos os vossos estudos a livros de bom gosto e bons costumes. Eis por que, transformando todo o meu método em exemplos, não vos dou outra definição das virtudes a não ser pinturas de pessoas virtuosas, nem outras regras para bem escrever a não ser livros bem escritos.⁸⁹

Como se pode perceber, a discussão sobre o gosto desenvolvida no *Emílio* sem dúvida está presente também no romance, assim como a reflexão sobre o gosto pode inclusive ter motivado Rousseau a publicar a *Nova Heloísa*. Por causa de reflexões sobre o gosto, isto é, sobre o que agradaria ou desagradaria os leitores em geral, sobre a maneira de mostrar o que

⁸⁸ Id.

⁸⁹ Id.

era belo, avaliou que poderia publicar um romance, pois ali fizera apologias à virtude, havia entrado no campo da *utopia histórica*, proposto uma espécie de *reflexão moral* localizada no *topos* do século XVIII. A expressão *utopia histórica* pode ser cunhada quando se tem em vista a posição de Michèle Duchet⁹⁰, a saber, de que mesmo se a *Nova Heloísa* de Rousseau for chamada de utopia, ainda assim ela se encontra inscrita na história. A *reflexão moral* parece ser o que Rousseau procurou proporcionar a seus leitores, quando publicou seu romance. Segundo Judith Shklar⁹¹ a intenção de provocar esta reflexão é o que aproxima o texto de Rousseau ao texto de Thomas More.

Mas chamar a comunidade de Clarens de utopia histórica é um contra-senso para muitos comentadores, pois para eles o termo utopia encerra o significado de projeto irrealizável ou fantasioso, e por isso, esta inserção na história, no sentido de realização, seria inviável. Este debate, no qual são destacadas as posições de Michèle Duchet e de Judith Shklar, é apresentado por Raquel de Almeida Prado em seu estudo sobre a representação do indivíduo no romance do século XVIII. Prado, ao discutir utopia e narrativa, se preocupa com variações semânticas do termo utopia, adotadas por diferentes comentadores e estudiosos do tema e da obra de Rousseau. Em seu estudo a autora procura questionar a leitura de Watt⁹², que, de acordo com a autora, buscou “em personagens da literatura renascentista as raízes dos mitos do individualismo moderno”⁹³ e por isso superestimou o papel de Rousseau. A autora procura mostrar que outros “mitos literários”, além dos mencionados por Watt, a saber, Fausto, Don Juan e Don Quixote, poderiam ser utilizados para compreender como evoluiu a representação do indivíduo no romance francês do século XVIII. No caso da *Nova Heloísa* de Rousseau, a autora chama atenção para a legitimidade do recurso à utopia para compreensão do romance de Rousseau.

⁹⁰ Duchet, M. *Clarens*, ‘*le lac-d’amour ou l’on se noiê*’, *Littérature*, n. 21, 1976, apud Prado, Raquel de Almeida, *A jornada e a Clausura*. São Paulo – Ateliê Editorial, 2003, p. 20.

⁹¹ Shklar J., *Men and Citizens, A Study of Rousseau’s Social Theory* – Cambridge: University Press, 1985. apud Prado, Raquel de Almeida, *A jornada e a Clausura*. São Paulo – Ateliê Editorial, 2003, p. 21.

⁹² Watt, I. *Mitos do individualismo Moderno*. Tradução de Mário Pontes, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997 apud Prado Raquel de Almeida, *A jornada e a Clausura*. São Paulo – Ateliê Editorial, 2003, p. 14.

⁹³Id.

Carlos Eduardo Ornelas Berriel, editor da revista *Utopia e Renascimento*, diz que “as utopias, partindo de elementos reais, reconstroem todas as Histórias possíveis, todos os cenários que a História não realizou” e menciona a idéia de Aristóteles expressa em sua *Poética*, de que a “poesia é mais ampla que a História, pois realiza até o fim aquilo que a História apenas esboçou”⁹⁴. Deste modo, quando chamamos a sociedade de Clarens de *utopia histórica*, concordamos com a interpretação de comentadores de Rousseau que, como Shklar, vêem no texto de Rousseau a intenção de provocar uma *reflexão moral* sobre os costumes de seus leitores, costumes do tempo de Rousseau, de sua realidade histórica.

O refúgio que construiu o utopista não foi numa ilha ou num país distante, mas nos próprios arredores de Paris. Maria José de Queiroz⁹⁵ diz que Rousseau foi um indivíduo que fora induzido por sua timidez e temperamento a “recalcar as emoções”⁹⁶, e foi por isso que buscou constantemente por alguma forma de isolamento, como em Saint-Pierre, ilhota localizada no lago de Bienne. A autora menciona trecho das *Confissões* em que Rousseau teria dito que, na ilha de Saint-Pierre havia passado o tempo mais feliz de sua vida. No entanto, quando se compara a utopia da sociedade de Clarens, criação literária de Jean-Jacques, com a *Utopia* de Thomas More, pode-se perceber que os isolamentos destas sociedades diferem, uma localizada em território europeu, e a outra além mar. Se pudéssemos transformar o que chamamos de *reflexão moral* numa categoria que pudesse nos servir de elemento de comparação, poderíamos dizer que a reflexão moral sugerida pelo modelo de Clarens incide sobre costumes e hábitos familiares, e a sugerida pela *Utopia* de More incide sobre o Estado e a sociedade em geral. Comparações entre os dois textos certamente não terminam aqui, mas não é nosso objetivo ir além.

A defesa do utopista, ou melhor, do romancista Rousseau, necessária a um crítico da função das artes que a elas havia se dedicado, estava na própria argumentação que imputou a seus opositores, que pensavam que a cena sempre poderia passar algo de proveitoso a quem a

⁹⁴ Berriel, Carlos Eduardo O., org. Revista *Morus, Utopia e Renascimento* – Campinas: LabGraf/Unicamp, 2005.

⁹⁵ Queiroz, Maria José de, *As ilhas de Rousseau ou O exílio da sociedade humana* in: *Os Males da Ausência ou A literatura do Exílio* – Rio de Janeiro: TopBooks, 1998, p. 209

⁹⁶ Ibid. p. 216.

presenciasse⁹⁷. Mas não é por causa disso que se permitiu publicar o romance; sua justificativa estava em sua *Carta a d'Alembert*. Diz aí que o efeito moral do teatro, pode-se dizer, da cena, era o de realizar nos corações humanos, antes, uma “mudança nos corações corrompidos que premunir contra o vício as almas fracas”⁹⁸, o que só poderia ocorrer através do exercício dos sentimentos honestos nos quais também poderiam se firmar as almas virtuosas. Ora, Rousseau só publicou o seu romance por considerá-lo especial. Rousseau, um artista, que antes de publicar seu romance já havia sido aclamado pelo público, com sua ficção certamente procurou influenciar a opinião de seus leitores. Assim o procurou fazer Rousseau, mostrando o que compreendia por ação moral, possibilitando a seus leitores que aprendessem com as emoções de seus personagens e com as lições sobre o uso da razão. Queria fazer com que se exercitassem em sentimentos honestos. Queria que se identificassem com eles, queria impressionar assim como havia sido impressionado pelos grandes de Plutarco.

⁹⁷ Parece ser esta, segundo Rousseau, a posição defendida por d'Alembert ao propor o a construção de um teatro em Genebra.

⁹⁸ Rousseau, Jean-Jacques. *Carta a d'Alembert*. Tradução de Roberto Leal Ferreira – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. p. 170.

Capítulo 2

A sociedade de Clarens

2.1. A função política do idílio de Clarens

O idílio na literatura, desde a antiguidade até os dias atuais, apareceu em diferentes formas. Quem no diz isto é o estudioso da literatura, Mikhail Bakhtin⁹⁹, que faz distinção de quatro tipos canônicos: o idílio amoroso, o idílio dos trabalhos agrícolas, o idílio do trabalho artesanal e o idílio familiar. Também nos diz o estudioso que existem os tipos mistos, em que os elementos dos tipos puros se combinam de modo variado. Bakhtin nos diz ainda que é nesta última categoria que pode ser encaixado o romance de Rousseau. Bakhtin diz que Jean-Jacques Rousseau faz uma elaboração do tempo e das *vizinhanças* idílicas de forma bastante consistente, assim como autores ulteriores e congêneres a ele¹⁰⁰. Com “vizinhanças”, Bakhtin quer denominar a proximidade conferida pela composição do idílio entre os valores de elementos como o nascimento, a morte, a comida e a bebida, a criança, etc. , que diferentemente podem ser combinados. Rousseau combina o tempo com estas vizinhanças de duas maneiras: na primeira os elementos natureza, amor, família, procriação, morte, que são os elementos fundamentais que fazem parte do “complexo antigo (...) são isolados e sublimados num alto plano filosófico, como forças eternas, grandes e sábias da vida universal”¹⁰¹. Na segunda, todos estes elementos são destinados a uma consciência individual isolada. Para esta consciência, natureza, família, etc., são as próprias forças que cuidam do

⁹⁹ Bakhtin, M., *Questões de Literatura e de Estética*. São Paulo - Editora Hucitec, 1998. P. 333. O estudioso da literatura toma para si o esforço da análise abstrata, tarefa que se segue à da contemplação de uma obra, que segundo próprio autor coloca o observador em contato com cargas emocionais muito fortes. Bakhtin procura destacar elementos e valores da literatura, que classifica como espaços-temporais, cronotópicos. O autor está interessado na busca é por tipologias estáveis, e em vista deste objetivo oferece descrições bastante gerais mas coerentes dos objetos literários que contempla e analisa.

¹⁰⁰ Ibid. p.337.

¹⁰¹ Id.

complexo, purificam-no, tranquilizam-no, são forças às quais o complexo deve se dedicar, se submeter, com as quais ele deve se fundir¹⁰². Bakhtin nos diz ainda que:

Nos romances que seguem a linha de Rousseau, os personagens principais situam-se no estágio de evolução da sociedade e da consciência de seu tempo, são pessoas desligadas das séries individuais da vida, pessoas de aspecto interior. Elas são curadas pelo contato com a natureza, com a vida das pessoas simples, aprendem com essas pessoas a relação com a vida e com a morte (...) ¹⁰³.

Bakhtin observa que na linha que corresponde à de Rousseau, não há o interesse na manutenção dos “micromundos patriarcais”¹⁰⁴, mas ao contrário, há a procura por dar uma “sublimação filosófica à entidade antiga, fazer dela um ideal para o futuro e, antes de mais nada, vê o motivo e a norma de uma crítica da situação da sociedade de então. Essa crítica é (...) dupla: ela está voltada contra a hierarquia feudal, a desigualdade, o absolutismo arbitrário, as mentirosas convenções sociais (o convencionalismo), mas ela também está voltada contra a anarquia de interesses e contra o indivíduo burguês alienado e egoísta”¹⁰⁵.

O que Bakhtin parece mostrar é que o idílio rousseaniano encerra uma crítica político-social, além de incluir nesta crítica, elementos literários tradicionalmente explorados. Ora, o nosso interesse é o de sugerir como o romance de Rousseau, especialmente nos trechos da construção da sociedade idealizada de Clarens, prenuncia algumas das posições de Rousseau assumidas no *Contrato Social*, e, de certa forma, confirma às já anunciadas no *Discurso sobre economia Política*, publicado em 1755 como verbete do quinto volume da *Enciclopédia* idealizada por Diderot e D’alembert. Pretende-se sugerir que a crítica à autoridade individual de um sobre os demais, característica constitutiva dos regimes despóticos, é duramente criticada em seu romance.

Antes de adentrarmos na comunidade de Clarens, é de interesse fazer rápida incursão no *Discurso sobre Economia política* para mostra como pode-se interpretar a crítica de

¹⁰² Id.

¹⁰³ Ibid. p. 338.

¹⁰⁴ Id.

¹⁰⁵ Id.

Rousseau a autoridade. Neste *Discurso*, que ficou conhecido como o *Terceiro Discurso*, o autor distingue dois tipos de economia. A primeira, a particular ou doméstica, e a segunda, a geral ou política. Esta distinção é importante pois o autor, depois de já ter publicado o seu romance, diz no *Contrato* que as sociedades familiares formaram-se antes das em forma de Estado¹⁰⁶. Pode-se dizer que no *Terceiro Discurso* Rousseau procurava distinguir Estado e família para mostrar que empréstimos a economia geral ou política fazia da particular ou doméstica, e que empréstimos seriam ilegítimos. Esta ilegitimidade poderia ser constatada, e aqui interpretamos Rousseau, quando tais empréstimos não levassem a um funcionamento da economia doméstica que fosse proveitoso para o corpo coletivo. O Estado, especialmente o monárquico, estaria se servindo do modelo de funcionamento da economia familiar para gerenciar o funcionamento da sua economia. Através deste empréstimo de práticas, os governantes dos Estados exacerbavam as desigualdades entre os membros da sociedade. Podemos dizer que Rousseau nos permitiria levantar a tese de que é numa hierarquia de tipo familiar que se sustenta o poderio da monarquia, e pela lógica do acúmulo que permeava as ações do chefe de família, a sociedade pagava caro, já que uma das desigualdades sociais, diferença da condição entre ricos e pobres, ou aumenta ou não diminui, pois segundo o exemplo radical de Rousseau, o monarca governa uma nação pensando em si e no poderio de sua família.

É importante lembrar que, no *Contrato*, o autor diferencia as formas de governo, e reconhece que cada forma pode ser a melhor para este ou aquele povo. Mas diz que a monarquia só convinha “às nações opulentas”¹⁰⁷. A distância entre o povo e o governante numa monarquia é a maior dentre todas as formas de governo, e por isso é o sistema que infringe ao povo os tributos mais onerosos. Neste aspecto o *Contrato* e o *Terceiro Discurso* estão em acordo, isto é, de que a monarquia era de fato a forma de governo mais propícia ao déspota, que “em lugar de governar os súditos para torná-los felizes (...) os torna miseráveis para governá-los”¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Ibid. p. 55.

¹⁰⁷ Ibid. p. 166.

¹⁰⁸ Id.

No *Terceiro Discurso* o autor diz que as regras para a condução de uma família não deveriam servir para um Estado¹⁰⁹. O empréstimo que a ordem política faz da doméstica para se sustentar é inadequado, pois ambas as economias diferem em tamanho, na quantidade e qualidade dos membros que movimentam uma e outra. Na família o pai cuida das crianças, que mais fracas e em formação carecem de suas imposições. Já no Estado monárquico, o cidadão não recebe este tipo de cuidado.

O pai deve mandar em sua família. Deve ter voz de comando nos momentos críticos. Os filhos devem obediência ao pai: primeiro por necessidade e depois por gratidão. Esta lógica não poderia ser transportada para a sociedade política, pois o líder, quando age como pai, amplia suas regalias, impõe aos concidadãos um sistema que não lhes trará benefício algum. Um povo nunca poderia ser grato a seu tirano pelo mesmo motivo que os filhos educados por um pai autoritário. Quando ocorre alternância de poder num Estado comandado por uma família, o esquema de usurpação apenas se perpetua. O povo não recebe nada de volta quando ocorre troca de reis, apesar da submissão ao *pater familias* real. Já os filhos do pai autoritário receberem algo com a partilha dos bens paternos. O destino de uma família que prospera sob os ditames do pai autoritário é transformar-se em outras.

O instinto de preservação, mesmo que mascarado pelos ditames sociais, pode guiar o pai em sua tarefa de preservação da família. Mas o mesmo não deveria acontecer com o chefe de Estado que só promoverá a ruína coletiva ao ouvir a voz de suas paixões. A análise de Rousseau o leva à seguinte conclusão:

De tudo que acabo de expor, segue-se que é com razão que se distingue a *economia pública* da *economia particular*, e que, como o Estado não possui nada em comum com a família além da obrigação que têm os chefes de tornar feliz uma e outra, as mesmas regras de condução não poderiam convir às duas¹¹⁰.

¹⁰⁹ Rousseau, Jean-Jacques. *Oeuvres Complètes*. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, v. III, 1964. p. 241.

¹¹⁰ Ibid. p. 244. Tradução nossa.

Ora, esta é uma contradição que Rousseau apresenta ao leitor que se pergunta sobre o funcionamento da economia doméstica. Para compatibilizar a caracterização da economia doméstica, feita no *Terceiro Discurso*, com a caracterização da economia doméstica feita no romance, encontramos nítida dificuldade, pois Rousseau parece falar da economia doméstica de duas formas diferentes. No *Terceiro Discurso* mostra como a autoridade paterna, movida pela vontade particular, poderia, ainda assim, trazer benefício aos filhos, que seriam amplamente compensados com a partilha dos bens paternos. Procurando o retrato desta forma de autoridade no romance a encontraremos na família do Barão d'Etange. É este senhor que obrigou a filha a um casamento, pois havia empenhado a palavra publicamente. O casamento de sua filha ocorreria exclusivamente por vontade paterna. O homem escolhido possuía recursos financeiros, recursos que não possuía Saint-Preux, o antigo amante da filha. É importante lembrar que Rousseau menciona que as riquezas do Barão d'Etange, depois do casamento consumado, teriam passado para a nova família que havia se formado. Na carta XX da terceira parte do romance Júlia diz que os bens de seu pai já haviam se juntado aos bens de seu marido.

A ordem de Clarens se opõe à ordem da antiga família, representada pela família do Barão d'Etange, e de certa forma a leitura de Bakhtin nos auxilia neste ponto. A ordem de Clarens se opõe à antiga ordem familiar como se opõe a esfera do Estado à esfera familiar no *Terceiro Discurso*. Por tanto, a comunidade de Clarens representa uma novidade. Quando Rousseau diz que para governar um Estado a autoridade paterna não basta, é de um outro tipo de autoridade que fala, e assim como o legislador, o preceptor e o personagem Wolmar, são autoridades que pretendem algo mais que do que garantir, através do exercício de suas autoridade, o acúmulo de suas riquezas particulares. Por meios distintos, através do exercício de suas tarefas, ambas as autoridades procuram promover de alguma forma o interesse comum. Passemos ao romance e vejamos como se dá o exercício da autoridade na comunidade de Clarens.

2.2. O entusiasmo de Saint-Preux

A sociedade de Clarens começa a aparecer apenas a partir da quarta parte do romance. Raquel de Almeida Prado nota que “as seis partes da *Nova Heloísa* podem ser divididas em dois grandes blocos”¹¹¹. O primeiro bloco é aquele que encerra o drama dos dois “heróis”, Júlia e Saint-Preux, que aí vivem uma tragédia que culmina com sua separação. O segundo bloco é o da descrição do funcionamento da sociedade de Clarens, a “sociedade do contrato”¹¹², onde a desigualdade deverá ser superada¹¹³. Quem se ocupa desta descrição é o personagem Saint-Preux, que observava as novidades em sua própria terra depois de ter sido, de certa forma, preparado para percebê-las, pois amadurecera durante a longa viagem motivada pelo desconsolo causado pelo Barão D’Etange, pai de Júlia, que havia escolhido outro homem para tornar-se o esposo de sua filha, Júlia, a amada de Saint-Preux. Quando o viajante retorna, Júlia e Wolmar já haviam se casado. Saint-Preux envia carta à Sra. D’Orbe, em que fala de suas aventuras e de seus sentimentos por Júlia, ainda fortes depois de longos anos de separação. Depois da carta de Saint-Preux segue-se uma missiva enviada pelo próprio Wolmar a ele. Ao descobrir que Saint-Preux havia retornado, Júlia faz algumas confissões a seu esposo, confidenciando-lhe alguns dos episódios de seu passado e dizendo que havia sido amante do viajante que acabara de chegar. Surpreendentemente, a atitude de Wolmar não é nem rancorosa nem fruto de temor. O homem cordato convida Saint-Preux a conhecer sua família, e assim, permite-lhe o reencontro com Júlia.

Embora ainda não nos conheçamos, estou encarregado de vos escrever.
A mais modesta e mais cara das mulheres acaba de abrir seu coração a seu feliz esposo. Ele vos julga digno de ter sido amado por ela e vos oferece sua casa. Nela reinam a inocência e a paz, nela encontrareis a amizade, a hospitalidade, a estima, a confiança. Consultai vosso coração e, se nela não houver nada que vos assuste, vinde sem medo. Não partireis daqui sem deixar um amigo.

¹¹¹ Prado, Raquel de Almeida, *A jornada e a Clausura*. São Paulo – Ateliê Editorial, 2003. p. 28.

¹¹² Ibid. p. 41.

¹¹³ Id.

Wolmar

P.S. Vinde, meu amigo, esperamo-vos com solicitude. Não terei a dor de uma vossa recusa.

Júlia.¹¹⁴.

Depois da carta de Wolmar, concluída pela esposa, é Claire, a Sra. d'Orbe, que escreve a Saint-Peurx para avisá-lo sobre o que encontraria em seu caminho. Diz a ele que Wolmar pretendia curá-lo: diz que nem Júlia, nem ela, Claire, nem ele próprio, Wolmar, poderiam encontrar a verdadeira felicidade sem que Saint-Preux estivesse curado dos tormentos da paixão¹¹⁵. Pois bem, Saint-Preux vai ao encontro de Júlia e de seu esposo. Este processo de cura se daria de maneira longa e prolongada. Neste processo de cura certamente está incluído o de “aclimatação”, isto é, Saint-Preux deveria colocar em prática seu poder de observação, assim como fizera em sua viagem, para aprender. Em carta a Milorde Eduard, a décima da quarta parte do romance, conta, admirado, como tudo funcionava na casa dos Wolmar:

Quantos prazeres que conheci tarde demais experimento há três semanas! Como é agradável passar os dias no seio de uma tranqüila amizade ao abrigo das tempestades das paixões impetuosas! Milorde, que espetáculo agradável e tocante o de uma casa simples e bem dirigida em que reinam a ordem, a paz, a inocência, em que se vê reunido sem aparato, sem ostentação, tudo o que responde ao verdadeiro destino do homem! O campo, a vida retirada, o repouso, a estação, a vasta planura d'água que se oferece a meus olhos, o selvagem aspecto das montanhas, tudo me lembra, aqui, minha deliciosa Ilhia de Tinia. Julgo ver realizados os votos ardentes que já formulei tantas vezes. Levo aqui uma vida a meu gosto, encontro uma companhia segundo o desejo do meu coração. Faltam neste lugar apenas duas pessoas para que toda a minha felicidade esteja reunida e tenho esperanças de vê-las aqui em breve.

¹¹⁴ Rousseau, Jean-Jacques, *A Nova Heloísa*, (1761). Tradução de Fúlvio M. L. Moretto – Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 365.

¹¹⁵ Ibid. p. 417.

Enquanto espero que vós e a Sra. d’Orbe venhais levar ao mais alto grau os prazeres tão doces e tão puros, devo aprender a apreciar o lugar em que me encontro, quero dar-vos deles uma idéia pela narração de uma economia doméstica que anuncia a felicidade dos donos da casa e a faz partilhar àqueles que a habitam. Espero, a respeito do projeto que vos ocupa, que minhas reflexões possam um dia ser usadas e esta esperança serve também para suscitá-las.¹¹⁶

O que percebemos no início desta carta é que Saint-Preux, um “estrangeiro”, inicia a sua descrição da família para informar a Milorde Eduard como funcionava a casa que o próprio Eduard já conhecia. Com a descrição deste “estrangeiro”, pode-se dizer que Rousseau tentou convencer seus leitores a colocarem-se no lugar de Saint-Preux, a imaginarem a experiência da visita, para compartilharem do aprendizado de Saint-Preux, que achava ser seu dever adequar-se ao lugar em que se encontrava. Saint-Preux passou estas informações a Eduard para que ele próprio também tirasse proveito do sistema ali adotado. Ora, encontramos aí a nítida intenção do autor do romance de fazer com que o personagem Saint-Preux pudesse persuadir o leitor de que a vida no campo, conduzida de acordo com regras da economia doméstica, que ainda descreveremos mais adiante, poderia substituir a economia ainda utilizada por senhores de feudos. Um novo *modus operandi* de comando substituiria o *modus operandi* antigo. Os equívocos cometidos pelo pai de Júlia, o Barão d’Etange, dariam lugar aos acertos da autoridade benfazeja, aos acertos de Wolmar, o conhecedor das causas sensíveis da moralidade, assim como o preceptor de Emílio e o legislador do *Contrato Social* viriam a ser.

¹¹⁶ Ibid. p. 440-441.

2.3. A escolha do local para a casa, tipos de serviço e a contratação de empregados

A casa havia sido adequadamente mobiliada. Tudo que ali existia anteriormente e que servia apenas de ornamento foi colocado em desuso. Júlia e Wolmar concordavam sobre a irrelevância do elemento estético no que se refere à funcionalidade e à comodidade dentro da casa. Tudo aquilo que servia a algum propósito havia sido mantido. Os jardins por demais espaçosos, por exemplo, perderam espaços para as hortas. Diz Saint-Preux que por “toda parte substituiu-se o útil ao agradável e o agradável quase sempre levou a melhor”¹¹⁷. Saint-Preux comunica a Eduard que o casal preferiu o idílio de Clarens ao suntuoso castelo de Etange. O personagem compara a região de Clarens, onde o grande produto era o vinho, com a da baronia de Etange, onde existiam apenas prados e campos de onde poderiam retirar a madeira. Wolmar teria optado pela região de Clarens, pois ali poderia cultivar, e a esta opção Saint-Preux atribui a “uma razão de economia”¹¹⁸.

As terras dos Wolmar eram vastas e ali, como em toda terra produtiva, havia muito que fazer. Precisavam de empregados para o cultivo dos vinhedos, para tomar conta da criação, do gado e das aves, para a manutenção dos carros ou carruagens, usados para o transporte de mantimentos ou de passageiros, e para se ocuparem dos serviços domésticos em geral. Além dos trabalhadores fixos, era necessário um grande número de operários que trabalhassem pela jornada, isto é, pela remuneração diária. Todos, inclusive aqueles que receberiam a remuneração no dia, eram escolhidos dentre os habitantes da região ao invés dos que vinham de longe. Mesmo os mais robustos não tinham lugares garantidos, especialmente se estivessem buscando mesma ocupação que alguém da região. A afeição demonstrada na escolha de alguns de menor robustez, mas do local, a longo prazo, compensaria a pequena perda causada pela escolha dos menos robustos, e só não ocorreria se fosse para dar os postos de trabalho a “pessoas honestas”¹¹⁹. Esta era a primeira regra a ser obedecida na contratação.

¹¹⁷ Ibid. p. 386.

¹¹⁸ Id.

¹¹⁹ Ibid. p. 388.

A segunda era a de exigir que amassem os patrões: e a terceira, a de que os empregados devessem atender os patrões conforme o agrado deles.

No que diz respeito à remuneração, duas regulamentações eram obedecidas: a primeira era a de honrar os trabalhadores pagando o preço corrente da região, e a segunda era a de propor o aumento da remuneração dos contratados na medida em que cumprissem, satisfatoriamente, as obrigações impostas. Assim que entrava na família, o recém-empregado recebia apenas este salário comum, mas com o passar do tempo tinha seu valor corrigido. Como a intenção dos donos era a de manter os empregados o maior tempo possível, aumentavam seu salário todo ano em um vigésimo. Com esta prática o objetivo era valorizar o empregado sem causar dano às contas da casa. De duas possibilidades uma: ou não chegariam a pagar tanto a seus funcionários, pois não permaneceriam ali tanto tempo, ou seriam largamente compensados por seus gastos com a dedicação destes empregados mais antigos. Assim diz Saint-Preux a Eduard em suas explicações:

Sentis perfeitamente Milorde, que é um expediente seguro para aumentar continuamente a solicitude dos empregados e para atraí-los a si, à medida que os donos se apegam a eles. Não há somente prudência, há mesmo equidade numa tal organização. Será justo que um recém-chegado sem apego e que talvez apenas um mau caráter receba, ao ingressar, o mesmo salário que se dá a um antigo servidor, cujo zelo e fidelidade foram provocados por longos serviços e que, aliás, envelhecendo, se aproxima do momento em que estará sem condições de ganhar a vida? De mais a mais, esta última razão não é pertinente aqui e podeis bem imaginar que donos sem caridade cumprem por ostentação e não abandonam os empregados a quem as doenças ou a velhice retiram os meios de servir¹²⁰.

Mas o incentivo oferecido por Wolmar a seus empregados não era apenas financeiro. O acolhimento dos empregados envolvia muito mais procedimentos. Desde o treinamento, até a educação de seus funcionários mais jovens e ao acolhimento dos mais velhos, obedeciam certas regras. Tais regras, de acordo com o a posição que aqui se defende, eram as de que o ambiente, a alimentação, as horas de diversão, eram oferecidas aos funcionários, que se

¹²⁰ Ibid. Pp. 389-390.

tornavam membros da família, para que levassem uma vida moral, regrada, saudável e feliz junto a seus “senhores”.

2.4. A relação dos patrões com seus empregados: homens, mulheres e regras de “economia animal”

O personagem Wolmar representa a figura paterna ideal, representa o homem que sabe conduzir os negócios familiares e que reconhece o papel de sua esposa. Júlia, exemplo de mulher, executa com perfeição todas as tarefas que cabem aos indivíduos de seu sexo. Ao oferecer a seu leitor estes dois modelos, Rousseau sustenta, mais uma vez, a necessidade de haver distinção entre as ocupações do homem e as da mulher, distinção que baseia em uma diferença natural, a do sexo, a qual é uma condição imposta pela natureza, devendo ser respeitada para que bons costumes sejam reforçados no meio social. É bastante nítida a preocupação do autor com a relação entre homem e mulher. É mister lembrar que no início do *Emílio* Rousseau dedica a seu tratado a “terna e previdente mãe”¹²¹. De acordo com Robert Darnton¹²² o *Emílio* serviu para redirecionar alguns hábitos da corte e da emergente classe burguesa na Europa do século XVIII. Pode-se dizer que Rousseau transformou em nova moda

¹²¹ Rousseau, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. Difusão Européia do Livro – São Paulo, 1973. P. 9.

Diz Rousseau no *Emílio* que se alguém quiser fazer que todos se atenham a seus deveres, deve-se começar pelas mães (p. 21). Sobre as mães: “que concordem em amamentar seus filhos e os costumes reformar-se-ão sozinhos, os sentimentos da natureza despertarão em todos os corações; o Estado repovoará. E este ponto, tão somente este ponto, vai tudo unir. A atração da vida doméstica é o melhor contraveneno para os maus costumes (p.21). E ainda que quando “a família é viva e animada, os cuidados domésticos tornam-se a mais cara ocupação da mulher e o mais doce divertimento do marido. Assim, desse único abuso corrigido, resultaria em breve uma reforma geral, logo a natureza readquiriria seus direitos. Em voltando as mulheres a ser mães, logo os homens voltariam a ser pais e maridos”.

¹²² C.f. Darton, Robert, *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Tradução de Sonia Coutinho – Rio de Janeiro: Graal, 1986.

a amamentação materna. O papel da mulher também é discutido na *Carta a d'Alembert*, como aqui já mostrou-se. Cabe neste momento citar trecho romance integralmente, pois Júlia, no auxílio a Wolmar, representa exatamente a mulher assim idealizada:

Mesmo que se pudesse negar que um sentimento particular de pudor fosse natural às mulheres, deixaria de ser verdade que, na sociedade, a parte que lhes cabe deve ser uma vida doméstica e retirada, e que devemos educá-las nos princípios que levam a isso? Se a timidez, o pudor, a modéstia que lhes são próprias são invenções sociais, importa à sociedade que as mulheres adquiram essas qualidades; importa cultivá-las nelas, e toda aquela que os desdenha ofende os bons costumes. Haverá no mundo um espetáculo tão comovente, tão respeitável quanto o de uma mãe de família cercada pelos filhos, supervisionando o trabalho da criadagem, proporcionando ao marido uma vida feliz e governando sabiamente a casa? É aí que ela se mostra em toda a dignidade de uma mulher honesta; é aí que ela realmente impõe respeito e que a beleza compartilha com honra as homenagens prestadas à virtude.¹²³

No romance, a imagem deste exemplo de mulher, que poderia fazer torcer o nariz de uma feminista do século XX, Rousseau oferece com Júlia. A atenciosa Júlia auxilia seu marido nos cuidados com os empregados. Em sua casa, os homens e as mulheres devem obedecer a regras de conduta, para que seus hábitos não degenerem. Por isso a separação entre os grupos de homens e os grupos de mulheres se faz necessária em alguns momentos. No romance é assim que Júlia e Wolmar, cada um desempenhando suas funções, procuram conduzir as atividades em sua casa, mantendo a boa ordem:

Como cada um está, por assim dizer, totalmente em contato com pessoas de seu sexo, as mulheres vivem muito separadas dos homens. Para evitar ligações suspeitas entre eles, seu grande segredo é o de ocupar continuamente uns e outros, pois seus trabalhos são tão diferentes que apenas a ociosidade os reúne. Pela manhã cada um dedica-se a suas funções e ninguém tem tempo para perturbar as de outro. À tarde, os homens tem como setor o jardim, o Pátio de

¹²³ Rousseau, Jean-Jacques. *Carta a d'Alembert*. Tradução de Roberto Lea Ferreira – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. p. 98.

criação ou outras ocupações do campo; as mulheres ocupam-se no quarto das crianças até a hora do passeio que fazem com elas, muitas vezes mesmo com sua patroa e que lhes é agradável por ser o único momento em que tomam ar. Os homens bastante cansados pelo trabalho do dia, têm pouca vontade de ir passear e descansam vigiando a casa”¹²⁴.

Porque Júlia e Wolmar se ocupam da educação de seus empregados e reforçam a autoridade que exercem sobre eles através do exemplo de comportamento que estabelecem com suas próprias condutas, conseguem tirar proveito da função que cada um exerce dentro da casa para não apenas controlar o comportamento de seus funcionários, mas para fortalecer-lhes certos hábitos e costumes, proporcionando a seus empregados a estabilidade para a construção de suas próprias vidas familiares.

O estímulo ao comportamento moral obedece aos princípios da moral sensitiva mencionados nas *Confissões*. Aí Rousseau informa a seu leitor sobre um projeto com o qual se preocupou durante algum tempo, mas que não conseguiu completar. A dedicação a outros projetos fez com que não tivesse as forças necessárias para produzir um volume completo sobre o assunto. O seu objetivo com este estudo era o de mostrar como seria possível manter a alma num estado “favorável à virtude”¹²⁵.

Quantas digressões pouparíamos à razão, quantos vícios ficariam impedidos de nascer, se soubéssemos forçar a economia animal a favorecer a ordem moral que ela tão freqüentemente perturba! Os climas, as estações, os sons, as cores, a obscuridade, a luz, os elementos, os alimentos, o ruído, o silêncio, o movimento, o repouso, tudo age sobre nossa máquina e sobre nossa alma, conseqüentemente; Tudo nos oferece mil modos, quase certos, para governar em sua origem os sentimentos pelos quais nos deixamos dominar¹²⁶.

¹²⁴ Rousseau, Jean-Jacques, *A Nova Heloísa*, (1761). Tradução de Fúlvia M. L. Moretto – Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 393.

¹²⁵ Rousseau, Jean-Jacques. *As Confissões*. Tradução de Wilson Lousada – Rio de Janeiro, Ediouro, s/d. P. 270.

¹²⁶ Id.

Pode-se dizer que Rousseau pretendeu oferecer auxílio aos que amavam a virtude mas que desconfiavam de suas próprias fraquezas. Quando Rousseau escreve, em seu romance, sobre os cuidados que seus personagens tomam na escolha do ambiente em que viverão, na escolha dos momentos para dedicação ao trabalho e aos afazeres domésticos, e na escolha dos momentos para o descanso, momentos dedicados a degustação de vinhos e para se aquecerem junto à uma lareira, etc, oferece imagens sobre a família e revela sua sabedoria do funcionamento do que chama de *moral sensível*. Tanto a saúde do corpo quanto a da alma são os objetivos principais de um conjunto de procedimentos que procure manter os indivíduos num determinado estado. Não podemos considerar que em seu romance encontraremos o exemplo do desenvolvimento completo deste sistema de economia animal, mas podemos dizer que percebemos aí a aplicação desta sabedoria no trato dos patrões para com seus empregados. Quando Saint-Preux menciona o cuidado com a alimentação das mulheres e das crianças, cuidado tomado por Júlia¹²⁷, ou a permissão do consumo do vinho para reuniões entre os homens nos finais de semana, permissão concedida por Wolmar, pode-se perceber traços da aplicação destes conhecimentos do funcionamento do que Rousseau chama de economia animal. Na carta X da quarta parte do romance, Saint-Preux procura relacionar a preferência por determinados alimentos a inclinações naturais do sexo feminino ou do sexo masculino. Afirma que é um problema a mistura indiscriminada no convívio, pois faz com que homens e mulheres se habituem não apenas a novos alimentos mas a novos hábitos. Saint-Preux chega mesmo a dizer que é possível encontrar “algum indício do caráter das pessoas na escolha dos alimentos que preferem”¹²⁸. Ora, então o cuidado com a alimentação, com a promoção do convívio em momentos de lazer, não servem apenas para separar mais uma vez os homens das mulheres, mas para fortalecer certos hábitos e costumes dos quais depende a conservação da sociedade familiar.

Eis mais um esclarecimento de Saint-Preux, no qual menciona a posição da própria Júlia a respeito da relativa separação entre homens e mulheres no convívio:

¹²⁷ Rousseau, Jean-Jacques, *A Nova Heloísa*, (1761). Tradução de Fúlvia M. L. Moretto – Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 394.

¹²⁸ Ibid. p. 395.

Para evitar entre os dois sexos uma familiaridade perigosa, não são forçados aqui por leis positivas, que estariam tentados a infringir, secretamente mas, sem parecer pensar no fato, estabelecem-se usos mais poderosos do que a própria autoridade. Não se lhes proíbe de se verem, mas age-se de maneira que não tenham nem ocasião nem vontade de fazê-lo. Consegue-se isso dando-lhes ocupações, hábitos, gostos, prazeres completamente diferentes. Pela ordem admirável que reina aqui, sentem eles que numa casa bem organizada os homens e as mulheres devem ter poucas relações entre si. Alguém que nesse ponto poderia acusar de capricho a vontade do patrão submete-se sem desgosto a uma maneira de viver que não é prescrita formalmente, mas que ele mesmo julga ser a melhor e a mais natural. Júlia pensa que ela o é realmente; afirma que nem do amor nem da união conjugal resulta o intercâmbio contínuo entre os dois sexos. Em sua opinião, a mulher e o marido estão de fato destinados a viver juntos, mas não da mesma maneira; devem agir de acordo sem fazer as mesmas coisas. A vida que encantaria um seria, diz ela, insuportável ao outro, as inclinações que a natureza lhes dá são tão diversas quanto as funções que lhes impõe, seus divertimentos não diferem menos do que seus deveres, numa palavra, ambos concorrem para a felicidade comum através de caminhos diferentes e esta divisão de trabalhos e de ocupações é o mais forte laço de união.¹²⁹

Na sociedade de Clarens, Wolmar e Júlia procuram oferecer a seus empregados todos os meios para que possam se desenvolver emocional e fisicamente e, para alcançar esse fim, o recurso aos jogos, que servem aí para distração e a premiação entre os empregados, não poderia faltar. Os patrões oferecem prêmios aos que conquistam a vitória num ou noutro jogo, sempre diferentes para que o mais habilidoso num deles não vença sempre¹³⁰. Atividades como a do tiro ao alvo, corridas a pé, etc., eram assistidas por todos, que assim animavam-se com estes espetáculos públicos. Tornavam-se mais vigorosos e ágeis, e aprendiam a valorizar mais a si mesmos que as coisas que possuíam¹³¹.

¹²⁹ Ibid. p. 392.

¹³⁰ Ibid. p 396.

¹³¹ Id.

Mas as atividades não param por aí. Como é regra da economia animal, não se pode deixar de levar em consideração a mudança do clima, e é por isso que as atividades do verão diferiam das de inverno. Ainda nesta mesma carta X da quarta parte do romance, Saint-Preux informa a Eduard que Júlia havia lhe dito que durante todos os domingos, no período de inverno, todos os seus empregados eram reunidos, homens e mulheres, para comerem e aquecerem-se junto ao fogo numa sala do andar térreo da casa principal. Ali, ao som de violinos dançavam e festejavam. Estas reuniões, durante o inverno, servem muito bem à diversão. Todo interesse na manutenção de tal tipo de festividades era o de fazer com que o relacionamento entre homens e mulheres, especialmente entre os que já estavam em idade de procurar um parceiro ou uma parceira, se iniciassem diante do olhar público. O interesse de um rapaz por uma moça, mesmo o de um rapaz vindo de uma família ou comunidade vizinha, nunca seria reprovado de antemão. Bastaria que o rapaz e a moça demonstrassem respeito diante de todos e procurassem desta forma comandar o relacionamento iniciado. O que Júlia e Wolmar procuravam evitar entre os empregados eram as conversas particulares, “em que reinam o segredo e a liberdade que os costumes podem correr riscos”¹³².

Todos estes divertimentos e atividades serviam para duas coisas muito importantes: a primeira delas era a de conservar os bons indivíduos, e a segunda a de selecioná-los, mantendo o processo de seleção durante o convívio, pois era devolvido à liberdade qualquer um que não se adaptasse a esta sociedade familiar. Mas resta ainda que façamos menção a outra conquista na educação dos funcionários: até a delação, o ato de denunciar o equívoco de outro, havia se transformado em algo duplamente benéfico, não apenas para os patrões, mas para todos os funcionários de Clarens.

¹³² Ibid. p. 399.

2.5. Equívoco, interesse e delação

Todos os empregados eram cuidadosamente preparados para executarem suas respectivas tarefas. Recebiam incentivos dos patrões e tornavam-se zelosos. Como dissemos, haviam sido avaliados previamente, antes de serem aceitos, e continuavam sendo avaliados durante a sua prestação de serviços. Contudo, este processo de avaliação não impedia que Júlia demonstrasse o seu carinho e afeto, ou que Wolmar demonstrasse sua preocupação ou gravidade em atendê-los na satisfação de todas as suas necessidades. Com esta retribuição fortaleciam uma mútua confiança, um mútuo respeito, respeito que se estendia à propriedade dos patrões. Saint-Preux nos diz que, como os empregados passavam a amar Júlia e Wolmar, passavam a amar também tudo aquilo que pertencia aos patrões. O respeito dos funcionários pelos patrões não poderia ser efetivo sem o respeito às posses destes patrões. Saint-Preux diz ser este um “fundamento à caridade cristã”¹³³. É importante lembrar que ao longo do romance a religiosidade aparece nos mesmos momentos em que Rousseau descreve o convívio entre os personagens. Como pretende-se sugerir é o que Rousseau esclarece em definitivo ao final do romance. Ao longo do romance o autor procura mostrar que o respeito mútuo era tido como uma finalidade a ser alcançada, e este respeito mútuo era conseguido à medida que todos ali passassem a se considerar como irmãos, e por isso passassem a respeitar suas respectivas posses. E faz a comparação, dizendo que nos templos a importância do cultivo de uma irmandade entre os homens era pregado todos os dias, mas que aí não conseguiam fazer com que fosse sentida esta importância. Já na casa dos Wolmar, isto era sentido por todos os seus habitantes sem que fosse dita uma palavra sobre isso¹³⁴.

O que podemos enxergar no retrato oferecido é que a propriedade de Wolmar certamente estaria salva nas mãos de seus empregados. Mas quando um equívoco, um erro na execução de uma tarefa doméstica qualquer, um dano causado a algo que pertencesse a ele, acontecia na frente de um outro empregado, o que faria a testemunha de acordo com a moral aí estabelecida e os direitos tacitamente estipulados? Devemos lembrar que os candidatos que conquistavam as vagas de trabalho para a prestação de serviços na casa dos Wolmar eram de

¹³³ Rousseau, Jean-Jacques, *A Nova Heloísa*, (1761). Tradução de Fúlvia M. L. Moretto – Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 402.

¹³⁴ Id.

alguma forma avaliados por sua disposição para a concórdia. Como tinham que conviver numa pequena casa, verem-se todos os dias, e até trabalharem juntos, o ambiente da casa deveria ser agradável a todos¹³⁵. Disse Júlia a Saint-Preux, e ele repete em seu relato a Eduard, que os empregados deveriam considerar a casa dela e de Wolmar como se fosse a casa deles¹³⁶. A família seria uma só, e pode-se acrescentar, uma só como um *corpo coletivo*. E, para se afeiçoarem uns aos outros, eram colocados, oportunamente, em condições de prestarem serviços uns aos outros.

O que faziam quando viam um colega em dificuldade, necessitando de algo, era pedir, ao que estivesse em condições de auxiliá-lo, o favor que o amigo necessitava. Os que assim agiam eram mais bem recebidos por todos. Mas isso não os impedia de recusarem os pedidos repetidos de alguém que desavisadamente procurasse satisfazer suas necessidades indevidamente às custas dos outros. Ao pedirem favores para os colegas, davam eles mesmos o exemplo de companheirismo. Saint-Preux afirma que Wolmar observava este tipo de comportamento de seus empregados, que era o de “servirem-se mutuamente sem ostentação”¹³⁷. Eis o quadro que Saint-Preux descreve:

Estão tão persuadidos dessa disposição geral e reina uma tal confiança entre eles que, quando alguém precisa pedir um favor, fala dele na mesa em forma de conversa: muitas vezes, sem nada ter feito, encontra a coisa solicitada e obtida e, não sabendo a quem agradecer, é grato a todos¹³⁸.

Além deste companheirismo, desta amizade exemplar, que levam ao respeito à propriedade do outro, que assim como a distinção moral entre o papel do homem e da mulher sinaliza a presença de valores cristãos no discurso de Rousseau. Rousseau mostra que na comunidade existia de fato uma irmandade. Saint-Preux considerava notável o respeito que tinham uns pelos outros e pelos seus patrões os empregados da casa. Sobre a delação:

¹³⁵ Id.

¹³⁶ Ibid. P. 403.

¹³⁷ Id..

¹³⁸ Id.

Esta parte da organização estabelecida nesta casa parece-me ter algo de sublime e não posso admirar suficientemente como o Sr. e a Sra. de Wolmar souberam transformar o vil ofício de acusador numa função de zelo, de integridade, de coragem, tão nobre ou pelo menos tão louvável quanto o era entre os Romanos¹³⁹.

O que acontece na sociedade de Clarens é que os particulares, os empregados, não procuravam tirar proveito da delação. Pode-se dizer que aquele que delata tenta tirar proveito do equívoco cometido por este ou aquele empregado para exhibir sua fidelidade ao patrão. Ora, a delação, como dito pelo autor, o ofício do acusador, havia sido transformado. Saint-Preux explica que se não há delação alguma, talvez seja por que aquele que viu um equívoco ser cometido quer garantias de que terá o silêncio dos que lhe pegarem em flagrante cometendo um pequeno furto. O sistema de orientação e de vigia dos empregados ocorria da seguinte maneira:

Se alguém vem, em particular, acusar um colega ou queixar-se pessoalmente dele, perguntam-lhe se está suficientemente informado, isto é, se começou por esclarecer-se com aquele de quem vem queixar-se. Se disser não, perguntam-lhe ainda como pode julgar uma ação cujos motivos não o conhece bastante. Tal ação, dizem-lhe, tem talvez relação com alguma outra que vos é desconhecida, tem talvez alguma circunstância que serve para justificá-la ou desculpá-la e que ignorais. Como ousais condenar tal conduta antes de saberdes as razões daquele que a teve? Uma palavra de explicação tê-la-ia talvez justificado aos vossos olhos, por que arriscar-se a censurá-la injustamente e expor-me a partilhar vossa injustiça? Se assegura ter-se esclarecido antes com o acusado: por que então, replicam-lhe, vindes sem ele, como se tivésseis medo de que ele desminta o que tendes a dizer? Com que direito negligenciais para comigo a precaução que julgastes dever tomar para convosco mesmo? É certo querer que eu julgue, baseado em vossa declaração, uma ação que não quisestes julgar com o testemunho dos vossos olhos, e não séreis responsável do julgamento parcial que dele eu poderia fazer se me contentasse unicamente com vosso depoimento? Em

¹³⁹ Id.

seguida, propõem-lhe mandar vir aquele que ele acusa; se consente, é um caso a ser liquidado logo, se se opõe, despacham-no após uma forte reprimenda, mas conservam seu segredo e observam tão bem tanto um quanto o outro que não tardam a saber qual dos dois era o culpado.

Essa regra é tão conhecida e tão bem estabelecida que nunca se ouve um empregado desta casa falar mal de um de seus colegas ausente, pois sabem todos que é esta a maneira de passar por covarde ou mentiroso. Quando um deles acusa o outro o faz abertamente, francamente e não apenas em sua presença mas na de todos os seus colegas a fim de ter nas testemunhas de suas palavras garantias de sua boa-fé. Quando se trata de querelas pessoais, elas são resolvidas quase sempre através de mediadores, sem importunar o Senhor nem a Senhora mas, quando se trata do interesse sagrado do patrão, o caso não poderia permanecer secreto, é preciso que o culpado se acuse ou que tenha um acusador.¹⁴⁰

Estas contendas ocorrem sempre diante de Júlia e Wolmar quando o interesse de ambos, por menor que tenha sido o motivo, tenha sido posto em risco. Ouvindo a queixa e ouvindo a resposta, julgam se houve culpa no caso, e agradece-se o serviço prestado pelo delator, que diante do acusado sustentou as acusações. Se não há culpa, o acusado recebe elogios por sua justificativa, e o acusador é chamado à consciência. Se o culpado é identificado, é duramente repreendido, mas isto não acontece na frente de todos. Neste momento de dificuldade, é poupado ao infrator o vexame de ser condenado e repreendido em público.

Isto porque, quando a relação entre os membros da comunidade de Clarens é caracterizada, a cumplicidade aparece como finalidade do processo de educação aí implementado. Pela necessidade de associarem-se, todos os indivíduos se submetam aí às mesmas normas sensivelmente impostas pelos padrões, que são os que oferecem os exemplos de conduta. A associação é necessária pois Júlia e Wolmar precisavam dos serviços, pois não poderiam eles mesmos cuidar de toda a produção de sua terra. A cumplicidade entre os senhores e seus empregados chegava ao ponto de garantir não apenas a integridade pessoal de todos eles, mas o respectivo direito à propriedade.

¹⁴⁰ Ibid. Pp- 404-405.

2.6. O direito à propriedade

Os comentadores que discutiram a posição de Rousseau frente à propriedade privada, divergem. Alguns entendem que Rousseau condena toda propriedade privada; outros consideram que, para ele, a manutenção da propriedade é condição indispensável ao homem na sociedade. Não pretendemos fazer aqui um inventário completo dos autores que formularam asserções para explicar qual teria sido de fato a posição de Rousseau sobre a questão. A título de exemplo basta-nos dois. Jacques Godechot, diz que Rousseau, no *Discurso sobre a desigualdade*, vislumbra a origem desta desigualdade “na propriedade” privada “que ataca e condena”¹⁴¹. Já N. J. H. Dent, afirma que é ridículo supor que Rousseau tenha visto ‘a propriedade privada como a “raiz de todo mal”’¹⁴². A posição contrária destes dois comentadores, segundo Peter Gay¹⁴³, revela o resultado de sua tentativa de dar conta da “eloquência de Rousseau”¹⁴⁴. Diz Gay que “Rousseau era, desafortunadamente, cunhador de frases felizes. Lidas em seu contexto, elas eram normalmente elucidadas pelos argumentos sobre os quais repousavam. Tiradas do contexto, seu poder retórico obscurecia o fato de serem apenas pronunciamentos incompletos”¹⁴⁵. Levando em consideração a ponderação de

¹⁴¹ Muitos dizem que Rousseau foi um dos filósofos que defendeu a extinção da propriedade privada. Para citar um nome, Jacques Godechot, afirma que Rousseau, ao publicar o *Discurso sobre a desigualdade entre os homens*, “vislumbra essa origem na propriedade, que ataca e condena”. Não é a posição que aqui se defende, e a seguir pretendemos oferecer ainda mais elementos à partir dos quais explicaremos por que esta interpretação não pode ser sustentada. Godechot, Jacques Léon, *A Revolução Francesa, Cronologia comentada 1787-1789*. Tradução de Julieta Leite – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. P. 19.

¹⁴² Dent, N. J. H., *Dicionário Rousseau*. Tradução de Álvaro Cabral – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996. P. 190.

¹⁴³ Gay, P., Introdução ao livro de Cassirer, E., *A questão Jean-Jacques Rousseau*. Tradução de Erlon José Paschoal e de Jézio Gutierre – São Paulo: Editora UNESP, 1999.

¹⁴⁴ Ibid. p. 17.

¹⁴⁵ Id.

Gay, retornemos ao romance de Rousseau em busca da contextualização de alguns de seus argumentos sobre a propriedade privada.

Voltemos para a *Nova Heloísa*, ainda à carta X da quarta parte. Acima se colocou que, se um empregado amasse o seu patrão, amaria tudo aquilo que pertence a este patrão. Ora, como conciliar esta afirmação com aquela que inicia a segunda parte do *Discurso sobre a desigualdade*, na qual Jean-Jacques Rousseau chama o fundador da sociedade civil, que é aquele que “lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo”¹⁴⁶, de um *impostor* que formulou a idéia de propriedade?

Muito bem, tentemos responder à questão. Os empregados de Wolmar, que respeitavam a propriedade deste seu patrão, não são do mesmo tipo que os mesmos homens ludibriados pelo impostor apresentado como o fundador da sociedade civil no *Discurso sobre a desigualdade*. Apesar do reconhecimento ao que pertencia ao proprietário, este reconhecimento era suportado por uma qualidade (sobre a qual já falamos), que é a da autoridade. É importante lembrar que a presença da autoridade indica uma diferença, assim como indicava a imposição de uma diferença o pronunciamento do impostor. Lembremos que para Rousseau existiam dois tipos de desigualdade:

Concebo na espécie humana, dois tipos de desigualdade: uma que chamo de *natural ou física*, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade *moral ou política*, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como o serem mais ricos, mais poderoso e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Rousseau, Jean-Jacques. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, (1754) in: Os Pensadores, Rousseau 2. Tradução de Lourdes Santos Machado - São Paulo: Nova Cultural, 1999. P. 87.

¹⁴⁷ Id. P. 51. Grifos nossos.

Pois bem, a situação que Rousseau descreve no início da segunda parte deste *Discurso* refere-se ao segundo tipo de desigualdades, a de tipo moral, que serve para que os senhores justifiquem sua posição frente a seus escravos. Lembremos que Júlia e Womar são os senhores, mas não possuem escravos. No romance, o que justifica a autoridade de ambos além de seu exemplo de conduta é a qualidade da gerência da economia doméstica. Sobre os cuidados com a propriedade e com os empregados, informa Saint-Preux mais uma vez a Milorde Eduard:

Uma pessoa que julgasse todos esses cuidados pelo que acontece em sua casa e na casa dos vizinhos, talvez os julgasse inúteis ou penosos. Mas vós, Milorde, que tendes tão grandes idéias sobre os deveres e os prazeres do pai de família e que conheceis a autoridade natural que têm o gênio e a virtude sobre o coração humano, vós vedes a importância desses detalhes e sentis de onde vem seu sucesso. A riqueza não faz o rico, diz o *Romance da rosa*¹⁴⁸. Os bens de um homem não estão em seus cofres mas no uso daquilo que deles retira, pois somente nos apropriamos das coisas que possuímos por seu emprego e os abusos são sempre mais inesgotáveis do que as riquezas, o que faz com que não gozemos na proporção de nossa despesa mas na proporção que soubermos administrá-la melhor. Um *louco*¹⁴⁹ pode atirar lingotes ao mar e dizer que o fato lhe causou prazer: mas que comparação entre extravagante gozo e aquele que um homem sábio tivesse sabido extrair de uma soma menor! Só a ordem e a regra que multiplicam e perpetuam o uso dos bens podem transformar o prazer da felicidade. Pois, se é da relação das coisas para conosco que nasce a verdadeira propriedade, se é o emprego das riquezas e não sua aquisição que no-la dá, que ocupações são mais importantes para o pai de família do que a economia doméstica e a boa direção da casa, em que os melhores lucros lhe chegarão mais diretamente e em que o bem de cada membro aumenta então o do chefe?¹⁵⁰

¹⁴⁸ O Romance da Rosa foi escrito no século XIII, por Jean Meung.

¹⁴⁹ Grifo meu.

¹⁵⁰ Rousseau, Jean-Jacques, *A Nova Heloísa*, (1761). Tradução de Fúlvia M. L. Moretto – Campinas: Editora da Unicamp, 1994, Pp. 405-406.

Se esta passagem pode auxiliar a encontrar onde está o sentido empregado por Rousseau em suas críticas à propriedade do *impostor*, é porque mostra como o autor justifica a posse. Sobre o impostor, o tipo de proprietário que Rousseau critica, podemos dizer que é aquele que decidiu tomar para si o que era de todos, alienou o objeto, assim como provocou a alienação, o afastamento irreversível, o louco que simplesmente atirou os lingotes no mar. Rousseau, ao fazer uso do termo alienação no capítulo VI do livro I do *Contrato Social*, caracteriza o ato individual do colocar-se à disposição da comunidade, colocar-se nas mãos do coletivo para fazer parte de um pacto. O impostor, assim como o louco, se afasta, se aliena, da conduta moral, da condição para manutenção dos laços sociais, pois o recurso material nas mãos de ambos torna-se de mais ninguém, é afastado daqueles aos quais deveria ser direcionado. A situação da propriedade exclusiva, não é aquela que Rousseau apresenta ao descrever o funcionamento da sociedade de Clarens. O que faz é oferecer o exemplo de uma autoridade que trata sua propriedade de maneira bastante distinta da do impostor ardiloso, o primeiro proprietário, ancestral do esbanjador de lingotes. Na comunidade de Clarens há um senhor e a posse aí é justificável, pois o personagem Wolmar sabe com deve administrar seus recursos em seu proveito e em proveito de alguns de seus semelhantes.

É oportuno mencionar o que Rousseau informa no *Contrato Social* sobre a questão que pretende resolver não só aí no *Contrato Social*, mas também em seu romance. O autor quer mostrar como é possível legitimar uma alteração, sofrida pelo homem quando passa do estado de natureza para o estado de sociedade. O que torna o homem civil um escravo é a ilusão, o ardil, daquele que age como se fosse o único senhor das coisas, como o *louco* ou o *impostor*. Mas esta condição faz deles mesmos, sem que o saibam, escravos¹⁵¹. Diz Rousseau, no capítulo III do primeiro livro do *Contrato*, que, se a força legitimasse qualquer tipo de autoridade, bastaria que um homem agisse de modo a tornar-se o mais forte¹⁵². Esta não é a força física, mas é força que emana do poder conferido por um grupo de indivíduos a um ou mais homens. Para adquirir poder, aquele que assim o quisesse, bastaria ludibriar seus semelhantes. Sem adquirir o respeito efetivo daqueles que o cercam, é um homem que deve

¹⁵¹ Rousseau, Jean-Jacques. *O Contrato Social* (1762), in: Os Pensadores, Rousseau 1. Tradução de Lourdes Santos Machado - São Paulo: Nova Cultural, 1999. P. 53.

¹⁵² Ibid. P. 59.

sempre usar a máscara, parecer o que não é, legitimar sua identidade através de ações que sinalizem o poder que deve possuir. No *Contrato*, de acordo com o que está dito no capítulo I do primeiro livro, pode-se dizer que o que Rousseau procurará legitimar não é a força, nem a igualdade irrestrita entre todos os indivíduos, mas estabelecer qual a função, na ordem social, da autoridade legítima que poderá garantir a proteção dos homens comuns. Não mais no estado de natureza, restaria ao homem social fazer uso do talento, para garantir que as necessidades comuns sejam satisfeitas. Os mais hábeis têm o dever moral de proteger os mais fracos.

Se a propriedade privada pode ser legitimada, pois é seu emprego que legitima a posse, como no romance se pode perceber, é porque aí Rousseau procura mostrar não apenas a necessidade da propriedade em sociedade, mas a necessidade de que seja utilizada em benefício de um grupo de indivíduos, benefício só garantido quando a propriedade é posse dos que são, não apenas mais sabeis, mas moralmente corretos.

O resultado da liderança, do processo de educação implementado em Clarens é tão feliz que o personagem Saint-Preux oferece a seguinte avaliação a Eduard: “confesso que nunca vi, a não ser aqui, patrões formarem, ao mesmo tempo, nos mesmos homens, bons empregados para o serviço de suas pessoas, bons camponeses para cultivar suas terras, bons soldados para defesa da pátria e pessoas de bem para todas as condições sociais em que a sorte possa chamá-los”¹⁵³. É com este entusiasmo que Rousseau procura chamar atenção para questões de política desenvolvidas em seu romance.

¹⁵³ Op. cit. P. 397.

Capítulo 3

Imagens de autoridade

3.1. O personagem Wolmar no exercício da autoridade

Para tratar do tema da autoridade individual é possível fazê-lo indiretamente, isto é, enveredando em discussões que tratam das formas de governo. O número dos que possuem autoridade equivalente varia em sociedades que adotam formas de governo distintas. Norberto Bobbio¹⁵⁴ diz que definir as formas de governo explicando-as a partir do poder conferido a apenas um, a alguns ou a todos, que governa(m) para um, para alguns ou para todos, é recorrer aos critérios aristotélicos de análise das formas de governo. Jean-Jacques Rousseau, no terceiro livro do *Contrato*, também recorre a estes mesmos critérios. O que nos interessa realçar na abordagem de Rousseau não é como o autor caracteriza cada uma das formas de governo, ou ainda, como as relaciona com a bipartição do poder em executivo e legislativo. O nosso interesse é o de analisar o que se considera aqui um pressuposto desta bipartição. Consideramos que tal pressuposto é apresentado e discutido por Rousseau, ao longo de seus escritos, de formas diferentes e aparece quando o autor confirma que os membros de uma sociedade devem se ocupar de cargos específicos para que o corpo social tenha suporte. O que chama atenção no discurso político de Rousseau é como o autor relaciona a autoridade e ação moral.

A moral defendida por Rousseau é constantemente relacionada a sua defesa da igualdade, especialmente por seus comentadores. Pode-se dizer que quando o autor fala em igualdade, fala da igualdade de direitos¹⁵⁵. Dent, por exemplo, chega mesmo a dizer que

¹⁵⁴ Bobbio, Norberto, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998. P. 517.

¹⁵⁵ Sobre a igualdade de direitos Cf. o capítulo VI do primeiro livro do *Contrato Social*.

Sobre a desigualdade p. 70 deste texto.

Rousseau oferece “sua descrição do que é a igualdade e por que razão ela é importante”¹⁵⁶. Mas consideramos que Rousseau não descreve esta igualdade, mas que, antes, a sugere. Rousseau se preocupa antes, em enumerar desigualdades que em formular uma definição precisa sobre em que há igualdade entre os homens.

A desigualdade aparece a todo o momento no discurso de Rousseau. Não é preciso ir ao *Discurso sobre a desigualdade* para confirmar isso. Basta ver como Rousseau fala sobre aqueles que devem ocupar cargos em um governo, que devem ser indivíduos especiais, esclarecidos. No capítulo V do terceiro livro do *Contrato Social*, Rousseau mostra predileção pela aristocracia, pois “é estabelecida por eleição, meio pelo qual a probidade, as luzes e a experiência e todos os outros motivos de preferência e de estima pública constituem outras garantias de que se será governado sabiamente”¹⁵⁷. Quando Rousseau oferece seus modelos de autoridade, reafirma que há desigualdades, e que os mais sábios devem agir.

Neste capítulo o nosso objetivo é tratar das *imagens de autoridade*, que como dissemos acima, é expressão que emprestamos de Judith Shklar, em seu texto *Images of authority*¹⁵⁸. Shklar diz que Rousseau reconhecia a desigualdade e sabia que nada poderia ser feito para fazer com que desaparecesse. A história, diz a autora, interpretando Rousseau, produziu apenas servos e senhores e assegura um futuro pior do que fora o passado. Dada esta projeção catastrófica que, segundo a autora, seria do próprio Rousseau, Shklar procura entender como Rousseau, ao longo de sua obra, desenvolve o tema da autoridade política. A autora ainda procura mostrar que há semelhanças entre o legislador, o preceptor e o personagem Wolmar no que diz respeito à atuação destes indivíduos frente a seus semelhantes. Consideramos que quando Rousseau procura mostrar como os homens devem agir, mostra sua participação ativa de um debate sobre a autoridade e o poder político. A raiz mais profunda deste debate certamente alcança a própria história do ocidente e da filosofia. Para se ter idéia deste alcance basta a ver a importância que Sócrates confere, na *República* de

¹⁵⁶ Dent, N. J. H., *Dicionário Rousseau*. Tradução de Álvaro Cabral – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996, p. 142.

¹⁵⁷ Rousseau, Jean-Jacques, *O Contrato Social* (1762), in: Os Pensadores, Rousseau 1. Tradução de Lourdes Santos Machado - São Paulo: Nova Cultural, 1999d, p. 154.

¹⁵⁸ Shklar J., *Images of authority*, in: *Men and Citizens, A study of Rousseau's social theory* – Cambridge: University Press, 1985.

Platão, aos filósofos e guerreiros¹⁵⁹, ou, buscar em discussões sobre a forma de governo, como na *Política* Aristóteles, a predileção por uma ou outra forma de conferir autoridade política. Pode-se também buscar nos relatos de Plutarco sobre a vida dos grandes homens da Grécia e de Roma os sinais desta discussão. Mas é possível enxergar os sinais deste debate em pleno século XVIII. Veja-se por exemplo o artigo de Diderot¹⁶⁰ intitulado *Autoridade Política*, publicado em 1751, como verbete da *Enciclopédia*. Em 1755, como mostramos acima, o próprio Rousseau já havia dado sua contribuição com um outro verbete, o *Discurso sobre economia política*, texto de importância não apenas para que se possa compreender de que falava Rousseau ao escrever sobre vontade geral, mas para que se possa compreender qual a importância do papel do legislador, que é uma autoridade política, na teoria política do autor.

Mas antes do legislador, retornemos ao personagem Wolmar para que possamos sugerir como Rousseau entra neste debate sobre a autoridade política em seu romance. Uma análise das habilidades do personagem Wolmar pode mostrar como Rousseau informa a seu leitor a respeito das características de um homem que poderia assumir a posição de uma autoridade. Sobre esta habilidade de Wolmar já falamos um pouco no capítulo anterior, pois procurou-se mostrar como Wolmar lidera seus empregados. O que se pretende mostrar agora é como o personagem é descrito em suas habilidades.

Já dissemos acima que o personagem Saint-Preux havia retornado de uma viagem, motivada pela rejeição do pai de Júlia, que não havia aprovado a relação entre os dois. Depois do retorno de Saint-Preux, Júlia, resoluta, impõe como *sine qua non* a separação. Também já dissemos que é Wolmar que toma a iniciativa de convidar Saint-Preux a visitar sua família. Na carta XX da terceira parte do romance é Júlia quem escreve a Saint-Preux, que desconfiado e sem saber como estava Júlia, nutria desconfianças com relação a Wolmar, que ainda não conhecia. Júlia escreve a Saint-Preux procurando responder à pergunta que lhe fora feita. A resposta, da qual pode-se inferir que pergunta fora dirigida a Júlia, é a seguinte: era

¹⁵⁹ Platão, *A República de Platão*, Os Pensadores – São Paulo: Nova Cultural, 1999, livro VIII, p. 257.

¹⁶⁰ Diderot, D. *Autoridade Política* in: Diderot, Obras I, Filosofia e Política, org. J. Guinsburg – São Paulo: Editora Perspectiva, 2000, p. 255.

feliz “em todos os sentidos”¹⁶¹ e nada faltava à felicidade dela a não ser a de Saint-Preux. Para liberar Saint-Preux de algumas de suas desconfianças, Júlia fala sobre Wolmar, sobre as habilidades deste seu esposo, seu temperamento, seu sentimentos, sua experiência, sua sabedoria, sua habilidade racional e sobre um de seus gostos. Diz Júlia:

Com todo o cuidado com que o observei, não consegui encontrar nele nenhuma espécie de paixão senão a que tem por mim. Ainda assim, esta paixão é tão uniforme e tão temperada que dir-se-ia que ama tanto quanto quer amar e que só o quer tanto quanto a razão permite. É realmente o que Milorde Eduard pensa ser, no que o acho bem superior a todos nós, pessoas de sentimento que nos admiramos tanto a nós mesmos, pois o coração nos engana de mil maneiras e só age por um princípio sempre suspeito, mas a razão não tem outra finalidade a não ser o que é bem; suas regras são seguras, claras, fáceis na conduta da vida e nunca se perde a não ser nas inúteis especulações que não são feitas para ela.

O maior gosto do Sr. de Wolmar é o de observar. Gosta de julgar os caracteres dos homens e as ações que vê realizar. Julga-as com uma profunda sabedoria e a mais perfeita imparcialidade. (...).

A ordem que colocou em sua casa é a imagem da que reina no fundo de sua alma e parece imitar numa pequena administração caseira a ordem estabelecida no governo do mundo. Nela não vemos nem essa inflexível regularidade que traz mais incômodo do que vantagens e só é suportável para aquele que a impõe, nem essa confusão mal concebida que, por ter demais, retira o uso de tudo. Nela reconhece-se sempre a mão do dono e ela nunca é sentida; organizou tão bem a primeira disposição que agora tudo flui naturalmente e que se goza ao mesmo tempo da regra e da liberdade.¹⁶²

Esta autoridade, exercida em nome de um bem estar coletivo, se dá mediante “aplicação prática (..) dos princípios da moral sensitiva”¹⁶³. Quem afirma isso é Salinas, em seu último trabalho sobre Rousseau. A tarefa de Wolmar ainda não estava concluída, apesar

¹⁶¹ Rousseau, Jean-Jacques, *A Nova Heloísa*, (1761). Tradução de Fúlvia M. L. Moretto – Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 325.

¹⁶² Ibid. Pp. 325-327.

¹⁶³ Fortes, Luís Roberto Salinas, *Paradoxo do Espetáculo* – São Paulo: Discurso Editorial, 1997, p. 129.

do sistema econômico para sua família já ter sido implementado. Para completar a sua tarefa, bem depois de já ter recebido Saint-Preux em sua casa, Wolmar o chama e também a Júlia, para com os dois conversar. Leva os dois ao Eliseu, lugar onde Saint-Preux havia recebido o “beijo mortal”¹⁶⁴ de Júlia. É Julia que narra à Sra. D’Orbe, na carta XII da quarta parte do romance, o que havia acontecido:

Ao entrar no bosquezinho vi meu marido olhar-me e sorrir. Sentou-se entre nós e, após um momento de silêncio, tomando-nos ambos pela mão: meus filhos, disse-nos, começo a ver que meus projetos não serão vãos e que podemos estar unidos, os três, por uma afeição duradoura, própria a fazer nossa felicidade comum e minha consolação nas dificuldades de uma velhice, é justo tornar as coisas equivalentes e, embora não tenha nada de muito interessante e dizer-vos, visto que não tendes mais segredos para mim, não quero mais tê-los para vós.¹⁶⁵

Em seguida, Júlia conta a sua amiga o que o seu esposo tinha para dizer sobre si mesmo e sobre ela e Saint-Preux. O relato confirmaria o dela própria, que falara sobre Wolmar, em carta anterior, ao esclarecer Saint-Preux sobre o seu convívio com seu esposo. Wolmar gostava de “ler nos corações dos homens”¹⁶⁶ e preferia contemplar a sociedade ao invés de dela participar. E ao falar de suas preferências, Wolmar sugere como os conselhos das cartas de Saint-Preux - que conhecia assim como as de Júlia, pois à coletânea havia sido apresentada pelo Barão D’Etange - poderiam incentivar as ações dos que as lessem. O mesmo procedimento apresentado por Saint-Preux, segundo Wolmar, era o dele próprio em alguns momentos. Rousseau, mais uma vez, sugere como gostaria de ser interpretado em seu romance; seus personagens deveriam incentivar a ação moral, e sugerir como poderia ser identificado o interesse comum.

Compreendi que o caráter geral do homem é um amor próprio indiferente em si mesmo, bom ou mau segundo os acidentes que o modificam e

¹⁶⁴ Op. cit. p. 71.

¹⁶⁵ Rousseau, Jean-Jacques, *A Nova Heloísa*, (1761). Tradução de Fúlvia M. L. Moretto – Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 425.

¹⁶⁶ Ibid. p. 426.

que dependem dos costumes, das leis, das classes, da fortuna e toda a nossa organização humana. Entreguei-me pois à minha inclinação e, desprezando a vã opinião das classes sociais, lancei-me sucessivamente nas diversas camadas sociais que podiam ajudar-me a compará-las todas e a conhecer uma através das outras. Senti, como o observastes em algumas Cartas, disse ela a Saint-Preux, que não vemos nada quando nos contentamos em olhar, que devemos agir nós mesmos para ver os homens e fiz-me ator para ser espectador. É sempre fácil descer: experimentei muitas classes que nunca um homem da minha teria imaginado. Tornei-me mesmo camponês e, quando Júlia me fez aprendiz de jardineiro, não me achou tão principiante no ofício quanto teria podido pensar.¹⁶⁷

Depois de falar sobre si, Wolmar fala sobre Júlia e Saint-Preux, sobre o que de fato sabia a respeito do caráter de ambos. O observador de homens vira inexperiência e virtude, e tinha certeza de que a antiga paixão poderia ser transformada em amizade. Diz a Júlia:

Felicitai-vos, antes, por ter sabido escolher um homem de bem numa idade em que é tão fácil enganar-se por ter tido outrora um amante que podeis ter hoje como amigo sob os olhos de vosso próprio marido. Logo que conheci vossa ligação estimei-vos um pelo outro. Vi que entusiasmo enganador vos perdera a ambos, ele só age nas almas belas; ele as perde às vezes mas é por uma atração que somente a elas seduz. Julguei que o mesmo gosto que realizara vossa união a ela renunciaria logo que se tornasse criminosa e que o vício podia entrar em corações como os vossos mas não neles lançar raízes.

Compreendi então que reinavam entre vós laços que não deviam ser rompidos, que vosso apego mútuo vinha de tantas coisas louváveis que era preciso antes regulamentá-lo do que aniquilá-lo e que nenhum dos dois poderia esquecer o outro sem perder muito de seu valor. Eu sabia que os grandes combates somente excitam as grandes paixões e que, se os violentos esforços exercitam a alma, elas lhes custam tormentos cuja duração é capaz de abatê-la. Usei a doçura de Júlia para temperar sua severidade. Alimentei sua amizade por vós, disse a Saint-Preux, retirei dela o que poderia existir de exagerado e penso ter-vos conservado, de seu próprio coração, mais talvez do que ela vos teria deixado, se o tivesse abandonado a si mesmo.

¹⁶⁷ Ibid. Pp. 426-427

Meus sucessos encorajaram-me e quis tentar vossa cura como obtivera a dela, pois eu vos estimava e, apesar dos preconceitos do vício, sempre reconheci que não há nenhum bem que não se obtenha das belas almas com confiança e sinceridade. Eu os vi, não me enganastes, não me enganareis e, embora ainda não sejais o que deveis ser, vejo-vos melhor do que pensais e estou mais satisfeito convosco do que estais vós mesmo. Sei bem que meu comportamento parece estranho e choca todas as máximas comuns, mas as máximas tornam-se menos gerais à medida que se lê melhor nos corações e o marido de Júlia não deve conduzir-se como outro homem. Meus filhos, disse-nos com um tom tanto mais tocante por partir de um homem tranqüilo, sede o que sois e estaremos todos satisfeitos. O perigo está na opinião, não tenhais medo de vós e nada tereis a temer, pensai apenas no presente e eu vos respondo pelo futuro. Não posso hoje dizer-vos mais do que isto mas, se meus destinos serão mais bem realizados e sereis ambos mais felizes do que tivésseis pertencido um ao outro.¹⁶⁸

O personagem Wolmar é o exemplo criado por Rousseau para mostrar a seus leitores de que forma a autoridade poderia ser justificada e exercida pelos pais de família ou patrões. O interesse de Rousseau era o de ir contra determinadas regras estratificadas nos costumes dos de seu tempo. E pode-se dizer que até mesmo a autoridade real é questionada pois o autor oferece um outro arquétipo de autoridade com seu personagem. Além disto, Rousseau sugeria novamente a seu leitor como poderiam ser interpretadas as cartas de ficção. Ao fim da conversa no Eliseu, Wolmar convida sua esposa a seu escritório para lhe mostrar as cartas que ela e Saint-Preux haviam escrito um ao outro. Wolmar esperava que Júlia se comportasse de maneira adequada, que o respeitasse e tivesse a seu antigo amante como amigo próximo, que fosse virtuosa sem escolher em que condição poderia sê-lo. Segundo Wolmar, a segurança de que Júlia seria uma mulher virtuosa e de que Saint-Preux seria respeitoso estavam nas cartas¹⁶⁹. Nos parece que Rousseau tenta convencer ao leitor de que uma leitura adequada das cartas não poderia ser mais sensata que a de Wolmar, o sábio observador de homens, capaz de ler em seus corações e saber quando convidá-los a entrar na “sociedade do contrato”.

¹⁶⁸ Ibid. p. 429-430.

¹⁶⁹ Ibid. p. 433.

3.2. A figura do preceptor

Em nosso primeiro capítulo já entramos no tema da educação. Falamos da educação que recebera Rousseau através da literatura e de certos valores que procurou oferecer a seus leitores através de seus escritos. Seus leitores, não exatamente como Rousseau, também haviam adquirido certo gosto pela leitura. A estes leitores, dirigiu o seu romance. Mas a preocupação de Rousseau com a educação foi confirmada em definitivo quando publicou *Emílio* (1762). Retomaremos o *Emílio* a seguir para destacar algumas passagens do texto com a intenção de tornar a expressão ‘figura de autoridade’ mais significativa. Nos ocuparemos de alguns dos episódios que envolvem o preceptor e o aluno. Nossa intenção é a de mostrar que também no *Emílio*, assim como na *Nova Heloísa* (1761), Rousseau demonstra a sua preocupação, não só com a noção de propriedade privada, e fala, mais uma vez, da importância dos conhecimentos sobre a moral sensitiva como elemento de auxílio de um exercício adequado da autoridade.

Para isso, tome-se aqui a moral sensitiva como fio condutor. No primeiro livro do *Emílio*, Rousseau afirma que tudo degenera nas mãos do homem. Dent¹⁷⁰ interpreta a passagem dizendo que o autor retoma a tese de que o homem nasce bom e a sociedade o corrompe. Mas consideramos que Rousseau faz mais do que isso. No *Emílio* Jean-Jacques diz que a educação fornece aos indivíduos tudo aquilo que não possuem ao nascer, mas que vão precisar na fase adulta. Não é a degeneração a única consequência necessária às ações dos homens. Se o desenvolvimento interno das faculdades e dos órgãos de um indivíduo for amanhado pela educação da natureza, que ensina ao homem através das sensações, e se sobre este desenvolvimento outros homens lhe ensinarem sobre os usos, e ainda, se pela experiência, que pode ser entendida como etapa da educação pelas coisas, sobre a qual já falamos nos capítulos anteriores, a sorte dos acontecimentos será tal que um êxito quase total

¹⁷⁰ Dent, N. J. H., *Dicionário Rousseau*. Tradução de Álvaro Cabral – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996. P.122.

no processo de educação será conseguido. O que queremos dizer é que a crítica social que faz Rousseau, não deve confundir o leitor sobre a posição de Rousseau sobre sua credulidade nos benefícios da educação transmitida entre os homens.

Pode-se notar que o autor afirma que na educação de um indivíduo, os homens, os pais, o preceptor ou a sociedade, só se ocupam de parte. Isto significa que a natureza, que se manifesta através dos apetites e das aptidões naturais, e as coisas, que “educam” pois são objetos que motivam experiências, exercem influência sobre o educando que nunca poderão ser completamente monitoradas. Segundo Rousseau, a arte da educação dos homens, que se dá através das opiniões, consiste em alterar no que for possível, ou manter no que for necessário, o aprendizado com a natureza consolidado pela experiência com as coisas. É o que diz Rousseau em passagem do *Emílio* em que fala da sensibilidade do homem¹⁷¹.

Das três educações, as influências que recebe o educando são inúmeras. Podemos repetir o que já dissemos e parafrasear Rousseau mais uma vez, no que disse sobre a moral sensitiva. Isto é, os climas, os alimentos, os sons, etc., enfim, tudo, oferece os meios através dos quais um indivíduo pode ser governado. E aí está o fio condutor do qual falamos a pouco.

De análise da “condição humana”¹⁷², que leva em conta a interação entre o indivíduo e tudo aquilo que o cerca, Rousseau intui que o processo de educação do homem é comandado por estes três agentes. Para mostrar como um destes agentes poderia interferir no processo de educação, precisou imaginar uma relação adequada entre professor e aluno. Por isso elege “o homem abstrato”¹⁷³, sobre o qual, como mostra no *Emílio*, pesam os conselhos de um único homem, o preceptor, também idealizado. Rousseau os elege pois, considerou ser a melhor forma de servir a seus leitores, não relatando problemas reais e por demais específicos de um ou outro caso particular que tivesse presenciado¹⁷⁴, mas oferecendo um “modelo”¹⁷⁵ ideal.

¹⁷¹ Rousseau, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. Difusão Européia do Livro – São Paulo, 1973. p. 12.

¹⁷² Ibid. p. 16

¹⁷³ Id.

¹⁷⁴ Rousseau foi preceptor de 1740 a 1741 dos filhos de Jean Bonnot de Mably.

¹⁷⁵ Ibid. Pp. 28-29.

A relação ideal entre professor e aluno seria garantida pela condição de que a única autoridade exercida sobre o aluno escolhido seria a do preceptor. Rousseau chega ao exagero de dizer que aluno e mestre deveriam passar a vida juntos, reunião que se daria em consequência do afeto causado pela convivência¹⁷⁶. A esta relação entre o preceptor e o aluno chama de “contrato”¹⁷⁷.

Ao construir a relação exemplar, Rousseau informa sobre a infância do aluno. Diz que o bebê deveria ter tido um parto feliz, ser bem formado e sadio¹⁷⁸. O bebê poderia estabelecer a primeira ligação com a ama, se a mãe não lhe quisesse amamentar. O bebê não poderia ser amarrado em tiras. O pequeno Emílio, desde cedo, iniciaria suas explorações do mundo através de suas primeiras sensações. Só depois do período de amamentação, de ter se tornado uma pequena criança, estaria apto para receber os estímulos dos objetos e da natureza, e apto a adquirir hábitos. Este aprendizado seria cautelosamente monitorado pelo preceptor. Dos estímulos auditivos, com os sons da pólvora seca e das armas de fogo, às intempéries do clima, que tem na água do banho um cruel aliado, o aluno conheceria o mundo através das sensações, de seus sentimentos. Apesar da atuação constante do preceptor sobre seu aluno, Rousseau procura fazer com que Emílio não desvie do que chama de caminho da natureza.

Para que o aluno em geral não desviasse deste caminho o autor diz que máximas obedecia em seu experimento imaginário:

Longe de ter forças supérfluas, as crianças não têm sequer as suficientes para tudo o que delas solicita a natureza; cumpre portanto deixar-lhes o emprego de todas as que ela lhes dá e de que não podem abusar. Primeira máxima.

É preciso ajudá-las e suprir de que carecem, seja em inteligência, seja em força, em tudo o que diz respeito às necessidades físicas. Segunda máxima.

É preciso, no auxílio que se lhes dá, restringir-nos unicamente ao útil real, nada concedendo à fantasia ou ao desejo sem razão, pois a fantasia não

¹⁷⁶ Ibid. p. 30.

¹⁷⁷ Id.

¹⁷⁸ Id.

as atormentará enquanto não a tivermos feito nascer, dado que não é da natureza.

Terceira máxima.

É preciso estudar com cuidado sua linguagem e seus sinais, a fim de que, numa idade em que não sabem dissimular, possamos distinguir em seus desejos o que vem imediatamente da natureza do que vem da opinião. Quarta máxima¹⁷⁹.

Uma outra máxima aparece algumas páginas à frente da lista acima reproduzida. Rousseau diz que se deve considerar “como máxima incontestável que os primeiros movimentos da natureza são sempre retos: não existe perversidade original no coração humano; não se encontra neste nenhum só vício que não se possa dizer como e por onde entrou”¹⁸⁰. Mais uma vez Rousseau apresenta a tese de que há uma bondade natural no homem. Em complemento às cinco máximas, podemos destacar alguns conselhos ao preceptor sobre o que não deve fazer e para que a bondade natural não seja apagada pelas influências do convívio.

Não deis a vosso aluno nenhuma espécie de lição verbal; só da experiência ele as deve receber; não lhe inflijais nenhuma espécie de castigo, pois ele não sabe o que seja cometer uma falta; não lhe façais nunca pedir perdão, porquanto não pode ofender-vos. Desprovido de qualquer moralidade em suas ações, nada pode ele fazer que seja moralmente mal e que mereça castigo ou admoestação¹⁸¹.

Como se pode perceber, Rousseau procura mostrar como o exercício da autoridade sobre o aluno se dará. A cautela no processo de educação leva o aluno a progredir pela própria experiência, a partir da qual aprende a contabilizar seus sentimentos. A autoridade do preceptor permanece presente em segundo plano. Mas é o conhecimento a respeito dos próprios sentimentos, das sensações em geral, por parte de Emílio, que tornará possível ao preceptor cultivar em seu aluno a habilidade de respeitar seus semelhantes. A arte da

¹⁷⁹ Ibid. Pp. 49-50.

¹⁸⁰ Ibid. p. 78.

¹⁸¹ Id.

educação empregada por Rousseau, em seu experimento abstrato, faz de Emílio um homem, não um cidadão de determinada localidade, mas um ‘cidadão’ de todas elas, pois o conhecimento sobre os sentimentos humanos faria com que soubesse por que deveria respeitar os seres humanos com que entrasse em contato.

Mas para chegar a este ponto na fase adulta, antes, na fase da infância, receberia a primeira idéia necessária para que a moralidade fosse o leme de suas ações em seu convívio com seus semelhantes no estado de contrato social. A idéia seria a de propriedade, que como vimos no capítulo anterior é o fundamento da sociedade civil para Rousseau.

A criança deverá sempre possuir alguma coisa, diz Rousseau¹⁸². Desta forma estará se preparando para compreender qual o significado do abstrato conceito de propriedade. Mas para fazer com que o aluno apreenda a respeitar o que não é seu, e também, para que aprenda que existem meios diferentes de justificar a posse, uma lição deveria ser cautelosamente passada a seu aluno. O preceptor escolhe o local para Emílio passar seus primeiros anos: o campo. Opta pelo campo, porque aí há espaço para vários tipos de atividades. Pela vontade de tudo imitar, vontade própria das crianças de sua idade, na fase certa, teria a oportunidade de imitar alguém preparando a terra ou cultivando um jardim. No exemplo de Rousseau a oportunidade aparece, e Emílio, querendo imitar o jardineiro, não recebe oposição a seu desejo. É assim que Emílio adquire o “gosto”¹⁸³ pelo cultivo das plantas, passando a ter seu instrutor como um ajudante. A opção é pelo cultivo das favas.

Se diariamente regamos a fava, vêmo-la despertar com transportes de alegria. Aumento essa alegria dizendo: isto te pertence e, explicando-lhe então o termo pertencer, faço-lhe sentir que pôs naquela terra seu tempo, seu trabalho, sua pena, sua pessoa enfim; que há nessa terra alguma coisa dela própria e que pode reivindicar contra quem quer que seja, como poderia retirar o braço da mão de outro homem se o quisesse segurar contra sua vontade¹⁸⁴.

¹⁸²Ibid. p. 85.

¹⁸³ Ibid. p. 86.

¹⁸⁴ Ibid. p. 86.

Depois de fazer com que seu aluno sinta alegria ao lembrar de todo seu esforço no cultivo das favas, depois de alimentar a expectativa dele com relação a suas plantinhas, que cresciam em sua propriedade, a astúcia do preceptor, se mostra quando o conhecimento da autoridade, exercida obliquamente, é sinalizado ao leitor sem que Emílio fique sabendo:

Um belo dia ele chega solícito com o regador na mão. Ó espetáculo, ó dor! Todas as favas arrancadas, todo o terreno remexido, nem o lugar se reconhece mais. Ah, que aconteceu com meu trabalho, minha obra, o doce fruto de meus cuidados e de meu suor? Quem me arrebatou meu bem? Quem me pegou minhas favas? O jovem coração se revolta, o primeiro sentimento de injustiça nele verte seu triste amargor; correm as lágrimas; a criança desolada enche o ar de gemidos e de gritos. Participamos de sua dor, de sua indignação; procuramos, colhemos informações, fazemos perquisições. Finalmente descobrimos que foi o jardineiro: chamamo-lo.¹⁸⁵

O que diz o jardineiro é que, antes, para plantarem suas favas, os dois haviam destruído o seu canteiro. O sentimento de revolta de Emílio imediatamente dá lugar ao sentimento de culpa, de preocupação. Pode-se dizer que Emílio sente neste momento o que o jardineiro deveria ter sentido depois de ficar sabendo que sua cultura havia sido destruída. Este sentimento de injustiça os aproximava. Eis o que diz o jardineiro Roberto:

Eu tinha semeado aqui melões de Malta, cujas sementes me tinham sido dadas como um tesouro e com os quais esperava regalar-vos em estando maduros; mais eis que para plantardes vossas miseráveis favas destruístes meus melões já germinados e que nunca substituirei. Causastes-me um prejuízo irreparável e vos privastes, vós mesmos, do prazer de comer melões deliciosos.¹⁸⁶

A discussão se estabelece e Emílio se vê perdido. Afinal, seu jardim havia sido completamente destruído. O educador então toma a frente e se desculpa a Roberto. O jardineiro, apesar de ter demonstrado irritação, logo em seguida procura entrar em acordo com

¹⁸⁵ Ibid. p.86.

¹⁸⁶ Id.

os dois que haviam destruído o seu trabalho. O que faz Roberto é conceder um pequeno trecho de seu terreno para que os dois continuassem seu trabalho. A condição seria a de não ultrapassar os limites impostos por ele. Depois de reproduzir a conversa com Roberto a respeito do acontecido, assim se pronuncia Rousseau, se dirigindo aos educadores em geral:

Nessa tentativa de inculcar nas crianças as noções primitivas, vê-se como a idéia de propriedade remonta naturalmente ao direito do primeiro ocupante pelo trabalho. Isso é claro, nítido, simples e sempre ao alcance da criança. Daí até ao direito de propriedade e às trocas não vai mais de um passo, depois do qual cumpre parar.¹⁸⁷

Dito isso, pode-se concluir que a preparação para a vida em sociedade envolve a interiorização, em primeiro lugar, do sentimento de respeito ao que pertence ao outro, e em segundo lugar, a interiorização do dever de que é preciso justificar a posse pelo trabalho. Esta mesma lição de civilidade apareceu, antes, como procuramos mostrar, no romance de Rousseau. Pode-se lembrar que o idílio de Clarens só foi possível pois Júlia e Wolmar escolheram o local ideal onde pudessem cultivar a terra para prover o sustento da família e distribuir, na medida do possível, os frutos aos necessitados. No caso de Emílio, em primeiro lugar, o educador pretendia fazer com que pelo sentimento de tristeza causado pela perda sensível o aluno pudesse, por comparação, compreender como se sente o indivíduo que é alijado do que lhe pertence, e segundo, que a propriedade deve ser justificada moralmente para trabalho. A idéia de propriedade é apreendida por Emílio simultaneamente às noções de cultivo e trabalho, que para Rousseau, como mostrou no romance, tornam-se ações que justificam moralmente o direito de posse de um indivíduo frente a seus semelhantes.

Para inculcar esta preciosa informação ao aluno, o faz sem lhe dirigir diretamente a palavra. Não é um apelo direto ao intelecto do aluno que Rousseau propõe. Antes vem a experiência sensível, a opção do próprio aluno pelo cultivo das favas que o leva a prática do cultivo. Pode-se dizer que o preceptor causa o trauma no aprendiz. Mas o alento vem logo em seguida, pois lhe é restituído o direito de cultivar a terra, e este acordo, verbalizado por Roberto, revela a tentativa de estabelecer regras para o direito de posse.

¹⁸⁷ Ibid. p. 87.

A autoridade do preceptor faz lembrar em certa medida o procedimento pedagógico de Sócrates. Sócrates dizia não possuir alunos, como lembra Jaeger¹⁸⁸, mas buscava por um mestre. Debatia com seus amigos, como Eutífron, com quem Sócrates havia se encontrado, segundo Platão, junto ao Pórtico do rei. Estes amigos eram obrigados a encarar suas próprias idéias, também segundo Platão, pois Sócrates os induzia a isto através da arguição. Sócrates pedia por asserções, fazia delas premissas para que ele mesmo às utilizasse para chegar a conclusões que com as próprias idéias seus debatedores não se mostravam capazes de chegar. Ainda assim, o conhecimento brotava de seus debatedores, pois sobre a sua própria capacidade, Sócrates fazia ironia, isto é, de nada sabia. Sócrates precisava envolver seus debatedores. Só assim poderia descobrir se poderiam fazer alguma coisa por ele, já que se dizia o educando. Do outro lado, Rousseau também envolve Emílio, e o ensinamento ocorre num outro tipo de ‘debate’. Rousseau induz Emílio a capturar o sentido, pois havia criado a situação para que seu aluno interpretasse da forma correta o seu ensinamento. Sócrates debate com adultos e Rousseau está diante de uma criança no exemplo do *Emílio*. Esta aí mais uma diferença. Um outro elemento que diferencia o método sugerido por Platão do de Rousseau é o mecanismo pelo qual o aluno apreende o sentido. Para Rousseau não era apenas através da palavra que a apreensão do sentido poderia se dar. Em termos rousseuanianos, a opinião só poderia ser compreendida se o sentido fosse capturado pelos sentimentos do ouvinte e neste processo, a habilidade racional era pouco requisitada. A idéia de propriedade havia sido transmitida a Emílio desde cedo, mas só depois da restituição do seu direito de posse, num ato de perdão do antigo proprietário, ao fim do episódio das favas, Emílio estaria preparado para compreender como adquirir e cuidar de suas posses. Só assim começaria a entender que, em tudo aquilo, havia um certo significado, que Rousseau, em explicação a seu leitor, chama de moral. A lição nos pareceu ser a seguinte: ao proprietário, membro de uma sociedade, cabe respeitar a posse, tanto a sua, quanto à de outro proprietário. Para compreender, Emílio precisava da prática, e para isso, quase nenhuma palavra de seu preceptor. O preceptor, só depois do episódio das favas, teria a certeza de que seria compreendido no que dissesse a respeito da propriedade a Emílio, pois a lição principal havia sido experimentada, sentida. Já Sócrates, em sua busca por conhecimento, se preocupava pouco com as sensações de seus debatedores, apesar de estar interessado em promover o conhecimento dos sábios que

¹⁸⁸ Sobre a figura de Sócrates : Jaeger, W. *Sócrates in: Paidéia, A formação do homem Grego*. Tradução de Artur M. Pereira – São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 493.

pudessem auxiliá-lo e aos membros da sociedade a solucionar seus problemas e encontrar respostas para suas questões.

O poder de convencimento do preceptor, que aparece através de uma ‘retórica’ sem palavras, sugere um padrão de comportamento das figuras de autoridade nos textos de Rousseau, que comandam levando em conta o sentimento dos que conduzem e sua capacidade de aprendizado. No caso do aluno, se é nova a idéia de propriedade, uma nova experiência deveria preparar seus sentimentos para que a mensagem do educador pudesse ser ‘ouvida’. Diz Rousseau aos educadores depois de oferecer o exemplo do episódio das favas sobre a consolidação do conhecimento sensível:

Vê-se ainda que uma explicação, que encerro aqui em duas páginas, será talvez coisa de um ano de prática; porque no caminho das idéias morais não se pode avançar demasiado lentamente, nem muito bem se firmar a cada passo. Jovens mestres, pensai, peço-vos, neste exemplo e lembrai-vos de que em tudo vossas ações devem ser mais em ações do que em sermões, porquanto as crianças esquecem mais facilmente o que se lhes diz, ou o que dizem, do que o que fazem ou o que lhe fazem¹⁸⁹.

Ao preceptor, segundo a pedagogia de Rousseau, cabe proporcionar as condições para que o aluno experimente sensações que lhe permitam consolidar o conhecimento sensível e o conhecimento da moral. As idéias abstratas perdem certo espaço, ao menos em momento inicial, pois são algumas sensações provocadas pela experiência que chegam ao aluno em primeiro lugar. Pode-se dizer que para Rousseau, o processo de compreensão se inicia através das sensações e dos sentimentos, pois são eles que oferecem ao aluno o sentido, que inicialmente pode ser associado ao termo menos adequado, e que só mais tarde, com cautela, poderá ser referido por proposições mais adequadas¹⁹⁰. Por isso o recurso às “lições práticas”¹⁹¹ é necessário e o recurso do ‘orador’ ao *pathos* válido.

¹⁸⁹ Rousseau, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. Difusão Européia do Livro – São Paulo, 1973. p. 88.

¹⁹⁰ Cf. Rousseau, Jean-Jacques, *Ensaio sobre a origem das línguas*. Tradução de Fulvia Moretto – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p.107. É possível associar os dizeres de Rousseau sobre os primeiros usos da linguagem entre os homens aos seus dizeres sobre a tarefa do educador quando inicia o aluno no aprendizado. “A

3.3. A figura do legislador

Como procuramos sugerir, tanto o preceptor, quanto o personagem Wolmar, representam autoridades, pois exercem comando sobre um ou mais indivíduos. O que procuramos destacar de comum na atuação destas autoridades é uma certa intenção de auxiliar seus ‘subordinados’ a entenderem o que deverão fazer para se tornarem membros efetivos de uma comunidade. De acordo com nossa interpretação, com estas imagens de autoridade Rousseau procurou mostrar a seus leitores de que forma o comando deveria acontecer para que um projeto social de uma irmandade entre os homens se tornasse o mais concreto. Porém, esta possibilidade, mesmo que para Rousseau o homem fosse naturalmente bom, estaria condicionada a valores e costumes já estabelecidos. Com a sua teoria política Rousseau não aponta para um único caminho possível, mas procura mostrar que são muitas as soluções para os problemas sociais e que nenhuma destas soluções deve deixar de lado a busca moral pela promoção de interesses coletivos. O autor chega a dizer para seus leitores que condições são necessárias aos líderes, aos que detêm algum poder de influência, para que consigam promover o interesse comum sem se tornarem autoritários. Distingue economia doméstica de política não só para diferenciar a atuação do chefe de família da do chefe de Estado, mas para fazer crítica a abusos de poder. No *Contrato Social*, Rousseau retoma a mesma orientação retórica de escritos como o *Discurso sobre economia política*, a *Nova Heloísa* e o *Emílio*, em que se manifesta contra estes abusos. A importância conferida ao papel do legislador por Rousseau, também revela a intenção de indicar que caminho deve-se trilhar para que não haja abusos no exercício de cargos de administração da economia política. A própria vontade geral, que segundo Christopher Bertram é noção que lança o leitor de Rousseau em “direções

linguagem figurada foi a primeira a nascer”, diz o autor no *Ensaio*, e “o sentido próprio foi o último a ser encontrado” pois “só se começou a raciocinar muito tempo depois”. Pode-se dizer que o preceptor sabe disso, e sabe que isso acontecerá também a seu aluno, pois é aproximado do sentido pelos sentimentos para só depois receber a lição a respeito do que é a propriedade privada.

¹⁹¹ Op. cit. P. 91.

interpretativas conflitantes”¹⁹² e que Michel Debrun chama de o “conceito-chave”¹⁹³ do *Contrato*, só aparece num Estado, de acordo com os critérios expostos no *Contrato Social*, como pretende-se sugerir, quando o legislador torna-se porta-voz do interesse comum. Este é o objetivo neste capítulo, isto é, mostrar que, de acordo com Rousseau, para que a vontade geral apareça num Estado, a presença da autoridade reguladora do legislador é necessária. Um outro objetivo é retomar comparações entre as tarefas do legislador e as de Wolmar.

Não se deve esquecer que o sucesso da ação do legislador, no que diz respeito à instauração da vontade geral no sistema legal de uma sociedade, tem limitadores externos. A qualidade da ação do legislador não poderia ser medida exclusivamente pela quantidade de indivíduos lutam pelo interesse comum, pois a corrupção do povo tem causas e conseqüências que escapam à habilidade corretiva do legislador. Salinas¹⁹⁴ já destacou como Rousseau mostra que pouco poderia ser feito em situações adversas. Em suas *Considerações sobre o governo da Polônia* Rousseau propôs um caminho possível ao Conde Wielhorski, que queria ter em mãos um plano de reforma para a Polônia. Como mostra Salinas, Rousseau não rebateu sua argumentação exposta no *Contrato Social*, pois no *Contrato*, apesar de defender a participação popular em assembleias na tomada de decisões de interesse comum, diz que depois que se “estabelecem os costumes e se enraízam os preconceitos, constitui empresa perigosa e vã querer reformá-los”¹⁹⁵. Deve-se lembrar que Rousseau, em suas *Considerações*, no capítulo II, a título de exemplo, diferencia os povos e seus costumes e os legisladores Moisés, Licurgo e Numa, que se empenharam em benefício destes povos. Rousseau procura mostrar que a força das leis foi exercida sobre cada um dos povos de maneira bastante diferente. Ainda assim, o objetivo principal a ser alcançado era o de estimular a formação de laços de afeto entre os homens e com relação a suas instituições.

¹⁹² Bertram, Christopher, *Rousseau and the Social Contract* - Londres: Routledge, 2004, p. 132. Tradução minha.

¹⁹³ Debrun, Michel, *Algumas observações sobre a noção de vontade geral no Contrato Social* in: *Estudos em homenagem a Rousseau* – São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1962, p.39.

¹⁹⁴ Fortes, Luís Roberto Salinas, *Rousseau : da teoria à prática* - São Paulo: Editora Ática, 1976.

¹⁹⁵ Rousseau, Jean-Jacques, *O Contrato Social* (1762), in: *Os Pensadores, Rousseau 1*. Tradução de Lourdes Santos Machado - São Paulo: Nova Cultural, 1999d, p. 115.

No *Contrato Social* Rousseau trata dos “princípios do direito político”¹⁹⁶, ou ainda, como diz Lourival Gomes Machado em nota ao texto de Rousseau, “discute sobre a organização geral da sociedade, sobre seus princípios, fundamentos e regras”¹⁹⁷. No *Contrato*, ao entrar no tema da legislação, Rousseau trata das leis antes de tratar de quem as formula. É ao fim do capítulo VI do segundo livro do *Contrato*, que o autor fala sobre a função da legislação dentro do corpo político. Diz que, quando todo o povo estatui para todo o povo age de acordo com um interesse e uma vontade que são gerais e é a este ato de estatuir que Rousseau dá o nome de lei¹⁹⁸. O objeto destas leis deve ser sempre geral. Debrun diz que “Rousseau insiste constantemente na idéia de que o contrato social e as leis dele decorrentes, sob uma aparente negação da liberdade individual, permitem a qualquer um identificar-se sem sacrifícios com as decisões da coletividade. O que só se pode entender se admitirmos paralelamente que o indivíduo deve se manifestar não apenas no processo de elaboração e da votação da lei, mas também no seu conteúdo. Não só o seu ponto de vista deve ser ouvido, respeitado, etc., e sim a decisão tomada deve, se não lhe agradar em todos os seus aspectos, pelo menos lhe surgir como bastante racional”¹⁹⁹.

O legislador só aparece no *Contrato* quando Rousseau questiona a habilidade de um grupo de indivíduos de solucionar os complexos problemas da vida em sociedade. Ainda assim, não há contradição entre o que Debrun afirma, acima citado, e a caracterização da necessidade da presença do legislador. O legislador não entrará em ação para se manifestar pelos indivíduos, mas antes, para auxiliá-los a isto. Rousseau chega mesmo a dizer que todos precisam de guias²⁰⁰ quando começa a falar do legislador. No capítulo VII do segundo livro do *Contrato* o autor oferece mais detalhes sobre o legislador. Descreve o legislador como um indivíduo que conhece todas as paixões, que sabe identificá-las nos outros, mas que não se

¹⁹⁶ Derathé, Robert, *Jean-Jacques Rousseau et la science politique de son temps* – Paris: Librairie Philosophique J. VRIN, 1995, p. 23.

¹⁹⁷ Rousseau, Jean-Jacques, *O Contrato Social* (1762), in: Os Pensadores, Rousseau 1. Tradução de Lourdes Santos Machado – São Paulo: Nova Cultural, 1999d; Lourival G. M., nota de rodapé, p. 51.

¹⁹⁸ Ibid., p. 107.

¹⁹⁹ Debrun, Michel, *Algumas observações sobre a noção de vontade geral no Contrato Social* in: *Estudos em homenagem a Rousseau* – São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1962, p. 44.

²⁰⁰ Op. cit., p. 108.

deixa envolver por nenhuma delas²⁰¹. O legislador aparece no *Contrato Social* como um indivíduo com habilidades especiais, assim como Wolmar apareceu na *Nova Heloísa*. Como mostramos, Wolmar, o observador de homens, os conhecia pois havia convivido com eles. Foi este convívio, somado a seu temperamento, como procurou mostrar Rousseau em seu romance, que o preparou para, mais tarde, estar em condições de selecionar os membros de sua comunidade e a maneira correta de instruí-los. Deve-se lembrar que todos aqueles que se tornavam parte da família tinham liberdade para deixar a casa e a família quando quisessem. Wolmar soube recolher as informações espalhadas nas cartas de Júlia e Saint-Preux, informações que se mostraram valiosas no momento em que teve a oportunidade de propor um pacto entre Júlia e Saint-Preux. Wolmar soube observar e procurou transformar Júlia e Saint-Preux, assim como o legislador deve procurar transformar, quando é necessário, aqueles para os quais legisla. Sobre as habilidades do legislador eis o que nos diz Rousseau no *Contrato*:

Para descobrir as melhores regras de sociedade que convenham às nações, precisar-se-ia de uma inteligência superior, que visse todas as paixões dos homens e não participasse de nenhuma delas, que não tivesse nenhuma relação com nossa natureza e a conhecesse a fundo; (...).

Aquele que ousa empreender a instituição de um povo deve sentir-se com capacidade para, por assim dizer, mudar a natureza humana, transformar cada indivíduo, que por si mesmo é um todo perfeito e solitário, em parte de um todo maior, do qual de certo modo esse indivíduo recebe sua vida e seu ser; alterar a constituição do homem para fortificá-la; substituir a existência física e independente que todos nós recebemos da natureza, por uma existência parcial e moral.²⁰²

Também o preceptor de Emílio possui a capacidade de transformar o indivíduo. Como procuramos sugerir com o destaque ao episódio das favas, pode-se perceber com que cuidado o preceptor coloca Emílio em condições de compreender uma lição. Este episódio nos parece importante pois oferece ao leitor de Rousseau a caracterização de uma de suas figuras de

²⁰¹ Ibid., p. 109.

²⁰² Ibid., p. 110.

autoridade em operação e que, como a do legislador, é uma “autoridade que nada é”²⁰³, ou seja, que não atua pela imposição de suas vontades, mas que atua de modo a estimular a educação fazendo uso dos elementos do ambiente e levando em consideração as vontades e os interesses do próprio educando de modo a prepará-lo para a vida em sociedade, objetivo final que justifica moralmente a ação destas autoridades. Mesmo que o esforço do preceptor seja pontual, afinal o aluno é apenas um e o legislador atua para auxiliar todo um povo, as influências das coisas e dos sentimentos nunca são desconsiderada nesta preparação para a vida em sociedade, tarefa comum de ambas as autoridades.

No *Contrato* Rousseau, além de falar das qualidades do legislador, ainda enumera equívocos que podem ser cometidos por ele. O legislador pode não conseguir encontrar os princípios que se encontram nas coisas, o que significa que, quando comete tal equívoco, estabelece desafios para um povo que o mesmo não poderá superar. Se o legislador tende a levar o povo à servidão e de acordo com sua natureza o povo clama por liberdade, ou se o princípio do legislador tende à paz e a natureza do povo à conquista, a constituição por ele estabelecida enfraquecerá o povo, pois pelo princípio que estabelece lança o povo contra sua natureza. Mas se o legislador deve observar os indivíduos para lhe oferecer leis, é porque não existe um sistema legal que seja o melhor em todas as condições.

O legislador deve apenas formular leis, limitar-se a sugerir como o corpo social deverá se movimentar. Deve manter sua atenção em causas gerais, não se deixar desviar nem pela sua, nem pela vontade de outros indivíduos de que empreste a causas particulares sua capacidade criativa. Rousseau nos diz que sem dúvida é o legislador quem sabe melhor como devem ser interpretadas as leis que formula, mas para que não corra o risco de legislar em causa própria não deve estar em seu poder vigiar a execução destas leis²⁰⁴. Rousseau alerta para o perigo de o legislador, próximo do governo, não conseguir evitar que pontos de vista particulares alterem “a integridade de sua obra”²⁰⁵.

Para dar leis a um povo, o legislador deve pensar na disposição dos futuros cidadãos dentro do território de seu país, pensar em como o povo proverá seu sustento e deve prever

²⁰³ Ibid., p. 111.

²⁰⁴ Ibid., Pp.110-111.

²⁰⁵ Ibid., p. 111.

como o povo se desenvolverá no aumento numérico de seus membros²⁰⁶. Uma outra regra que deve ser observada é que uma região, com seu solo, seu clima, etc., exerce influência sobre aqueles que nela habitam, e o legislador deve se servir disso. Intempéries distintas, povo distinto. É por isso que Rousseau diz que o território de um Estado não deve ser muito grande. O legislador deve ter o objetivo de dar movimento e vontade a um corpo político que conseguirá fazer a manutenção de sua saúde institucional. O território do Estado não deve ser maior do que aquele que o povo necessita para garantir sua subsistência. Por isso, uma instituição sábia e forte é preferível a um território amplo e fértil.

No capítulo VIII do segundo livro, Rousseau nos diz que para que um povo receba um conjunto de leis e as respeite deve estar preparado para isso²⁰⁷. Pessoas com maus hábitos dificilmente serão motivadas a encarar a lei como manifestação legítima de seus próprios interesses. Não é qualquer povo que está apto a cumprir com as obrigações impostas pela vida social regulamentada. Para que seja feliz em sua ação, o povo auxiliado pelo legislador deve ser jovem, não em idade, mas sem os vícios que se percebe em muitos dos povos mais envelhecidos, o que significa dizer que a comunidade já deve estar madura, e não desgastada pelo mau comportamento de seus membros.

Além de o legislador ter de prestar atenção na maturidade do povo e na disposição deste povo num espaço geográfico, Rousseau fala da religião, que pode ser utilizada em benefício do corpo coletivo, e sobre a intersecção entre política e religião oferece explicações no capítulo VIII do quarto livro. Aí, depois de estabelecer diferença entre três tipos de religião – uma a civil, que seria a dos povos primitivos, religiões das quais não se dissociavam as legislações e os governos, a segunda a do cristianismo primitivo, cujo interesse era no reino dos céus, o que nada tinha a ver com política e a terceira, poder paralelo ao das instituições civis de um Estado, concepção religiosa como a do catolicismo de Roma – o autor elege a forma que considerava melhor. Era a religião do cidadão, que se relaciona aos “sentimentos de sociabilidade”.²⁰⁸ Então o legislador não pode prescindir da religião civil, subterfúgio ao

²⁰⁶ Ibid., p. 124.

²⁰⁷ Ibid., p. 115.

²⁰⁸ São os dogmas da religião civil: “A existência da divindade poderosa, inteligente, benfazeja, providente e provisora; a vida futura; a felicidade dos justos; o castigo dos maus; a santidade do contrato social e das leis”. O

fortalecimento do corpo político, pois a comoção causada pela religião pode ser colocada a serviço de uma sociedade que quer manter sua integridade.

No romance de Rousseau o personagem Wolmar é ateu. Ora, talvez o legislador também o seja, ou talvez não importe uma sua declaração sobre sua fé, mas, de acordo com os critérios de Rousseau, importa que o legislador atue de modo a promover o interesse comum. Não é porque Rousseau nos diz que o legislador pode se servir da religiosidade do povo para legislar, que o legislador seja um devoto. Se a relação do personagem Wolmar com seus empregados serve de alegoria sobre a relação da autoridade com seus subordinados, e o papel do legislador pode ser entendido como o do exercício de um tipo de autoridade, não se deve esquecer que Wolmar incentiva os *sentimentos de sociabilidade* tanto quanto pode incentivar um legislador, e no que diz respeito à religiosidade civil, Wolmar e o legislador de Rousseau se parecem. Não se deve esquecer que a esposa de Wolmar, com seu afeto e devoção religiosa, não é afastada de tarefas de comando ou orientação dos empregados, mas é incentivada a isso pelo marido.

Para formular leis adequadas a tarefa do legislador não termina com o apelo à religiosidade. O legislador ainda deve estar atento às suas três categorias. De acordo com o que diz no capítulo XII, ainda do segundo livro, a primeira delas é a das leis políticas ou fundamentais, que regulamentam a relação do todo com o todo, isto é, do corpo político, *soberano* quando tomado como ativo, com o *Estado*, que é o corpo político considerado como passivo²⁰⁹. A segunda é a das leis civis que regulamentam as relações entre os homens, entre si e com o todo. Rousseau diz que um sistema de leis civis, adequado ao povo que se aplica, o auxiliará a promover a independência dos homens em relação uns aos outros e promoverá

dogma negativo, que versa sobre o que não deve ser feito, é apenas um: “a intolerância”, que pertence aos cultos que foram excluídos. Ibid., p.241.

²⁰⁹ Ibid., p. 71. Com esta frase o autor indica qual a diferença hierárquica entre o povo, o soberano, e as instituições, ou o Estado. Parece aqui existir uma inversão, não é a entidade abstrata do Estado que deve agir, mas o próprio povo. Os cidadãos é que dão vida ao Estado, que só deve ter a sua força legitimada na medida em que consiga garantir a proteção dos indivíduos que fazem parte do corpo político. Os indivíduos podem agir em nome do Estado, e podem atuar de modo a formar o Estado. Contudo, de acordo com os critérios de Rousseau, é o que se sugere a aqui, o Estado tem legitimada sua existência através de ações soberanas, que devem ser ditadas pela maioria, por isso o soberano pode ser tomado como ativo e o Estado como passivo.

uma dependência destes homens quase completa em relação a todo o Estado²¹⁰. Existem ainda as leis criminais, terceira categoria. Estas impõem sanções aos que desrespeitam as outras leis. Além destas categorias existe uma quarta, que é mais importante que as anteriores. Aqui o termo lei aparece como metáfora, pois este tipo de lei deve ser gravado no coração dos cidadãos de uma república. O que faz a verdadeira constituição de um Estado, diz o autor do *Contrato Social*, é o que reanima antigas leis e “conserva um povo no espírito de sua instituição e insensivelmente substitui a força da autoridade pelo hábito”²¹¹. O legislador deve preocupar-se então, com as *opiniões* e os *costumes*. As opiniões podem ser alteradas pelas leis. Quando as opiniões se modificam, os costumes também são modificados. Por isto, embora a legislação não regule os costumes, “os faz nascer”²¹². Também na sociedade de Clarens, como procuramos mostrar, há preocupação com os hábitos e costumes e com a sua manutenção. Não há regras escritas em Clarens, mas as opiniões de Wolmar e Júlia, têm a força das leis de uma boa instituição, pois são emitidas de modo a fortalecer costumes. Basta que se lembre dos jogos, das reuniões durante o inverno, para que a influência da autoridade no nascimento de costumes e hábitos também seja encontrada no romance de Rousseau.

No *Contrato* Rousseau fala das “leis como podem ser”²¹³, e é por isso que é tão importante falar sobre todas estas regras. Imaginando a mais perfeita das sociedades, no exemplo abstrato sugerido no *Contrato*, se a função do legislador foi bem desempenhada e cada um dos membros da sociedade desempenham seus papéis, que são específicos, é por que todos têm procurado identificar quais são as necessidades indicadas pela vontade geral e por isso tem conseguido manter em perfeitas condições a saúde do corpo político.

Mas o sucesso momentâneo do legislador, e da comunidade para a qual legislou, não garantem nem que os membros desta comunidade não possam resolver em algum momento futuro desfazê-la, ‘implodindo-a’, ou mesmo que não sejam vítima da ‘antropofagia’ de um outro corpo social. Goldshmidt²¹⁴ nota que é a vontade geral de um outro Estado, que se torna

²¹⁰ Ibid., p. 131.

²¹¹ Ibid., p. 132.

²¹² Ibid. P. 229.

²¹³ Ibid. P. 51.

²¹⁴ Goldschmidt, V. *Individue t communauté* in: *Pensée de Rousseau*, org. Gérard Genette e Tzvetan Todorov – Éditions du Seuil, 1984. P. 148.

particular, estrangeira, pode levar os Estados ao conflito. De sua parte, Rousseau lembra, por exemplo, que certo perigo pode vir do governo e aí o Estado já está formado. O autor chama de “*Governo* ou administração suprema o exercício legítimo do poder executivo”²¹⁵. É no capítulo I do terceiro livro do *Contrato*, que o autor explica o que chama de governo, que será sempre muito bom, quando adequado ao Estado que se aplica²¹⁶, adequação que se percebe quando os magistrados que dele participam exercem funções para proteger os interesses comuns ou a vontade geral, servindo de comunicação entre o Estado e o soberano²¹⁷. Podemos dizer que Rousseau nos permitiria afirmar que se faz com que o Estado, que é o *soberano* enquanto ativo, entre em comunicação com os *súditos*, que são os cidadãos, assim chamados enquanto submetidos às leis do Estado, quando um governo, consciente de suas obrigações, regulamentadas pela lei, sabe que só poderá cumpri-las se moral e ação estiverem em acordo com os interesses comuns. O problema no governo aparece quando ele também forma um corpo, pois também o magistrado pode manifestar suas inclinações particulares. Então, para o autor, há a possibilidade do surgimento de mais de uma vontade geral dentro das fronteiras de uma cidade. Uma vontade pode ser aquela do próprio indivíduo que quer garantir suas necessidades particulares. Uma vontade pode ser aquela que é geral quando tomada de dentro do governo, mas particular do ponto de vista do todo do corpo político.

Concluindo, pode-se dizer que o legislador, de acordo com Rousseau, deve informar aos indivíduos como poderão fazer para que se apeguem uns aos outros, pois como já dissemos, interpretando passagens do *Contrato*, do *Discurso sobre economia Política* e das *Considerações sobre o governo da Polônia*, segundo o autor é função do legislador transformar os indivíduos numa parte de um todo maior, isto é, em membros de uma sociedade. É desta mesma tarefa que se incumbem o personagem Wolmar e o preceptor, apesar de atuarem em esferas diferentes. O interesse comum ou a vontade geral só é posta em risco de antemão quando o legislador deixa escapar informações sobre o povo e a região em que o povo habita, e desta forma suas leis não fortalecem ou corrigem os costumes do povo para o qual legislou. Mas Rousseau diz que o desacordo, ou o desacordo relativo, pode acontecer mesmo depois do pacto social ter sido firmado, pois a vontade geral pode dar lugar

²¹⁵ Ibid., p.137.

²¹⁶ Ibid., p.136.

²¹⁷ Id.

às vontades particulares indicadas pela somatória dos votos numa assembléia, onde o acordo unânime em todas as questões não será possível. É preciso lembrar que o governo, por causa de interesses particulares, também pode formar um novo grupo dentro do Estado, e por causa disso comprometer a manifestação da vontade geral. Mas se o povo encontra-se em condições de receber leis, o legislador deve, através delas, mostrar como os particulares poderão respeitar-se para garantir que o corpo social se perpetue e para que consigam proteger sua liberdade, que é restrita, que se manifesta no âmbito do pacto social que deve alcançar a todos os membros do corpo coletivo igualmente.

Conclusão

O discurso político de Rousseau aparece no romance do autor e pode passar despercebido pelo leitor menos atento que não percorreu outros textos do autor. Ao longo de sua obra Rousseau fala do exercício da autoridade de forma marcante, pois defende a posição de que há necessidade da presença de guias entre os homens. Mas estes guias, que na obra de Rousseau são imagens de autoridade, não se impõe a seus subordinados de forma a justificar o autoritarismo ou um poder absoluto sobre eles. Estes guias devem agir de certa forma, e a sua superioridade aparece não em forma de comando ou poder irrestrito sobre outros indivíduos, mas como consequência do exemplo, como consequência de seu comportamento virtuoso, que tornam significativas e atraentes as sugestões que faz a seus subordinados. É a qualidade da ação destes guias que justifica a presença de seu papel desigual entre os membros de um grupo. O retrato das relações de uma autoridade com os que auxilia é oferecido por Rousseau em seu romance com o exemplo do personagem Wolmar. A presença de uma autoridade em meio a um grupo de indivíduos, pode, dependendo dos hábitos e costumes dos indivíduos que formam o grupo, auxiliá-los a tornar possível o respeito mútuo entre seus membros. A função destes guias deve ser a de sugerir, como o deve fazer o legislador através das leis, como fortalecer o corpo coletivo, os interesses comuns, assim como fez Wolmar através das opiniões e de seu exemplo à comunidade de Clarens e como fez o preceptor com Emílio, moldando a sua consciência moral durante seu processo de amadurecimento.

Ao sugerirmos que Rousseau discute sobre o papel da autoridade ao longo de seu romance, certamente nosso objetivo não foi o de reduzir o romance a está discussão. Não se pretendeu desvendar todos os segredos a respeito da composição da *Nova Heloísa*, não foi este o nosso objetivo ao destacar certas passagens das *Confissões* – “o maior dos romances sentimentais”²¹⁸ segundo Carpeaux -, nas quais Rousseau fala sobre em que condições compôs sua *Nova Heloísa*, como acima destacamos no primeiro capítulo. Mas pode-se dizer que no romance Rousseau discute sobre a autoridade patriarcal, discussão que já havia desenvolvido ao longo do *Discurso sobre economia política*, e no romance oferece as pistas sobre o desenvolvimento avançado de muitos dos temas tratados no *Emílio* e do *Contrato*.

²¹⁸ Carpeaux, Otto Maria, *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1985. p. 1014.

Pode-se dizer que mostra elementos semelhantes na caracterização de suas figuras de autoridade. O gosto pela observação, a habilidade racional, o interesse pelo bem estar comum são alguns destes elementos. O recurso ao aprendizado sensível, que se dá pela influência das coisas sobre os indivíduos, é recurso utilizado pelo preceptor de Emílio, é recuso sugerido à prática do legislador que é utilizado por Wolmar. Não se deve esquecer que o *Discurso sobre a desigualdade entre os homens* pode ser interpretado como um alerta sobre os abusos de poder e permanece, depois da publicação do *Discurso sobre economia política*, numa retomada da discussão a respeito de como deve ser justificada a autoridade daquele que a reclama.

Ainda no que diz respeito ao tema da autoridade, pode-se encontrar mais elementos ao final do romance, e que podem levar o leitor a compreender de que maneira entra a religião civil no sistema político de Rousseau. Nas últimas cartas da coletânea, Rousseau reafirma a importância de Wolmar, reforça a relevância de algumas delas para que as dúvidas sobre sua personalidade e especialmente sobre a intersecção entre religião e comportamento virtuoso, que com o esclarecimento sobre o seu papel na sociedade de Clarens se revela. Na carta VIII da última parte do romance, Júlia escreve a Saint-Preux tentando lhe explicar em que estado realmente se encontrava e qual havia sido sua intenção quando lhe pediu para que ele se casasse com sua amiga Claire. Nesta carta, Júlia alerta Saint-Preux sobre os perigos da imaginação que pode fazer com que qualquer se perca em devaneios desnecessários, retomando a mesma preocupação externada no *Emílio*, como mostramos acima no primeiro capítulo deste texto:

De fato, o homem ávido e limitado, feito para querer tudo e obter pouco, recebeu do Céu uma força consoladora que aproxima dele tudo o que deseja, que o submete à própria imaginação, que lho torna presente e sensível, que lho entrega, de alguma maneira e para tornar-lhe essa propriedade imaginativa mais doce, modifica-o ao sabor de sua paixão. Mas todo esse prestígio desaparece diante do próprio objeto, nada embeleza mais esse objeto aos olhos do possuidor; não se imagina o que se vê, a imaginação não enfeita mais nada do que se possui, a ilusão cessa onde começa o gozo. O país das quimeras é, neste mundo, o único digno de

ser habitado e a nulidade das coisas humanas é tal que, exceto o Ser existente por si mesmo, não há nada de belo a não ser o que não existe.²¹⁹

Esta preocupação com Saint-Preux, que não havia interpretado adequadamente a carta anterior de Júlia, a carta VI da sexta parte do romance, pode ser transposta ao leitor quando o romance termina. A pergunta a Saint-Preux, que pode ser destaca da passagem reproduzida logo acima, e que também pode alcançar o leitor ao término do romance é a seguinte: deveria ele escolher as propriedades imaginativas que ele conferia aos objetos que o cercava ou optar pelo objeto, pela realidade que os sentidos apresentavam? No caso de Saint-Preux, optar pelo concreto, neste sentido, não significaria o seu retorno a Clarens para cumprimento de obrigações morais, abandonando em definitivo os arroubos imaginativos causados por expectativas com relação a Júlia? Mas antes de sugerir resposta a esta questão, temos algo a esclarecer para que possamos mostrar por que é possível tal transposição, a dos conselhos a Saint-Preux para conselhos ao leitor. Júlia ainda diz a Saint-Preux, tentando lhe dizer que não havia qualquer tipo de condição para que ele pudesse ir morar em Clarens:

Se sentis que podeis morar em Clarens sem perigo, vinde, morai aqui, ficarei encantada. Se julgais dever dar ainda alguns anos de ausência aos restos sempre suspeitos de uma juventude impetuosa, escrevei-me freqüentemente, vinde ver-nos quando quiserdes, mantenhamos a mais íntima correspondência²²⁰.

A escolha para morar em Clarens teria que vir de Saint-Preux que deveria escolher entre o isolamento, longe de Clarens, e o risco de deixar-se corromper pela força da paixão juvenil por se aproximar de Júlia. A aproximação o faria membro do corpo social familiar dos Wolmar, colocando a virtude de ambos à prova.

Mas outros temas retornam neste final do romance, como já dissemos. Como o faria depois no *Emílio* com a *Profissão de fé do Vigário de Sabóia*, Rousseau procura esclarecer ao

²¹⁹ Rousseau, Jean-Jacques, *A Nova Heloísa*, (1761). Tradução de Fúlvia M. L. Moretto – Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 595.

²²⁰ Ibid., p. 594.

leitor de que se tratava esta religião cristã que muitos dos religiosos de seu tempo demonstraram repudiar e sobre a qual dera indicações no *Contrato Social* ao falar dos instrumentos que podem servir ao legislador para que execute suas tarefas, como acima destacamos no terceiro capítulo. Júlia confirma a posição de destaque de Wolmar dentro da sociedade de Clarens e lembra a Saint-Preux que Wolmar havia sido o grande responsável por sua transformação. Em sua profissão de fé, Júlia procura esclarecer Saint-Preux a respeito de sua religiosidade. Também Saint-Preux, que não era ateu como Wolmar, tinha dificuldades de classificar a religiosidade de Júlia. Ela não se considerava uma carola como chegou a pensar Saint-Preux. Nesta carta VIII da sexta parte do romance, Júlia faz menção a seu único incomodo com relação a seu esposo. Este incomodo, já havia sido quase que completamente dissipado, pois ela percebera que as práticas de Wolmar, um ateu, na verdade não se diferenciavam muito das de um exemplar seguidor das Escrituras. Saint-Preux e Milorde Eduardo a haviam ajudado a compreender isso. Na passagem que reproduzimos a seguir, Júlia faz referência à carta III desta última parte do romance, escrita por Milorde Eduardo e enviada a Wolmar, na qual falava sobre o auxílio que recebera de Saint-Preux e sobre a qualidade que faltava a Wolmar:

Confesso-vos que tive por muito tempo, quanto ao destino de meu marido, uma inquietude que queria talvez, com o tempo, alterado minha disposição de espírito. Felizmente, a sábia carta de Milorde Eduardo, à qual me remeteis com muita razão, suas palavras consoladoras e sensatas, as vossas, dissiparam totalmente meu temor e transformaram meus princípios. Vejo que é impossível que a intolerância não endureça a alma. Como amar ternamente as pessoas que reprovamos? Que caridade pode ser conservada entre os condenados? Amá-los seria odiar a Deus que os pune. Desejamos então ser humanos? Julguemos as ações e não os homens. (...).

Oh! Meus amigos, que peso retirastes de meu coração! Ao ensinar-me que o erro não é um crime, libertastes-me de mil inquietantes escrúpulos. Abandono a sutil interpretação dos dogmas que não compreendo. Atenho-me às verdades luminosas que impressionam meus olhos e convencem minha razão, às verdades práticas que me instruem quanto aos meus deveres. Quanto ao resto, tomei como regra vossa antiga resposta ao Sr. de Wolmar. Seremos donos do crer ou não crer? É um crime não ter sabido argumentar corretamente? Não, a consciência não nos diz a

verdade das coisas mas a regra de nossos deveres; ela não nos dita o que devemos pensar mas o que devemos fazer, ela não nos ensina a raciocinar corretamente mas a agir corretamente. Em que meu marido pode ser culpado diante de Deus? Desviará os olhos dele? O próprio Deus cobriu sua face com um véu. Ele não foge da verdade, é a verdade que foge dele. O orgulho não o guia, ele não quer desencaminhar ninguém, está muito satisfeito por outros não pensarem como ele. Ama nossos sentimentos, desejaria tê-los, não pode. Nossa esperança, nossas consolações, tudo lhe escapa. Faz o bem sem esperar recompensas, é mais virtuoso, mais desinteressado do que nós. Ai de mim, é digno de lástima! Mas de que será punido? Não, não, a bondade, a retidão, os bons costumes, a honestidade, a virtude, eis o que o Céu exige e o que recompensa, eis o verdadeiro culto que Deus quer de nós e que recebe dele todos os dias de sua vida. Se Deus julga a fé pelas obras, ser homem de bem é crer nele.²²¹

Júlia ainda diz a Saint-Preux:

Tende pois a certeza de que, se vossa estada aqui vos é agradável, ela me é tanto quanto a vós e de que tudo o que o Sr. de Wolmar fez por mim nada me tocou tanto quanto o cuidado que teve em convidar-vos para a sua casa e em pôr-vos em condições de nela permanecer. Concordo com prazer, somos úteis um ao outro. Mas aptos a receber bons conselhos do que a tomá-los de nós mesmos, temos ambas necessidades de guias e quem saberá melhor o que convém a um senão o outro, que o conhece tão bem? Quem sentirá melhor o perigo de perder-se por tudo o que custa um regresso penoso? Que objeto pode lembrar-nos melhor tal perigo? Diante de quem enrubesceríamos mais por aviltar um tão grande sacrifício? Após termos rompido semelhantes laços, não deveremos à sua memória nada fazer de indigno do motivo que no-lo fez romper? Sim, é uma fidelidade que desejo conservar-vos sempre, a de tomar-vos com testemunha de todas as ações de minha vida e de dizer-vos, diante de cada sentimento que me anima: eis aquilo que preferi a vós²²².

²²¹ Ibid., Pp. 599-600.

²²² Ibid., Pp. 590-591.

Wolmar havia colocado Saint-Preux e Júlia em condições de ficarem juntos novamente. Ele havia tornado possível a reunião sentimental entre Júlia e Saint-Preux, pois foi ele que através de suas mediações restituiu as forças dos antigos amigos, enfraquecidos pela paixão que os consumiam nos tempos de juventude, regulamentando sua relação de afeto, oferecendo sobrevida à relação de ambos no seio da família. Neste sentido é possível falar de uma política dos sentimentos realizada por Wolmar, mas da qual ele próprio não participa com suas emoções como participam os demais que ele auxilia. Júlia e Saint-Preux estavam a ponto de alcançar uma ligação sentimental plena, mediada não pelo véu, expressão de Starobinski²²³, mas pela transparência. Esta conexão serviria de exemplo ao próprio Wolmar para que finalmente pudesse compreender aquilo que ainda não compreendia. Para Júlia, a chegada de Saint-Preux, de Eduardo e Claire, tornaria *sensível* a Wolmar, o que a ele não conseguia tornar claro e distinto através de seu poder de observação, pois a prova da existência divina estaria na sensação de comunhão da transparência entre os corações. Mas Júlia pretendia converter Wolmar a uma religião que ele próprio já conhecia sem o saber.

Depois desta carta de Júlia, ao leitor aparece a carta de Wolmar a Saint-Preux sobre o acidente e a morte de sua esposa. Saint-Preux não retorna a Clarens, mas recebe notícias a respeito dos últimos momentos de Júlia. Depois que conseguir salvar seu pequeno filho do afogamento, ela mesma não havia conseguido se recuperar do acidente. Antes de morrer, agüentou alguns dias. Ao final do romance Rousseau procura mostrar o quão próximos todos estavam e o quanto sofriam por Júlia. O autor também oferece a seus leitores as cenas em que o ateu Wolmar começa a compreender de que falava Júlia quando esta evocava sua religiosidade. O leitor de Rousseau, depois de ler os avisos de Júlia sobre os perigos da imaginação, depois de ler sobre os conselhos de como descobrir de que se tratava a verdadeira fé cristã, avisos e conselhos dirigidos a Saint-Preux, teria todos estes estímulos estéticos provocando sua imaginação.

²²³ Starobinski, J. *A transparência e o obstáculo*. Tradução de Maria Lúcia Machado – São Paulo : Companhia das Letras, 1991. Starobinski inicia o capítulo sobre a *Nova Heloísa* de seu livro dizendo que o romance de Rousseau, entre muitos dos motivos que dentro dele se entrelaçam, “propõe-nos um devaneio prolongado sobre o tema da transparência e do véu”.

Na última carta de Júlia, a carta XII da sexta e última parte do romance, a surpresa final. Júlia não estava de todo curada. No leito de morte junta forças para escrever uma carta a Saint-Preux que teria sido enviada junto com a carta de Wolmar em que relatava, também a Saint-Preux, os últimos momentos de sua esposa. Júlia diz que a culpa talvez tivesse se apoderado dela e de Saint-Preux se tivessem vivido tão próximos, reunidos em Clarens. Mas depois disso dizer, pede mais uma vez para que Saint-Preux se una a sua família, pois Claire e Wolmar dificilmente se recuperariam de tê-la perdido. Júlia assim afirmava pois estava certa de sua morte. Pedia para Saint-Preux que viesse em auxílio a Wolmar antes de terminar seu bilhete com reclamações de fraqueza e de mal estar.

Este homem é vosso libertador, o marido da amiga que ele vos devolveu. Só, sem interesse pela vida, sem nada esperar daquela que continua, sem prazeres, sem consolação, sem esperança, será em breve o mais infeliz dos mortais. Deveis-lhe os cuidados que teve para convosco e sabeis o que pode torná-los úteis. Lembrai-vos de minha carta anterior. Passai vossos dias com ele. Que nada do que amou abandone. Ele vos devolveu o gosto pela virtude, mostrai-lhe seu objetivo e seu preço. Sede Cristão para o levar a sê-lo. O êxito está mais próximo do que pensais: ele fez seu dever, eu farei o meu, fazei o vosso. Deus é justo, minha confiança não me enganará²²⁴.

O romance termina com uma carta de Claire. Ainda muito abalada, sabia da vontade de Júlia de que ela se unisse a Saint-Preux. Mas a própria Claire diz, em homenagem à Júlia, que um homem que ousasse amar outra mulher depois de ter amado Júlia não possuía dignidade. Mas clama pelo amigo Saint-Preux, falando em reunião, pedindo para que retornasse a Clarens. O que segue ao romance é um convite tácito a imaginação. Saint-Preux retornaria a Clarens? A sociedade familiar não sobreviveria à morte de Júlia? Estas respostas quem deve dar é o leitor. Pode-se dizer que o leitor que se deixou convencer de que Saint-Preux iria retornar foi convencido de que Saint-Preux se tornou um virtuoso depois de passar pelas duras provações ao longo do romance e certamente não imaginaria a ruína da sociedade,

²²⁴ Rousseau, Jean-Jacques, *A Nova Heloísa*, (1761). Tradução de Fúlvia M. L. Moretto – Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 635.

mas o retorno de Saint-Preux, que através de seu exemplo tomaria para si todas as responsabilidades de membro de uma sociedade que a ele haviam sido apontadas. Mas outros finais podem ser imaginados e o leitor nem precisa ser irônico para isso. Starobinski diz que “a morte de Júlia acarreta a destruição de toda a felicidade social que se construía em torno dela: seus amigos lhe sobreviverão individualmente, mas a sociedade íntima não sobrevive. Júlia chega individualmente ao êxtase da presença de diante de Deus; conhecerá sozinha a alegria da “comunicação imediata”. O desvelamento supremo diz respeito agora a uma consciência que aparece a sós diante do Juiz, ao passo que antes o desvelamento era a missão que se impunha a si mesmo um pequeno grupo de seres humanos decididos a viver na mais estreita comunidade”²²⁵.

Para um intérprete como Starobinski, a morte de Júlia significa a escolha de Rousseau por um entre dois caminhos que poderiam levar à transparência, isto é, a escolha pelo absoluto da salvação pessoal ao invés do absoluto da comunidade, posição que segundo Starobinski²²⁶ é retomada nos escritos biográficos de Rousseau. Mas se esta salvação pessoal indica a relevância do elemento religioso, pode-se dizer que, de acordo com o que interpretamos dos textos de Rousseau, a preparação para esta salvação pessoal, que ocorre durante a vida, só é possível se a tarefa racional, de um lado, ou os sentimentos puros, como o sentimento de piedade, de outro, que aparecem diferentemente combinados nos indivíduos, levam o indivíduo e seu grupo, auxiliados por um guia, ao comportamento moral, comportamento que frutifica do cultivo dos “sentimentos de sociabilidade”, sobre o qual fala Rousseau também no *Contrato*, como mostramos acima, ao reconhecer a legitimidade do recurso à religião por parte do legislador. Pode-se retomar o papel de Wolmar e imaginar que ao longo do romance o sucesso de seu esforço com Saint-Preux tenha sido alcançado e que Rousseau sinaliza isso ao leitor quando Saint-Preux obtém sucesso ao passar por provas. Apesar disso não estamos confiantes o suficiente para dizer, como diz Starobinski, que o círculo íntimo termina com a morte de Júlia, pois talvez seja justamente a sua morte que tenha erradicado a maior possibilidade de deslize de Saint-Preux e que tenha tornado todos os membros finalmente transparentes sentimentalmente, pois talvez seja pouco razoável imaginar que a dor da perda de Júlia não fosse compartilhada igualmente por todos ou que este acontecimento simbólico

²²⁵ Op. cit. p. 130.

²²⁶ Id.

não pudesse servir para manutenção da união íntima. Mas enveredar por uma discussão como esta talvez já seja ir longe demais pois, afinal de contas, *ipsis litteris*, Rousseau não nos oferece este final, mas cabe ao leitor imaginá-lo. No lugar de Saint-Preux, o que deveria fazer o leitor?

De qualquer forma, o final religioso, que talvez possa ser compreendido como o último reforço à necessidade do que chamamos de uma política dos sentimentos, talvez mostre a intenção de Rousseau de aproximar duas formas de orientar as ações humanas no fortalecimento dos laços sociais. A primeira, uma prática que pode ser entendida como religiosa e ao mesmo tempo sentimental, sugerida pelo comportamento de Júlia, e uma prática que podemos dizer que é a do observador racional, sugerida pelo comportamento de Wolmar. Estas duas práticas, se comparadas apenas as suas finalidades, tornam-se idênticas. Por isso, pode-se dizer que o próprio Wolmar conduzia seus familiares e amigos ao mesmo tipo de reunião religiosa e sentimentalmente pretendida por Júlia, e que ele era líder de uma política sentimental, como fica evidente em sua relação com seus empregados, onde a conotação religiosa é apenas aparentemente menos presente. Esta política, como Rousseau nos parece indicar, já é ela mesma uma forma de religião, da qual não faz parte a valorização de rituais já instituídos pelas Igrejas, mas que aparece já no comportamento virtuoso, no cultivo de valores que fortaleciam a comunidade. É Wolmar que, no comunicado a Saint-Preux, se mostra surpreendido e emocionado ao descrever o comportamento de Júlia frente a seus familiares em seus últimos momentos e menciona a surpresa do padre com o comportamento exemplar de Júlia frente a seus familiares. Considerava que as palavras de Júlia eram “decisivas para suas dúvidas”²²⁷. Depois de reproduzir as palavras de sua esposa a Saint-Preux, Wolmar diz o seguinte sobre o relato de Júlia:

Essas palavras, pronunciadas a princípio num tom grave e calmo depois com maior intensidade e com voz elevada, fez em todos os assistentes, sem excetuar a mim, uma impressão tanto mais viva quanto os olhos daquela que as pronunciava brilhavam com uma luz sobrenatural; um novo brilho animava sua tez, ela parecia

²²⁷ Rousseau, Jean-Jacques, *A Nova Heloísa*, (1761). Tradução de Fúlvia M. L. Moretto – Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 612.

radiante e se há alguma coisa no mundo que merece o nome de celeste era seu rosto enquanto falava.

O próprio Pastor, impressionado, transportado com o que acabava de ouvir, exclamou, levantando os olhos e as mãos ao Céu: Grande Deus! Eis o culto que te honra, digna-te tornar-te a ele propício, os homens oferecem-te poucos como este²²⁸.

Nesta carta a Saint-Preux, Wolmar fala mais sobre a conversa entre sua esposa e o Pastor. Diz que os dois, sua esposa e o pastor, discordavam em muitos pontos a respeito da religião e diz a Saint-Preux que por causa desta conversa que observara, finalmente “começava a dar um pouco mais de atenção aos pontos da religião de Júlia em que a fé se aproximava da razão”²²⁹. Ora, pode-se dizer que quando Rousseau, através Wolmar, sinaliza a proximidade entre fé e razão, antes de retomar uma máxima da escolástica, sinaliza a proximidade entre a concepção religiosa que desenvolveu nas profissões de fé de Júlia e do Vigário de Sabóia e as tarefas racionais do legislador e do preceptor. Tal concepção religiosa, tem o mesmo caráter da religião civil, sobre a qual Rousseau fala no *Contrato Social*, religião que tem por princípio valorizar os sentimentos de sociabilidade, como destacamos acima no terceiro capítulo. No *Emílio* Rousseau mostra como valorizar estes sentimentos ao oferecer ao leitor o episódio das favas, em que ilustra o aprendizado do que significa ser proprietário. Podemos chamar esta uma lição de moral, mas também de política e de religião civil.

O episódio da despedida de Júlia, no qual Wolmar aparece falando da beleza sobrenatural da esposa, no qual compara fé e razão, serve para reforçar a proximidade entre a teoria política e a religião nos textos de Rousseau e é mais um dos episódios que mostram que o romance pode auxiliar ao leitor que busca por esclarecimento a respeito dos elementos envolvidos na teoria política de Rousseau.

Seja o romance de Rousseau valorizado pelo seu formato epistolar, que sinaliza o débito de Rousseau para com Richardson, seja o romance referido como um idílio, como o considerou Bakhtin, ou ainda como uma utopia, como considerou Shklar, o caráter político do romance de Rousseau só ganha força quando o leitor procura pelos elementos de conexão ao

²²⁸ Ibid. p. 614.

²²⁹ Ibid. p. 624.

longo da obra do autor. É também assim que se pode perceber a atenção do autor ao gosto dos leitores de sua época, para os quais o romance já era conhecido, mas ainda assim perceber intenção de transmitir a estes leitores suas reflexões sobre a economia, sobre a importância da família, através da qual um indivíduo se apegava ao Estado, e sobre as relações entre moral, religião, política.

Bibliografia

Ariès, Philippe, *Por uma história da vida privada*, in: *Historia da vida privada*, 3 : da Renascença ao século das Luzes, org. Roger Chartier. Tradução de Hildegard Feist – São Paulo: Companhia das letras, 1991

Aristóteles, *Politics*, in: *Aristotle II*, Great Books of the Western World, vol. 9 – Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1952.

Babbitt, Irving, *Rousseau and Romanticism* – Londres: New Brunswick, 1991.

Bakhtin, Mikhail, *Questões de Literatura e de Estética*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini, José Pereira Júnior, Augusto Góes Júnior, Helena Spryndis Nazário e Homero Freitas de Andrade – São Paulo, Editora Hucitec, 1998.

Barros, Gilda Naécia Maciel de, *Platão Rousseau e o Estado total* – São Paulo: T.A. Queiroz , Editor, Ltda., 1996.

Berriel, Carlos Eduardo O., org. *Revista Morus, Utopia e Renascimento* – Campinas: LabGraf/Unicamp, 2005.

Bertram, Christopher, *Rousseau and the Social Contract* - Londres: Routledge, 2004.

Bobbio, Norberto, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. *Dicionário de política*. Tradução de Carmem C. Varriale – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.

Calvin, John, *Selections from Institutes of the Christian Religion* (1559), in: Calvin, Great Books of the Western World, vol. 20 – Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1993.

Carpeaux, Otto Maria, *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1985.

Cassirer, E., *A questão Jean-Jacques Rousseau*. Tradução de Erlon José Paschoal e de Jézio Gutierre – São Paulo: Editora UNESP, 1999.

Chartier, Roger, *As práticas da escrita*, in: *Historia da vida privada*, 3 : da Renascença ao século das Luzes, org. Roger Chartier. Tradução de Hildegard Feist – São Paulo: Companhia das letras, 1991.

Chartier, Roger, *Figuras da modernidade*, in: História da vida privada, 3 : da Renascença ao século das Luzes, org. Roger Chartier. Tradução de Hildegard Feist – São Paulo: Companhia das letras, 1991.

Darton, Robert, *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Tradução de Sonia Coutinho – Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Darnton, Robert, *O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775-1800*. Tradução de Laura Teixeira Motta, Márcia Lucia Machado (textos franceses) - São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

Debrun, Michel, *Algumas observações sobre a noção de vontade geral no Contrato Social* in: *Estudos em homenagem a Rousseau* – São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1962.

Dent, N. J. H., *Dicionário Rousseau*. Tradução de Álvaro Cabral – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996.

Derathé, Robert, *Jean-Jacques Rousseau et la science politique de son temps* – Paris: Librairie Philosophique J. VRIN, 1995.

Diderot, D. *Autoridade Política* in: Diderot, Obras I, Filosofia e Política, org. J. Guinsburg – São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

Diderot, D. *Elogio a Richardson* in: Diderot, Obras II, Estética, Poética e Contos, org. J. Guinsburg – São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

Espíndola, Arlei de, *Rousseau leitor de Sêneca: entre os pressupostos e a originalidade de sua filosofia moral*. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

Fortes, Luís Roberto Salinas, *Rousseau : da teoria à prática* - São Paulo: Editora Ática, 1976.

Fortes, Luís Roberto Salinas, *Paradoxo do Espetáculo* – São Paulo: Discurso Editorial, 1997.

Godechot, Jacques Léon, *A Revolução Francesa, Cronologia Comentada 1787-1789*. Tradução de Julieta Leite – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

Goulemot, J.M., *As práticas literárias ou a publicidade do privado*, in: História da vida privada, 3 : da Renascença ao século das Luzes, org. Roger Chartier. Tradução de Hildegard Feist – São Paulo: Companhia das letras, 1991.

Hazard, Paul, *O pensamento Europeu no século XVIII*. Tradução de Carlos Grifo Babo – Lisboa: Editorial Presença, 1989.

Jaeger, W. *Sócrates* in: *Paidéia, A formação do homem Grego*. Tradução de Artur M. Pereira – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Mead, W. *Jean-Jacques Rousseau ou Le romancier enchainé*. Paris – Presses Universitaires de France, 1966.

Plutarco, *The lives of the Noble Grecians and Romans*, Great Books of the Western World, vol. 14 – Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1952.

Platão, *A República de Platão*, Os Pensadores – São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Platão, *Eutífron* in: Os Pensadores, Platão – São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Prado, Bento Jr., *A força da voz e a violência das coisas* in: *Ensaio sobre a origem das línguas/Jean-Jacques Rousseau*. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

Prado, Raquel de Almeida, *A jornada e a Clausura*. São Paulo – Ateliê Editorial, 2003.

Queiroz, Maria José de, *As ilhas de Rousseau ou O exílio da sociedade humana* in: *Os Males da Ausência ou A literatura do Exílio* – Rio de Janeiro: TopBooks, 1998.

Romano, Roberto, *Moral e ciência, a monstruosidade no século XVIII* – São Paulo : Editora SENAC São Paulo, 2003.

Rousseau, Jean-Jacques, *A Nova Heloísa*, (1761). Tradução de Fúlvia M. L. Moretto – Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

Rousseau, Jean-Jacques, *À República de Genebra* (1754), in: Os Pensadores, Rousseau 2. Tradução de Lourdes Santos Machado – São Paulo: Nova Cultural, 1999a.

Rousseau, Jean-Jacques, *As Confissões*. Tradução de Wilson Lousada – Rio de Janeiro, Ediouro, s/d.

Rousseau, Jean-Jacques, *Carta a Christophe de Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral* / Jean-Jacques Rousseau. Organização de José Oscar de Almeida Marques – São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

Rousseau, Jean-Jacques, *Carta a d'Alembert*, (1758) Tradução de Roberto Lea Ferreira – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

Rousseau, Jean-Jacques, *Discurso sobre as ciências e as artes*, (1750) in: Os Pensadores, Rousseau 2. Tradução de Lourdes Machado – São Paulo: Nova Cultural, 1999b.

Rousseau, Jean-Jacques, *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, (1754) in: Os Pensadores, Rousseau 2. Tradução de Lourdes Santos Machado - São Paulo: Nova Cultural, 1999c.

Rousseau, Jean-Jacques, *Emílio ou da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. Difusão Européia do Livro –São Paulo, 1973.

Rousseau, Jean-Jacques, *Ensaio sobre a origem das línguas*. Tradução de Fulvia Moretto – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

Rousseau, Jean-Jacques, *O Contrato Social* (1762), in: Os Pensadores, Rousseau 1. Tradução de Lourdes Santos Machado - São Paulo: Nova Cultural, 1999d.

Rousseau, Jean-Jacques, *Oeuvres Complètes*. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, v.I, 1959.

Rousseau, Jean-Jacques, *Oeuvres Complètes*. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, v. II, 1964a.

Rousseau, Jean-Jacques, *Oeuvres Complètes*. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, v. III, 1964b.

Rousseau, Jean-Jacques. *Os devaneios do caminhante solitário*(1776). Tradução de Fúlvia M. L. Moretto – Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

Shelley, M. *Frankenstein or The Modern Prometheus* – Great Britain: Oxford University Press, 1980.

Shklar J., *Men and Citizens, A Study of Rousseau's Social Theory* – Cambridge: University Press, 1985.

Starobinski, J. *A transparência e o obstáculo*. Tradução de Maria Lúcia Machado – São Paulo : Companhia das Letras, 1991.

Starobinski , J. *o remédio no mal: o pensamento de Rousseau*, in: *As máscaras da civilização: ensaios*. Tradução de Maria Lúcia Machado – São Paulo : Companhia das Letras, 2001.

Vincent-Buffault, Anne, *Da amizade, uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

Watt, Ian, *A ascensão do romance*. Tradução Hildegard Feist – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.